LIA EMÍLIA CREMONESE

BASES EPISTEMOLÓGICAS PARA A ELABORAÇÃO DE UM DICIONÁRIO DE LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

PORTO ALEGRE
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS

BASES EPISTEMOLÓGICAS PARA A ELABORAÇÃO DE UM DICIONÁRIO DE LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

LIA EMÍLIA CREMONESE
ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR DO NASCIMENTO FLORES
CO-ORIENTADORA: PROFª. DRª. MARIA JOSÉ BOCORNY FINATTO

Dissertação de mestrado em Teorias do texto e do discurso, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE
2007

Para Daniel Penz, o amor da minha vida, “meu amor de prata e meu amor de ouro”. Obrigada por existir na minha vida, por me amar e por se deixar amar por mim.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Rosangela Cremonese, que é um exemplo de vida para mim. Obrigada por me ensinar que o conhecimento é a coisa mais importante que alguém pode ter e que sem as pessoas que amamos não somos nada.

Ao Valdir, que foi mais do que um orientador deste trabalho. Mais do que um grande professor, o Valdir é um mestre, desses que quase já não se encontram mais, cujos amplos conhecimentos abrangem mais horizontes do que se pode vislumbrar. Quero te agradecer por seres essa pessoa especial e maravilhosa, por me ensinares Lingüística e Enunciação como ninguém mais poderia ou saberia e por ter me ensinado a lidar com o que eu não sei.

À Maria José, de quem eu, muito boba, morria de medo, pensando que ela fosse distante e inacessível. Obrigada por poder contar com teu conhecimento, com teu afeto e com a tua inacreditável paciência com alguém tão sem noção sobre Terminologia.

Ao pessoal muito querido da Enunciação – Carmem Luci, Tanara, Thaís, Magali, Silvana, Sônia. Obrigada por seu apoio e por nossas discussões teóricas.

Às professoras Leci Barbisan, Marlene Teixeira e Cleci Bevilacqua, um agradecimento especial pela leitura de meu trabalho.

À minha família, minha italianada, que enche meus momentos de amor e alegria.

À Ana, que me privilegia com sua amizade incondicional há 17 anos, às amigas Michele, Camila, Milena, Melissa, Sheila, Helena e ao amigo Fabiano. Cada um a seu modo, vocês me acompanham, ajudam e compartilham meus momentos.

Seja qual for a frase que tiro deste caldeirão, ela não passa de um conjunto de seis pequenos peixes que se deixaram apanhar, enquanto milhões de outros continuam a nadar e a saltar, fazendo com que o caldeirão pareça um banho de prata incandescente, muito embora se escapem por entre os meus dedos.

Virgínia Woolf, As ondas

RESUMO

Este trabalho tem dois objetivos. O primeiro é investigar epistemologicamente o campo da Lingüística da Enunciação, verificando em que termos é possível afirmar sua existência. Para isso, buscam-se os seus elementos, as suas fronteiras, a sua situação no Brasil e como esse panorama se formou. O segundo objetivo é fazer uma descrição dos elementos do Dicionário de Lingüística da Enunciação e, a partir da análise de alguns desses itens, verificar como o campo está caracterizado em tal dicionário. Conclui-se que o sintagma “Lingüística da Enunciação” pode ser usado para denominar: 1) um campo heterogêneo que reúne teorias que têm em comum produzir um quadro figurativo do objeto “enunciação”, inserindo o sujeito na linguagem; 2) cada uma das teorias enunciativas isoladamente. A partir da descrição e da análise do plano do dicionário, constata-se que os autores e os verbetes polissêmicos poderiam ser apresentados no dicionário de uma maneira mais próxima à área, e que, embora a árvore de domínio não consiga dar conta das especificidades de um campo – em especial, da Lingüística da Enunciação –, ela é válida como forma de pensar o campo e de guiar a equipe que elabora o desenho da obra terminográfica e os verbetes.

Palavras-chave: Lingüística da Enunciação; Epistemologia da Enunciação; Dicionário de Lingüística da Enunciação.

RÉSUMÉ

Ce travail a deux buts. Le premier traite de l'investigation épistémologique du champ de la Linguistique de l'Énonciation, en vérifiant dans quels termes il est possible d'affirmer son existence. Pour cela, on cherche ses éléments, ses frontières, sa situation au Brésil et comment ce panorama s'est formé. Le deuxième objectif est de faire une description des éléments du Dictionnaire de Linguistique de l'Énonciation et, à partir de l'analyse de certains de ces points, de vérifier comment le champ est caractérisé dans ce dictionnaire. On conclut que le syntagme "Linguistique de l'Énonciation" peut être utilisé pour nommer: 1) un champ hétérogène qui regroupe des théories qui produisent toutes un tableau figuratif de l'objet "énonciation", en situant le sujet dans le langage; 2) chacune des théories énonciatives de manière isolée. À partir de la description et de l'analyse, on vérifie que les auteurs ainsi que les entrées polysémiques pourraient être présentés dans le dictionnaire d'une façon plus proche de ce cadre et que, tandis que l'arbre de domaine ne réussit pas à saisir les spécificités d'un champ – en particulier la Linguistique de l'Énonciation –, elle est valide en tant que manière de réfléchir à propos du champ et de guider l'équipe qui élabore le dessin de l'oeuvre terminologique et les entrées.

Mots-clés: Linguistique de l'Énonciation; Epistémologie de l'Énonciation; Dictionnaire de Linguistique de l'Énonciation.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

ANEXO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos relacionados à linguagem constituem um dos mais vastos e ricos espaços de geração de conhecimento. Os seus inúmeros elementos são estudados desde os tempos mais remotos da cultura escrita. Isso pode, evidentemente, ser feito de muitas maneiras, de acordo com o objetivo que se tenha, com o objeto que se busca investigar.

A Lingüística da Enunciação, dentro desse contexto, é um campo jovem. Foram muitas as reflexões que o constituíram, e hoje ele se apresenta com delimitações bem específicas, embora, no Brasil, ainda esteja marcando seu espaço. O que queremos neste trabalho é investigar esse campo. Desde os elementos que o compuseram, como isso se deu, a situação em que ele se encontra no país, bem como as causas disso: essa é a primeira etapa deste trabalho, que dá sustentação a um segundo momento. Em seguida, então, tomamos o campo, tal como o vemos, e buscamos uma análise, sempre por um olhar enunciativo, de como ele está caracterizado dentro do dicionário que se produz de seus termos.

A presente dissertação tem, portanto, dois objetivos. O primeiro consiste em analisar em que termos podemos afirmar a existência do campo de estudos *Lingüística da Enunciação*, delimitando suas diretrizes fundamentais e os estudos ligados a ele. O segundo é, a partir da verificação da efetiva existência ou não dessa Lingüística, avaliar criticamente a execução do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, analisando a sua pertinência e a sua adequação em relação a tal campo.

Para tanto, buscamos primeiramente compreender como se dá a gênese dos aspectos que viriam a constituir a Lingüística da Enunciação. Em seguida, fazemos uma breve explanação acerca das diferentes teorias da Enunciação. Após, fazemos a delimitação do campo Lingüística da Enunciação através de seus elementos fundamentais e fundantes. Concluindo o primeiro objetivo, apontamos as formas pelas quais a Lingüística da Enunciação

é inserida no universo acadêmico brasileiro e as conseqüências desse processo de incursão. Buscando o segundo objetivo, fazemos a descrição do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, expondo a sua configuração – sua macro e microestruturas. Como última etapa, fazemos uma crítica, analisando alguns dos elementos do dicionário que julgamos serem significativos na questão de representatividade de um campo.

Capítulo 1

A POSSIBILIDADE DE UMA LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

Ferdinand de Saussure (...). Essa figura assume agora os seus traços autênticos, aparece-nos na sua verdadeira grandeza. Não há um só lingüista hoje que não lhe deva algo. Não há uma só teoria geral que não mencione seu nome.

Émile Benveniste

1 A POSSIBILIDADE DE UMA LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

Neste capítulo, objetivamos explicitar quais são as bases fundamentais na constituição da Lingüística da Enunciação e verificar que teorias estão ligadas a ela. Assim, em sua primeira parte (1.1), estudamos os elementos que acreditamos relacionados à origem dos estudos enunciativos e, em seguida (1.2), apresentamos brevemente algumas das teorias que pertencem a esse campo.

1.1 A gênese da Lingüística da Enunciação

Toda teoria é resultado de uma evolução[1] dentro de sua área de conhecimento. O objetivo deste momento da dissertação é justamente investigar os contextos epistemológicos[2] que levaram a originar a Lingüística da Enunciação. Dessa maneira, seria possível começar a reconhecê-la como um campo de investigação efetivamente constituído.

Quando se fala em qualquer área dos estudos da linguagem, é bastante comum se iniciar com algum tipo de relação com Saussure; afinal, o autor é considerado o fundador da Lingüística, tendo instituído-a como ciência. Neste trabalho, não é diferente. Tomamos por ponto de partida uma divisão entre as teorias anteriores e as posteriores a Saussure (considerando-se o *Curso de Lingüística Geral*[3]) para fazer uma reflexão acerca da constituição da Lingüística da Enunciação. Nosso olhar, contudo, não tem um caráter cronológico ou histórico. Como na própria Enunciação[4], buscamos um olhar pelo viés do

---

[1] A palavra *evolução* é aqui utilizada com o sentido de transformação, de movimento. Isso significa que não buscamos emitir qualquer tipo de juízo de valor em relação às teorias. Isto é, não estamos dizendo que uma teoria é melhor ou pior do que outra, mas que cada teoria em si decorre de reflexões anteriores.
[2] Nesta dissertação, o termo *epistemologia* deve ser entendido no sentido de “condições de pertinência de uma ciência existente” (BOUQUET, 2004, p.14).
[3] Doravante CLG.
[4] Ao longo desta dissertação, grafamos “enunciação” com inicial minúscula para referir o processo em si. Já quando utilizamos inicial maiúscula, referimo-nos à área. Da mesma forma, apresentamos os demais campos citados também grafados com iniciais maiúsculas.

sentido, ou seja, composto a partir das características dos estudos que foram moldando o que se chama Lingüística da Enunciação.

De forma alguma podemos supor que um campo de estudos se dê inexplicavelmente a partir da reflexão de algum teórico que, de maneira isolada, produz todo um raciocínio acerca de um tema específico. No caso da Lingüística da Enunciação, ela foi se desenvolvendo a partir dos diferentes pensamentos sobre a linguagem que se sucederam, e, aqui, buscamos encontrar alguns desses aspectos que influenciaram a sua constituição.

Como qualquer área de estudos da linguagem, a Enunciação tem suas raízes mais primitivas nas reflexões dos gregos. Em "Les idées sur le langage avant la constitution des disciplines spécifiques", Françoise Desbordes afirma que se destaca, dentro das primeiras concepções gregas da linguagem, o fato de a noção de fala, primeiramente considerada apenas como o ato fônico em si, logo ser diferenciada da fala como "expressão de uma opinião, de um pensamento"[5] (DESBORDES, 1992, p.154). Contudo, "os primeiros autores (Homero, Hesíodo) dizem que a fala é, sobretudo, um meio de agir sobre o mundo e sobre os seres" (p.154), visão ligada às crenças religiosas e mágicas.

Desbordes destaca que a passagem da concepção da fala como ação (relação com a poética) a uma análise dessa fala se dá com Aristóteles e Platão. Com o primeiro, teriam surgido as primeiras noções do que hoje se estuda como Fonética. É a Platão que Desbordes dá um grande destaque. Segundo a autora, "Platão continua as análises dos poetas, dos músicos e dos gramaticistas, mas muda seu sentido. A fala não é mais vista em sua relação com a poesia, a escrita ou a leitura, mas sim na capacidade de representar corretamente ou não o real" (p.161).

Na mesma direção do pensamento de Desbordes, Catherine Fuchs, em seu artigo "As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação teórica e crítica", faz uma reflexão acerca da origem do pensamento enunciativo em que traz como precursores do campo, com uma influência de importância decrescente, a retórica aristotélica, a gramática e a lógica.

A retórica, distinta da poética, consistia em

[5] Traduzimos todas as citações que não estavam em língua portuguesa. As citações originais se encontram no Anexo 1.

> um conjunto de "receitas" dirigindo-se para um sujeito concebido como agente produtor, criador de discurso, e visando permitir-lhe persuadir, convencer seu auditório (...). As receitas da produção de tais discursos são, por conseguinte, diversificadas segundo os sujeitos e as situações de produção. (FUCHS, 1985, p.111-112)

Considerando que a retórica atentava para fatores como a imagem que o orador pretendia dar de si mesmo, o tipo de argumentos em função da situação, o encadeamento de seu discurso em relação ao discurso do opositor, podemos afirmar que "de fato essa retórica se sustenta, enquanto princípio, na consideração daquilo que chamamos hoje 'a situação de enunciação'" (p.112). Fuchs ainda ressalta que Aristóteles dividia o discurso em três elementos: aquele que fala, o assunto sobre o qual se fala e aquele para quem se fala.

A gramática, viria a afirmar Saussure, era uma área que visava "unicamente a formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas" (SAUSSURE, [1916], p.7). Para Fuchs, contudo, ela poderia ser considerada precursora dos estudos enunciativos porque, "apesar de estar interessada pelas regras constitutivas do sistema da língua comum a todos os utilizadores e não aos mecanismos de produção do discurso por um sujeito em situação" (FUCHS, 1985, p.113), trata da problemática do sujeito quando versa sobre temas como, por exemplo, a dêixis e as modalidades. A partir do estudo da dêixis, a gramática "reconheceu a especificidade de alguns termos que só obtêm valor determinado através da atualização momentânea que lhes confere a produção do enunciação em que aparecem" (p.113-114).

As modalidades[6], por sua vez, são abordadas por diferentes gramáticos. Um dos exemplos dados por Fuchs são os estudos dos estóicos e aristotélicos, que separam "o funcionamento 'cognitivo' (a asserção, que permite transmitir uma informação verdadeira ou falsa) e o funcionamento 'apelativo' (todos os outros tipos, em que há um locutor dirigindo-se a um receptor que lhe pareceu em condições de satisfazer seus desejos)" (p.114). Outros exemplos citados pela autora são a distinção, feita por Varrão, dos três tipos de ação a que as palavras pertencem (pensar, dizer e fazer), o estabelecimento, por Aristóteles, de "regras de equivalência por dupla negação contraditória, não somente entre proposições assertivas, mas também entre proposições modais (ex.: *É possível que isso seja* equivale a *Não é necessário*

---

[6] Conforme Dubois (1973, p.413-416), "a *modalização* define a marca dada pelo sujeito a seu enunciado" (p.414), e as modalidades são os elementos utilizados para fazê-lo.

que isso não seja etc.)” (p.114), e, na idade média, a decomposição da proposição em *modus* e *dictum* – tema após retomado em Port Royal[7].

Por fim, a lógica tem seu percentual de influência sobre os estudos enunciativos, ainda que em menor escala, através, por exemplo, da necessidade percebida por algumas linhas atuais dessa área de estudar alguns fenômenos semânticos pelo viés do sentido e não da referência e de tomar por objetos “as problemáticas das ‘funções da linguagem’, as da enunciação lingüística (...) e as da argumentação” (p.116).

De fato, no mesmo sentido do posicionamento de Fuchs, a *Encyclopédie Philosophique Universelle* afirma, no verbete *enunciação*, que

> Já em Platão e Aristóteles encontram-se alusões à ligação entre o que é dito e aquele que o diz em uma situação particular. Os estóicos esboçam uma problemática da relação entre o enunciado e seu produtor, através da oposição proposição/modalidade. (...) A lógica de Port-Royal faz a diferença entre sujeito da enunciação e sujeito do enunciado.

Ademais, a *Encyclopédie* traz uma outra referência aos estudos enunciativos: a tradição árabe. Segundo a publicação, “na época medieval, na tradição árabe, em Jurjani, toda predicação supõe um ‘predicador’ que assume a responsabilidade dessa, e a oposição sentido próprio/figurado somente é analisável em referência à situação de enunciação”.

Com efeito, Bohas, Guillaume e Kouloughli, em “L’analyse grammaticale dans la tradition arabe classique”, afirmam que os estudos retóricos árabes, após Al-Sakkaki, subdividem-se em três disciplinas independentes. Dentre essas disciplinas, a que mais diz respeito à Enunciação é a semântica gramatical (*‘ilm al-ma’ani*), definida como a ciência do conhecimento das modalidades que permitem à expressão árabe ser adequada às situações de comunicação (BOHAS, GUILLAUME; KOULOUGHLI, 1992, p.267). Segundo os autores,

> A definição dada mais acima do *‘ilm al-ma’ani’* carregava em germe a problematização das relações entre enunciado e enunciação. De fato, uma parte não desprezível da atenção dos especialistas dessa área enfocou a análise dos parâmetros objetivos e subjetivos cuja presença era obrigatória para tornar um enunciado adequado a uma situação dada. Essa consideração das relações entre enunciado e enunciação levou a problematizar os papéis respectivos do enunciador (*mutakallim*), de seu interlocutor (*muhatab*) e dos elementos da situação de enunciação (*hal al-hitab*), e a reconhecer, na estrutura formal do enunciado, as marcas desses diferentes componentes do ato de comunicação. (p.268-269)

---

[7] E, ainda mais tarde, como veremos adiante, também por Charles Bally.

Assim, já na tradição árabe podemos reconhecer alguns dos pontos mais relevantes para as teorias da Enunciação[8]. Os autores ainda acrescentam que os especialistas de *‘ilm al-ma’ani* elaboraram um modelo formal de análise em quatro articulações funcionais fundamentais: (1) todo enunciado simples é constituído de uma relação predicativa (*isnad*), ligando um predicador (*musnad ilay-hi*) e um predicado (*musnad*); (2) em todo enunciado, o que não é predicador ou predicado é uma “pressão” (*qayd*) que se exerce seja sobre o predicador, seja sobre o predicado, seja sobre a relação predicativa e que traz uma restrição determinativa ao termo sobre o qual ele incide; (3) A operação de introdução de um *qayd* (*taqyd*) é recursiva, o que significa que um *qayd* pode se exercer sobre outro *qayd*; (4) todo enunciado complexo se analisa em uma predicação simples única sobre a qual incide uma ou mais operações de *taqyd*, tendo elas próprias uma estrutura predicativa.

Se encontramos raízes do pensamento enunciativo em matérias aparentemente tão improváveis como na oratória, na gramática, na lógica e até mesmo na tradição árabe, não é de se espantar que autores anteriores aos princípios da constituição da Lingüística da Enunciação tenham, em suas teorias, aspectos que seriam posteriormente (re)tomados pelo campo.

Um desses casos é, sem dúvida, **Wilhelm von Humboldt**. Nascido em 1767, na cidade de Postdam, na Prússia (na atual Alemanha), Humboldt dá continuidade à tradição da Gramática Filosófica (Port Royal), à lingüística comparada e é considerado o fundador da filologia geral, sempre procurando embasamento empírico para suas reflexões filosóficas.

Ana Agug, no prólogo à obra *Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano*, compara a revolução realizada por Humboldt nos estudos da linguagem ao desenvolvimento da filosofia provocado por Kant. Assim como o filósofo revoluciona sua área reconhecendo a impossibilidade de que a subjetividade transcenda a si mesma, Humboldt leva essa noção para a linguagem, inaugurando um novo momento nesses estudos. Diz Agud que se trata de “uma fase na qual já não será possível contrapor a linguagem ao distinto dela – o sujeito, os conteúdos – sem que esta oposição – a velha oposição entre consciência e objeto – vá acompanhada da consciência simultânea da impossibilidade de transcender a linguagem” (AGUD, 1990, p.9).

[8] Apenas para citar um exemplo, remetemos ao artigo “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (BENVENISTE, 1995, p.247-259), no qual Émile Benveniste parte “das definições empregadas pelos gramáticos árabes” (p.250) no estudo dos pronomes para realizar sua reflexão quanto a essa categoria.

Através de um modelo de língua ideal, decorrente da observação empírica das línguas reais (em especial do basco, seu estudo mais conhecido), Humboldt se pergunta acerca da capacidade humana da linguagem – questão problematizada já em Platão e retomada mais recentemente por Noam Chomsky, de uma maneira diferenciada, contudo, da humboldtiana. Afirma Agud que

> o universal e o inato não são, para Humboldt, certas categorias lingüísticas, mas funções nucleares da linguagem, e cada idioma pode satisfazê-las de um modo ou de outro, ou inclusive não satisfazer algumas em absoluto e permanecer assim a meio caminho com relação a seus próprios objetivos. (p.18)

De acordo com Humboldt, a reflexão sobre a linguagem está na tensão entre a compreensão de que a diversidade é conseqüência da individualidade e a idéia (original de Humboldt) de que a linguagem é comandada por conceitos mais profundos (p.17), ou seja, trata-se de um sistema governado por regras, noção que será tomada e ampliada por Saussure. Ao contrário do que afirmará posteriormente o genebrino, no entanto, a linguagem, para Humboldt, organiza o mundo. Isto é, o autor alega que as línguas determinam o modo de ver o mundo dos povos que as falam. Cremos necessário, entretanto, apontar, neste momento, a similaridade entre esses estudiosos. Como diz Coseriu (1980, p.155), "Humboldt, ao conceber a língua como estrutura de formas independentes (...) e ao se colocar, portanto, no campo da análise sincrônica, está também muito próximo do Estruturalismo contemporâneo".

Valverde destaca que, para Humboldt, a linguagem é a forma de operação do pensamento humano, sendo que o pensamento funciona como linguagem pela linguagem (VALVERDE, 1955, p.30). Assim, "o predomínio da subjetividade é a essência da linguagem" (HUMBOLDT *apud* VALVERDE, 1955, p.31). Portanto, a linguagem serve, segundo Humboldt – o que vai ao encontro das crenças benvenistianas – não para comunicar, mas para significar

A maior revolução da teoria de Humboldt também o liga ao pensamento enunciativo. O lingüista prussiano atenta para o ato de utilização da língua e para a caracterização desse uso. Como aponta Agud, "Há finalmente um fundamento na filosofia da linguagem humboldtiana que abre a porta a perspectivas verdadeiramente ainda não exploradas: sua afirmação de que a linguagem somente tem existência real no falar cada vez" (AGUD, 1990, p.19).

Mais importante ainda do que reconhecer a linguagem como inerente ao homem, manifestando-se através do uso, Humboldt aborda o fato de que ela consiste em um objeto dual, pois "o homem fala, mesmo que seja em pensamento, somente com outro, ou consigo mesmo, como se fosse outro" (HUMBOLDT *apud* VALVERDE, 1955, p.33). Esse outro constitutivo da linguagem não poderia ser mais próximo à Lingüística da Enunciação: "O homem tende, inclusive na instância de seu pensamento isolado, a um *tu* que corresponda ao *eu*; o conceito somente parece alcançar determinação e certeza quando vem refletido de uma mente alheia" (HUMBOLDT *apud* VALVERDE, 1955, p.33). Ou seja, não só a linguagem é constitutiva do homem como há um *tu* a que o *eu* se refere; sem essa relação, não há constituição de sentido na linguagem.

A linguagem é dual, organizada a partir da relação com o outro e para essa relação se dirige. Aponta Valverde que a linguagem, em Humboldt, "nunca é só meramente representação e significação, mas também sentimento, vontade e ação sobre os demais" (VALVERDE, 1955, p.34).

Um dos aspectos mais impressionantes da teoria humboldtiana no que diz respeito à relação com as teorias enunciativas está na questão do caráter de renovação das palavras a cada novo uso. Para o autor,

> A palavra não tem, como uma substância, algo já produzido, nem contém um conceito concluído e terminado, mas meramente estimula a elaborá-lo com força espontânea, ainda que de modo determinado. O entender consiste em tocar mutuamente o mesmo membro da cadeia de representações sensíveis e produções conceituais interiores; fazer brotar em cada um conceitos correspondentes, mas não idênticos. A representação produzida pela palavra leva a marca da representação subjetiva. (HUMBOLDT *apud* VALVERDE, 1955, p.38)

Assim, como complementa Valverde, as palavras não têm sentido fora da linguagem que se produz a cada instante:

> A palavra, pois, brota em cada ocasião como algo novo, como produto voltado a emanar do espírito em seu movimento, enfrentando-se com a mente, depois de nascer dela, e ao mesmo tempo fazendo o mundo da mesma matéria do espírito; e com isso selecionando, escolhendo e interpretando, dentre a realidade, o ângulo, a cor, a formalidade harmonizada em resposta com a pergunta da alma. (VALVERDE, 1955, p.34)

Como a linguagem é, conforme Humboldt, efêmera, ela não pode ser produto:

> A linguagem, considerada em sua verdadeira essência, é algo efêmero sempre e em cada momento. Inclusive sua retenção na escrita não passa de uma conservação incompleta, mumificada, necessitada de que na leitura volte a fazer-se sensível sua dicção viva. A língua mesma não é uma obra (ergon) mas uma atividade (energeia). (...) Tomado em um sentido imediato e estrito, isto é a definição de cada ato de falar. Pois no caos disperso das palavras e de regras que costumamos denominar uma língua, tão somente está dado o produto singular que lança cada ato de falar, pois também ele requer um novo trabalho que reconheça nele o modo de falar vivo e lance uma imagem verdadeira da língua viva. (HUMBOLDT, 1990, p.64-65)

Portanto,

> Humboldt reconhece uma unidade entre pensamento, percepção e linguagem. Caracteriza a língua como um processo espiritual, como atividade (enérgeia), não apenas como obra (érgon). Com isso, Humboldt, em termos saussurianos, acentua a fala, a totalidade da atividade lingüística de toda uma comunidade. A fala é o ponto de partida para compreender a língua, não vice-versa. A verdadeira língua é aquela que se manifesta no processo dinâmico da fala. A língua vive e sobrevive na fala. Esta é o pressuposto de toda determinação científica posterior, e uma não pode ser separada da outra. A partir da fala, a língua se desenvolve num sistema "objetivo" de regras com relativa autonomia. (ZILLES, 1976, p.8-9)

Da mesma forma que Humboldt já traz questões abordadas posteriormente pela Enunciação, mesmo sem tê-la como foco, também o faz **Michel Bréal**. Embora seus estudos sejam essencialmente diacrônicos, nele se encontram algumas afirmações bastante pertinentes que podem ser relacionadas ao campo de estudos em questão.

Em 1897, Bréal publica *Essai de sémantique*. Dessa obra, há alguns pontos que precisam ser destacados. O primeiro se encontra em um artigo intitulado "A lingüística é uma ciência natural?". Nesse texto, Bréal se coloca contra um posicionamento comum em sua época, que diz respeito à maneira de ver a linguagem. O autor já inicia seu texto respondendo ao questionamento do título, dizendo: "pode-se duvidar de que a lingüística deva ser considerada entre as ciências naturais", já que "a linguagem é um ato do homem" (BRÉAL, 1992, p.195). Tal afirmativa contraria as correntes de estudo definidas no próprio artigo, correntes essas que tomavam a língua como um organismo vivo, possuidor de regras próprias, independentemente da ação humana sobre ela[9].

---

[9] Coseriu dá um grande destaque ao fato de Humboldt diferenciar o estudo das línguas de estudos de objetos das ciências naturais porque "as ciências naturais não se ocupam nem do individual nem do espiritual, e uma língua é uma individualidade espiritual" (HUMBOLDT *apud* COSERIU, 1980, p.175). Há de se notar a semelhança das reflexões de Bréal ao pensamento humboldtiano, que igualmente se volta contra essa noção de língua como organismo. *Talvez* não seja mera coincidência o fato de as teorias e os autores que vão sendo reunidos aqui atentarem para a questão do homem na língua.

Bréal expõe as duas explicações dadas para comparar a língua a um organismo, denominando-as teorias *naturalista* e *mística*. A justificativa da primeira estaria ligada ao fato de as línguas terem uma *duração*. Para a segunda, haveria uma língua inicial, obra de uma divindade, da qual todos os idiomas descenderiam. Essas duas linhas, diz Bréal, acabam por "amalgamar-se", gerando estudos lingüísticos focados na busca de uma língua de origem, pura em essência, e que esses estudiosos "têm ainda diante dos olhos a idéia de uma língua perfeita, de um arquétipo vindo não se sabe de onde, do qual possuímos somente exemplares adulterados" (p.197).

O autor rejeita facilmente as duas hipóteses, dizendo que

> Seria hora de renunciar às idéias que não resistem a um exame sério. A linguagem tem sua morada e sua sede em nossa inteligência; não seria possível concebê-la em outro lugar. Se ela nos precede, sobrevive a nós, é que ela existe na inteligência de nossos concidadãos como na nossa, é que ela existiu antes de nós em nossos pais, e de nossa parte nós a transmitimos a nossos filhos. Ela é feita pelo consentimento de muitas inteligências, de acordo com muitas vontades, umas presentes e atuantes, outras depois de muito tempo desfeitas e desaparecidas. (p.197)

Percebemos, assim, a aceitação da língua não como um ente, mas intrinsecamente ligada ao homem e, mais, como constituída a partir de um todo social, pelo *consentimento de muitas inteligências*[10].

Além disso, mais adiante, na condução à conclusão do mesmo artigo de Bréal, o autor traz um outro aspecto absolutamente relevante com relação à sua noção de linguagem:

> Desse modo a linguagem começa a nos aparecer efetivamente como ela é. Ela não é – está longe disso – um espelho em que se reflete a realidade: é uma transposição da realidade através dos signos particulares dos quais a maior parte não corresponde a nada de real. Nós estamos de tal modo habituados a essa transposição que as idéias e os sentimentos que atravessam a consciência tomam de imediato essa forma. Se examinarmos um a um os elementos da mais simples frase, não de um livro de metafísica ou de direito, mas de uma conversa familiar, nos surpreenderemos ao ver que quase tudo pertence a esta álgebra particular que nos serve para comunicar nossos pensamentos. (p.204-205)

[10] É possível, inclusive, considerar essa uma influência de Bréal sobre Saussure com relação às suas noções de língua ligada ao social, já que Bréal foi professor de Saussure. Isso pode ser exemplificado pela seguinte citação, retirada do CLG: "Graças aos neogramáticos, não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos lingüísticos" (SAUSSURE, [1916], p.12).

Uma *transposição da realidade*, ou seja, a linguagem não reflete o mundo físico, mas traz uma espécie de visão que tem o homem do mundo em que se encontra. O hábito faz com que se acredite que essa transposição consiste na realidade, mas ela não passa da manifestação do pensar o mundo. Ou, nas palavras de Humboldt, para um contraponto ao autor francês, "sem linguagem não haveria ante a mente os objetos (como tais). Já na percepção há uma certa subjetividade; inclusive cabe considerar cada indivíduo como um ponto de vista na visão do universo" (HUMBOLDT *apud* VALVERDE, p.34).

Também, como Humboldt, Bréal destaca o fato de as palavras precisarem de um contexto para ganharem sentido. No capítulo denominado "Polissemia", em que, evidentemente, aborda o fenômeno, Bréal afirma que "é preciso atentar que as palavras são colocadas cada vez num meio que lhes determina antecipadamente o valor" e que "o que dizemos daquele que fala não é menos verdade para aquele que escuta. Ele está na mesma situação; seu pensamento segue, acompanha ou precede o pensamento de seu interlocutor" (BRÉAL, 1992, p.104). Ou seja, apenas nas situações de uso é que os falantes identificam os sentidos das palavras.

Da mesma forma que Bréal e Humboldt, outro teórico também reage à maneira como eram realizados os estudos da linguagem até o início do século XIX: o suíço **Charles Bally**. Destacamos, no entanto, que, cronologicamente, entre os dois primeiros e o terceiro, há Ferdinand de Saussure, de quem trataremos, ainda que parcialmente, no item 2.1.

Ressaltamos também que Bally tem um *status* diferenciado em relação a Bréal e Humboldt, já que o suíço toma a enunciação como objeto mesmo, enquanto os outros dois a abordam tangencialmente. Dessa maneira, marcamos Bally como o mais representativo precursor da área.

1.1.1 *Bally: abrindo caminho para a Enunciação*

Bally é um autor que, em geral, pelo menos no Brasil, apenas é (re)conhecido como um dos editores do CLG, entretanto, mesmo antes dos cursos do mestre genebrino já escrevia textos como *Précis de stylistique*[11] (1905), *Traité de stylistique française*[12] (1909) e

[11] Obra a que não tivemos acesso.
[12] Doravante TSF. A edição utilizada neste trabalho é de 1951.

Le langage et la vie[13] (1913)[14]. Ainda que as intenções do autor estivessem diretamente ligadas à descrição e ao ensino de línguas e à constituição de um aparato teórico voltado a esse objetivo, suas obras podem seguramente ser apontadas como precursoras no campo da Lingüística da Enunciação.

Bally teve como guia a preocupação acerca do ensino de língua estrangeira e, em especial, de língua materna. O autor acreditava que o ensino de línguas era realizado de uma maneira equivocada, por enfocar apenas os aspectos metalingüísticos, através de obras literárias. Para Bally, a língua literária era secundária, derivada da língua falada – essa espontânea –, embora ocupasse um lugar de honra entre os tipos especiais, derivados, de linguagem. Segundo o autor, o estudo de línguas feito a partir da língua literária era uma inversão, já que a língua falada teria a estética apenas como meio para chegar a um fim, que seria a comunicação dos pensamentos e da afetividade, enquanto que a literatura teria a estética por fim.

O autor, então, cria uma nova disciplina, a Estilística. Diferentemente da Estilística ligada à estética literária, a matéria desenvolvida pelo autor suíço estuda "os fatos de expressão da linguagem organizada do ponto de vista de seu conteúdo afetivo, quer dizer, a expressão dos fatos da sensibilidade pela linguagem e a ação dos fatos de linguagem sobre a sensibilidade" (BALLY, 1951, p.16).

A Estilística, tal como Bally a entende, é um estudo sincrônico e descritivo dos fatos da linguagem organizada, associados à afetividade, à subjetividade. Baseando-se no uso efetivo da língua, está dividida em duas partes: a externa e a interna. A primeira faz um comparativo entre duas línguas distintas, destacando por contraste os procedimentos lingüísticos, os signos através dos quais a língua expressa as idéias e a subjetividade. A Estilística Interna é considerada pelo autor a mais importante Estilística, sendo assim chamada. Seu objetivo é analisar a estrutura de uma só língua e, especialmente, as relações entre a fala e o pensamento dos sujeitos falantes e ouvintes.

---

[13] Doravante LV. A publicação do texto "Le langage et la vie" é de 1913. O livro, de mesmo nome, que se origina desse texto é lançado em 1925 (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.114). A edição de *Le langage et la vie* utilizada neste trabalho é uma tradução para o espanhol de 1967.

[14] Mesmo tendo reeditado suas obras, reformulando-as, após o seu contato com o trabalho de Saussure, Bally manteve praticamente o mesmo texto e o conjunto de suas idéias não sofreu alterações. As referências a Saussure em seu texto dizem mais respeito às coincidências encontradas entre as suas idéias e as do mestre genebrino e a uma grande admiração do que propriamente a influências. Sobre as influências de Bally, ver MEDINA, José. Charles Bally: de Bergson à Saussure. **Langages**. Paris, n.77, p.95-104, mar.1985.

A linguagem, segundo o autor, é um conjunto formado pela união do sistema de símbolos lingüísticos e pelo sistema de unidades expressivas. O primeiro conjunto é constituído por associações e oposições de elementos na consciência dos sujeitos. Como os símbolos raramente correspondem às unidades de pensamento, os sujeitos criam o sistema expressivo, de fatos de expressão, isto é, um grupo de unidades relacionadas à afetividade e à subjetividade que é atualizado constantemente a partir do uso.

Para Bally, assim como se acredita nas teorias da Enunciação até hoje, a manifestação da subjetividade está sempre em primeiro plano na linguagem, acima das formas lógicas; a inteligência parece se sobressair porque é preciso para o falante fazer-se entender: "nunca as formas lógicas da linguagem estão em primeiro plano; o que domina é a afetividade e a expressividade. Mas, como é necessário fazer-se entender, a inteligência é a que serve a esse fim" (BALLY, 1967, p.31). Segundo Bally,

> No contato com a vida real, as idéias, aparentemente objetivas, se impregnam de afetividade. A fala individual tenta sem cessar traduzir a subjetividade do pensamento, e logo acontece que o uso comum consagra esses giros expressivos. Eis aqui por que o sistema de uma língua é uma tela de Penélope que se tece e destece sem cessar, porque a inteligência e a sensibilidade trabalham nela simultaneamente, mas não da mesma maneira. (p.24)

É importante destacar que, de acordo com Bally, o falante só pode exprimir parcialmente seu pensamento, sua face acessível (pela linguagem), aos demais indivíduos. A linguagem é, assim, um meio sempre imperfeito para a transmissão das idéias. Embora isso seja uma ilusão, à medida que a língua está em constante evolução, os falantes têm o sentimento de que a língua é um sistema em que cada elemento se relaciona com os demais e que esse sistema não só sempre existiu como existirá sempre. Essa ilusão, destaca o autor, é necessária para a crença de que a realidade é um estado imutável. É justamente essa a razão pela qual Bally crê que os estudos lingüísticos devam ser sincrônicos. Diz Bally:

> Para mim, a tarefa e missão da estilística consiste em buscar quais são os tipos expressivos que, em um período dado, servem para traduzir os movimentos do pensamento e do sentimento do falante, e em estudar os efeitos produzidos espontaneamente nos ouvintes pelo emprego desses tipos. (p.90)

Esse falante, o sujeito que aparece na obra de Bally, não é um ser do mundo, mas uma representação que o indivíduo tem de si mesmo, do mundo, da sociedade, das situações e dos demais indivíduos que o cercam, o que é uma configuração bastante próxima à

formulação feita pelos teóricos da enunciação atualmente. Sendo assim, também o uso da linguagem está condicionado à visão que o sujeito tem de si, dos outros e do mundo. O sujeito, então, não vê a si mesmo, não vê aos demais e nem é visto por eles de forma objetiva, há sempre um filtro, que é o seu olhar, a imagem que faz de tudo o que o cerca. O que os sujeitos podem perceber uns dos outros são apenas as manifestações exteriores de seus seres reais, realizadas a partir do uso da linguagem. Diz Bally:

> O que o sujeito surpreende em si mesmo, a cada sondagem, é a sucessão ininterrupta de seus estados de consciência, representações, idéias, emoções, a vida de seu espírito em sua mobilidade, as manifestações diversas de seu temperamento. Esta introspecção, inteiramente espontânea, raras vezes permite ao sujeito objetivar-se; o sujeito não vê a si mesmo como o veria outro. E, ao contrário, o que os outros percebem de nós são as manifestações exteriores de nosso ser, ou, melhor, não vêem mais do que os resultados e os símbolos, em forma de atos, de movimentos voluntários ou involuntários, de palavras, etc. Esta simbologia pode ser interpretada bem ou mal, mas, mesmo quando a interpretação for justa, se corresponde bem à nossa vida interior, não permite ver mais do que uma transposição de nossa intimidade; é como julgar uma ação por suas conseqüências e não pela intenção de que nasceu. (p.89)

Ou seja, mesmo quando a interpretação das manifestações é bastante fiel, ela não corresponde ao interior exato dos sujeitos, mas a uma representação, que é o que é manifesto exteriormente através do uso da linguagem, na qual ele deixa marcas. Essas marcas se referem exatamente ao contexto, à situação e à interlocução e podem ser depreendidas através da comparação dos fatos expressos por esse falante com outros fatos de linguagem.

A afetividade é, para Bally, a manifestação natural e espontânea das formas subjetivas do pensamento de todos os sujeitos. Ela está ligada a todas as sensações vitais, aos desejos, às vontades, aos juízos de valor. A linguagem afetiva ou expressiva traduz esses movimentos interiores. Um fato de expressão consiste em um uso espontâneo – portanto relacionado à afetividade – da linguagem. Corresponde a uma unidade de pensamento, uma unidade completa e autônoma de sentido, podendo compreender desde um afixo até frases.

Para Bally, "é preciso delimitar os contornos dos fatos de expressão, até que eles correspondam a unidades psicológicas" (p.14), sendo que

> Delimitar um fato de expressão é traçar, na aglomeração dos fatos de linguagem da qual ele faz parte, seus limites próprios, aqueles que permitem assimilá-lo à unidade de pensamento da qual ele é a expressão; identificá-lo é proceder a essa assimilação, definindo o fato de expressão e substituindo-o por um termo de identificação simples e lógico, que corresponda a uma representação ou a um conceito da mente. (p.16)

Afirma Bally que "só se pode identificar um fato de expressão por um termo que tenha a propriedade de exprimir, sob sua forma mais simples, mais objetiva, mais abstrata, a idéia que nele está contida" (p.105). Segundo o autor, contudo, a delimitação e a identificação de um fato de expressão são apenas meios (essenciais) para se chegar ao objetivo da Estilística, que é identificar seu conteúdo afetivo.

O autor diz que há dois tipos de efeitos que podem ser sentidos pelo sujeito ao entrar em contato com um fato de expressão, os efeitos naturais e os efeitos por evocação. Os efeitos naturais são impressões que decorrem diretamente no sujeito da significação, pelo sentido dos fatos de expressão, sem uma reflexão a respeito. O falante tem a impressão de que as expressões são inseparáveis da significação. Os efeitos naturais compreendem efeitos produzidos por caracteres subjetivos, singulares e individuais. Afirma Bally:

> Lidamos com um efeito natural ou direto quando, por exemplo, ao ouvirmos pronunciar uma palavra, experimentamos uma impressão agradável ou desagradável, sem que a reflexão acrescente nada de essencial a essa impressão primeira; é ainda um efeito natural quando uma expressão nos faz ver uma coisa com proporções ou uma intensidade marcante; de mesma natureza, quando o fato de linguagem suscita em nós uma impressão de beleza, de encanto, de graça, etc. (BALLY, 1951, p.167)

Já os efeitos por evocação são impressões causadas no sujeito a partir de uma reflexão inconsciente que liga determinadas unidades expressivas a meios lingüísticos e sociais específicos.

Os meios lingüísticos unem determinados sujeitos a outros por quaisquer circunstâncias da vida em sociedade, como, por exemplo, diferentes classes sociais ou profissões, tendendo a criar formas particulares de linguagem, sempre subordinadas à língua comum e, ao mesmo tempo, influenciando-a. A criação dessas variedades é decorrente das circunstâncias particulares, das necessidades e das exigências inerentes a essas formas de vida e de pensamento. Os meios de expressão, afirma Bally, estão relacionados entre si, eles não formam um conjunto por seu número, mas um sistema por seu agrupamento e sua penetração recíproca.

Os símbolos lingüísticos, ao serem empregados pelo falante, comportam efeitos em virtude de uma reação geral e simultânea aos fatos de linguagem, que se limitam e se definem uns pelos outros. As reações resultantes do choque entre os usos da língua em meios distintos, diz Bally, provocam nos falantes e ouvintes sentimentos particulares. Esses

sentimentos são os efeitos por evocação. Os efeitos por evocação decorrem, então, do valor simbólico que as unidades expressivas adquirem nos diferentes meios sociais, isto é, são aqueles provocados no sujeito quando os fatos expressos evocam os meios da vida e da atividade social em que seu emprego é mais freqüente:

> No efeito por evocação, a expressão significa sensivelmente a mesma coisa que tal outra palavra que empregaremos; os dois termos não diferem entre si por nenhuma modificação sensível da idéia; o sentimento particular que se extrai, apesar de tudo, do fato de linguagem provém então de uma reflexão inconsciente que se poderia traduzir assim: "É uma outra pessoa, e não eu, que empregaria essa expressão", ou ainda: "Eu a empregaria em tal circunstância e não em tal outra". Eis a essência do efeito por evocação. (p.167)

Bally destaca que essa evocação só é possível devido à existência de uma língua comum e de modos de expressão particulares a diferentes meios de expressão.

O autor ainda ressalta que o falante se vale da expressividade para alcançar seu objetivo de exteriorizar seus pensamentos, imprimindo suas marcas de singularidade. Ela ocorre sempre em relação a um outro falante, real ou imaginário, individual ou coletivo. Através desse mecanismo, portanto, "o homem que fala espontaneamente e atua por meio da linguagem, mesmo nas circunstâncias mais triviais, faz da língua um uso pessoal e a recria constantemente" (BALLY, 1967, p.40).

O procedimento que gera a expressividade não é nem automático, nem infalível. Afirma Bally:

> Para que a expressividade se manifeste, é preciso a cumplicidade do pensamento emotivo; o signo expressivo deve responder a uma realidade psíquica e satisfazer uma exigência da sensibilidade; somente com essa condição desdobra seus efeitos; em si, não é mais do que uma mera possibilidade. (p.150)

Ademais, o seu resultado não é necessariamente aquele esperado pelo falante, já que a língua se realiza em relação a um outro.

A expressividade é, então, aquilo que faz com que o sujeito construa os fatos de expressão, que, no final das contas é o material propriamente analisado pela Estilística. Diz Bally:

> A parte propriamente estilística de nosso estudo compreende os *caracteres afetivos* dos fatos de expressão, os *meios* aplicados na operação pela língua

> para produzi-los, as *relações* recíprocas existentes entre esses fatos, enfim o conjunto do *sistema expressivo* do qual eles são os elementos. (BALLY, 1951, p.16)

Para analisar a estrutura da língua e as relações entre a fala e o pensamento, Bally faz a comparação entre os meios de expressão da língua em questão e leva em consideração a situação, o contexto de uso e a interlocução estabelecida. Bally destaca que se trata de um estudo lingüístico, à medida que "seu objeto é a expressão falada e não o fato pensado" (p.13), isto é, busca a face expressa dos pensamentos e não a face pensada dos fatos expressos. Afirma o autor:

> Esta pesquisa pode ser auxiliada por conhecimentos elementares de psicologia, do mesmo modo que o lado social da linguagem é mais fácil de se entender se se possui algumas noções sobre as tendências que regem as sociedades. Mas, estudando essas ciências auxiliares, é preciso mesmo evitar que elas passem para o primeiro plano, porque o papel é para nós secundário; nós não fazemos psicologia da linguagem, da mesma forma que não pretendemos fazer sociologia. Toda nossa atenção se coloca sobre a face expressiva e não sobre a face interior dos fatos de linguagem: a linguagem é aqui objetivo, não meio. (p.28)

À Estilística cabe, então, estudar o que do pensamento do sujeito está expresso no uso que ele faz da linguagem e como o uso da linguagem age sobre a sua subjetividade, sempre a partir das marcas lingüísticas desse uso. Para o autor, é somente a partir da determinação do conteúdo lógico que a expressão subjetiva pode ser posta em evidência.

1.1.2 *Portas abertas para a Lingüística da Enunciação*

O que podemos constatar, a partir do que precede, são os elementos que são estudados desde o início propriamente dito do que se chama Lingüística da Enunciação em uma espécie de "incubadora teórica". A partir dos mais variados tipos de estudo, diversos autores, em distintos períodos, foram moldando as temáticas que hoje podem ser consideradas como pertencentes a um mesmo quadro teórico. Desde as primeiras reflexões dos gregos até a Estilística de Bally, muitos foram os aspectos tomados que podem ser relacionados aos estudos enunciativos.

Abordamos os estudos dos gregos, que trazem, com a retórica, não só a situação de enunciação como a fala vista como a manifestação de um parecer, do pensamento do falante. A Gramática, por sua vez, trata da problemática do sujeito, através dos estudos em dêixis e em modalização. Já a lógica traz as primeiras reflexões mais aprofundadas em termos

de argumentação na linguagem. Os árabes, em contrapartida, são os que tomam grande parte dos aspectos relevantes para as teorias enunciativas ao estudar a linguagem levando em conta a problematização do sujeito enunciador, de seu interlocutor e da situação de enunciação, notando que havia marcas de todos esses elementos na estrutura formal do enunciado.

Vimos, ainda, que Humboldt, embora tenha suas pesquisas ligadas à filologia, trata de componentes de vital importância para a Enunciação. Para o autor, a subjetividade é a essência da linguagem, que é vista não como meio de transmissão de experiências, mas como a própria fonte de constituição das experiências sob o ponto de vista do sujeito. A linguagem, segundo Humboldt, é dual: o homem só fala para um outro, dirige-se sempre a um “tu”. Além disso, como a linguagem só se concretiza a partir dessa relação dual, as palavras apenas ganham sentido nesse uso pelos falantes; a linguagem, então, só é compreendida partindo-se da fala, seu elemento mais importante.

Indo ao encontro das idéias humboldtianas, Bréal também afirma que a linguagem não pode ser desligada do homem. A partir da linguagem, por sinal, afirma o autor, não se consegue apreender o real em sua totalidade, mas apenas uma transposição da realidade é acessível por meio do uso da língua. Em mais um teórico, é ressaltada a crença no fato de as palavras ganharem valor somente pelo seu uso.

Por fim, Bally, o mais significativo precursor da Enunciação, é quem afirma que o estudo das línguas deve ser sincrônico e descritivo e abordar o uso, em detrimento da linguagem literária. Em sua Estilística, as unidades da língua são atualizadas no uso pelos falantes, e o que mais importa é a afetividade – a sua maneira de formular a subjetividade inerente à linguagem. De mais a mais, seu falante não é um sujeito empírico, mas uma representação, pois as pessoas conseguem ter apenas um ponto de vista do mundo que as rodeia. Também a linguagem não é completa. Ela é imperfeita, porque, por seu intermédio, os sujeitos não conseguem transmitir suas idéias e sentimentos de maneira plena, até porque o objeto de Bally é lingüístico: somente a face mostrada, expressa, dos pensamentos é passível de estudo pelo lingüista, nunca o pensamento dos falantes.

Todos esses autores e teorias, de múltiplas formas, acabaram por influenciar a Lingüística da Enunciação. Assim, os autores enunciativos beberam de diferentes fontes para chegar às suas teorias, compondo um campo rico pela diversidade de abordagens, como vemos a seguir.

É importante destacar que a compilação que realizamos neste capítulo não pretendeu ser exaustiva. Tal pesquisa consiste apenas em um olhar voltado a determinados propósitos, quais sejam, os de iniciar uma visão epistemológica do campo Lingüística da Enunciação e de encaminhar para a reflexão acerca do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*. Tomamos, portanto, os dados que acreditamos necessários para chegar a esse fim.

1.2 A heterogeneidade das teorias enunciativas

> *A ausência de uma "Lingüística da fala" é mais sensível. Prometida aos ouvintes do terceiro curso, esse estudo teria tido, sem dúvida, lugar de honra nos seguintes; sabe-se muito bem por que tal promessa não pôde ser cumprida.*
>
> *Charles Bally e Albert Sechehaye*

A afirmativa acima consta do prefácio à primeira edição do *Curso de Lingüística Geral* [15], de Ferdinand de Saussure[16]. Trata-se de um pequeno trecho da apresentação feita por Charles Bally e Albert Sechehaye, no qual os editores lamentam a impossibilidade de prosseguimento dos estudos do mestre e a conseqüente ausência de uma abordagem saussuriana para uma *lingüística da fala*.

Não tarda muito, contudo, o surgimento de muitas teorias, de diferentes autores e com modelos diversos, que trazem a problematização do elemento deixado em segundo plano pelo mestre genebrino quando da fundação da ciência lingüística[17]. Como vimos, mesmo antes do corte saussuriano já se traçavam os primeiros esboços dos temas que viriam a integrar o campo Lingüística da Enunciação. Contudo, é logo após a edição do CLG que se encontra o que verdadeiramente podemos chamar de um início da constituição da Lingüística da Enunciação.

O pioneirismo de **Bally**, que já havia tratado dos temas relacionados à enunciação de maneira menos específica, de fato se concretiza quando, em 1932, já ocupando a cátedra de Lingüística Geral e Comparação das línguas Européias da Universidade de Genebra, que

[15] Doravante CLG.
[16] Não pretendemos entrar no mérito das discussões que envolvem o CLG. Essa obra é considerada um marco nos estudos da linguagem, e é dessa maneira que aqui a tomamos. Questões relativas, por exemplo, à fidelidade ou não do conteúdo do *Curso* não parecem relevantes para este trabalho.
[17] Abordaremos o corte saussuriano na constituição da Lingüística e as exclusões decorrentes desse ato no terceiro capítulo deste trabalho.

pertencera a Saussure, publica *Linguistique générale et linguistique française*[18], texto esse que traz, entre os parágrafos 26 e 212, o capítulo intitulado “Théorie générale de l’énonciation”.

Câmara Jr. diz que

> a significação de Bally é dupla dentro da lingüística sincrônica: 1) criou a lingüística estilística alargando a visão intelectualística de Saussure; 2) fez uma análise lingüística mais apurada através de um novo conceito de sintagma dando, dessa maneira, um precioso instrumento para o desenvolvimento da lingüística sincrônica que Saussure focalizara. Podemos dizer com segurança que, através dele, novos caminhos foram abertos à doutrina de Saussure e à ciência da linguagem. (CÂMARA JR., 1975, p.120)

Em *Introdução à Lingüística da Enunciação*, Flores e Teixeira destacam que Bally, a quem denominam *o primeiro pós-saussuriano*,

> desenvolve a lingüística da fala, talvez a que faltou ser feita pelo mestre Saussure. O autor parte de um princípio: a linguagem é apta a expressar sentimentos e pensamentos, e é próprio da estilística estudar a expressão dos sentimentos. Isso significa que a estilística deve se preocupar com a presença da enunciação no enunciado e não apenas com o enunciado propriamente dito. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.16)

Dando prosseguimento aos estudos da Estilística iniciados com suas já citadas obras anteriores à edição do CLG, Bally, com LGLF, aprimora sua teoria, trazendo de volta as discussões que levantara, com muito mais clareza tanto em termos de teoria como em relação à constituição de um modelo de análise.

Em seu estudo, que ele passa a denominar Teoria Geral da Enunciação, Bally diz que “toda enunciação do pensamento pela língua é condicionada lógica, psicológica e lingüisticamente. Esses três aspectos somente se recobrem em parte; seu papel respectivo é muito variável e muito diversamente consciente nas realizações da fala” (BALLY, 1965, p.35). Um enunciado (ou frase, termo equivalente na obra), então, é constituído lingüisticamente e tem em si um lado lógico e um psicológico.

A enunciação é o ato que um sujeito realiza ao comunicar os seus pensamentos. Pensar é “reagir a uma representação constatando-a, apreciando-a ou desejando-a” (p.35), e a representação consiste em uma noção da realidade que cada sujeito tem em si mesmo. Bally adverte que “é preciso cuidar para não confundir *pensamento pessoal e pensamento comunicado*” (p.37), pois essa distinção explica a natureza do signo lingüístico: “O signo

---

[18] Doravante LGLF. A edição usada neste trabalho é datada de 1965.

porta em si mesmo sua significação (seu significado), e é somente essa que conta para a comunicação. Ela pode estar em contradição com o pensamento daquele que emprega o signo, e não recobre então a noção de realidade" (p.37-38).

Assim, um sujeito tem uma noção de realidade, criando uma representação do mundo, dos outros e de si mesmo. Para exprimir seus pensamentos pessoais, ele faz com que conceitos virtuais, do sistema lingüístico (equivalentes aos signos saussurianos), sejam atualizados, tornando-se conceitos reais[19], isto é, ligados à sua representação da realidade. Ou seja, o sujeito toma os conceitos da língua – que são criados na mente de todos os sujeitos de uma comunidade lingüística – e faz com que se identifiquem com a sua representação de mundo, pois

> Para se tornar um termo da frase, um conceito deve ser atualizado. Atualizar um conceito é identificá-lo a uma representação real do sujeito falante. De fato, um conceito é em si uma criação da mente, ele é virtual; ele exprime a idéia de um gênero (coisa, processo ou qualidade). Ora, a realidade ignora os gêneros: ela somente oferece entidades individuais (p.77).

Ou seja, o sujeito, ao enunciar, faz um uso individual e único do sistema lingüístico.

Retomando o que foi dito mais acima, a frase – ou enunciado, a realização da fala – é composta lingüística, lógica e psicologicamente. Se a sua porção lingüística é a materialização da enunciação, onde estão as porções lógica e psicológica?

A forma lógica da frase é a que "distingue claramente a representação recebida pelo sentido, a memória ou imaginação" (p.36), ou seja, é a noção direta e objetiva que o sujeito tem em contato com os signos da língua antes que opere subjetivamente sobre elas. Bally chama essa parte da frase de *dictum*. Já a porção psicológica é justamente aquela referente à "operação psíquica que o sujeito opera sobre ela" (p.36), isto é, o ato de atualização em si, que o autor denomina *modus* ou *modalidade*. Tal operação pode marcar entendimento, julgamento de valor ou julgamento de vontade. É através do *modus* que a representação formal da frase (o *dictum*) é atualizada, isto é, ganha sentido pelo falante.

Bally adverte que seria vantajoso estudar separadamente as três partes do enunciação,

---

[19] Os "conceitos" são a evolução, dentro da teoria de Bally, do que ele denominava em sua primeira fase de estudos, a Estilística, "símbolos".

> mas os fatores psicológicos do pensamento são tão bem engrenados na estrutura lógica que não se pode abstraí-los totalmente na análise lógica; por sua vez, a forma lingüística não pode ser inteiramente separada das outras duas. Não será surpreendente então encontrar, na análise lógica das formas de enunciação, considerações que dizem respeito às outras duas ordens. (p.35)

O próximo teórico que deve ser lembrado é **Mikhail Bakhtin**. A primeira informação sobre o autor no ocidente foi o artigo “Le principe dialogique”, de Todorov, de 1968, mas um texto efetivamente de Bakhtin somente foi publicado em francês em 1970, pela Seuil. Trata-se de *La poétique de Dostoievski*, que foi prefaciado por Julia Kristeva (DOSSE, 1994, p.73). Na década de 1980, ele teria seus escritos publicado de forma menos dispersa na França[20].

Pode soar estranha a presença desse autor em um trabalho que se propõe a analisar a existência da Lingüística da Enunciação. Contudo, concordando com Flores e Teixeira, acreditamos que tal presença não só é justificável como necessária, mesmo que o trabalho de Bakhtin não tenha caráter estritamente lingüístico, porque

> mesmo que efetivamente haja oposição marcada à lingüística saussuriana, as idéias do Círculo[21] sobre a linguagem trazem elementos que, de algum modo, contribuem para o estabelecimento de um pensamento sobre a enunciação, antecipando o estabelecimento de uma Lingüística da Enunciação que, além de contemplar a questão da intersubjetividade no âmbito dos estudos da linguagem, contém a indicação de um modelo de análise, na qual forma e sentido articulam-se no processo de constituição de sentidos do discurso. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.45)

Compartilhando a crença que temos neste trabalho, Paveau e Sarfati definem Bally e Bakhtin, no capítulo “As lingüísticas enunciativas” de *As grandes teorias da lingüística*, como “As origens esquecidas”. Os autores, já na introdução da obra, ao anunciar tal capítulo, afirmam que ele

> é inteiramente consagrado às teorizações que, provindas de Bally e Bakhtin, tentam pensar os mecanismos da discursivização, abrindo a reflexão lingüística à problemática da enunciação, integrando, segundo ênfases

[20] Após a incursão, “a apresentação de Bakhtin será retomada mais tarde por (...) Tzvetan Todorov (...). A ocasião para isso foi um projeto de estudo para restituir à obra de Bakhtin uma coerência que a dispersão de seus escritos, publicados em traduções díspares, não permitira até então atingir” (DOSSE, 1994, p.361).

[21] Como apontam Flores e Teixeira, o Círculo de Bakhtin deve ser referido “porque a proposição de reflexões sobre a linguagem não é privilégio de Bakhtin. Dentre os autores que o constituem, centralizamos a atenção em Voloshinov e Bakhtin, já que é em obras assinadas por ambos ou somente por Bakhtin que se encontra propriamente uma teoria enunciativa da linguagem. O Círculo compreende um grupo multidisciplinar que se reunia regularmente, de 1919 a 1920, para debater idéias” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.60 – nota de fim n.1).

> diversas, a questão das regulações do discurso e do lugar que nele ocupa o sujeito falante. (PAVEAU; SARFATI, 2006, p.8)

Segundo ênfases diversas. É dessa maneira que se caracteriza a Lingüística da Enunciação: um campo de estudos cujas teorias apresentam aspectos em comum, mas que tem por particularidade a heterogeneidade, além do fato de a maior parte de seus teóricos não se ligar exclusivamente a um tipo de estudo.

O maior exemplo de diversidade dentro de um mesmo teórico ligado à enunciação talvez seja **Roman Jakobson**. Apelidado de *o homem-orquestra* por François Dosse, devido às inúmeras áreas de estudo a que se dedicou[22], Jakobson pode ser incluído entre os teóricos da enunciação a partir da remissão a dois de seus temas.

A teoria das funções da linguagem é o primeiro, aquele pelo qual o autor é mais conhecido no Brasil. Embora tal estudo não possa ser considerado enunciativo *stricto sensu*, já que considera a linguagem como um código, "não se pode negar que Jakobson é pioneiro na sistematização de um modelo que inclui a atividade da fala" (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.24).

Há, contudo, um assunto abordado por Jakobson que tem caráter indiscutivelmente ligado à enunciação. Trata-se do estudo dos *shifters*, elementos do código que remetem à mensagem. "O que distingue um *shifter* de um *não-shifter*", constatam Flores e Teixeira, "é a referência ou não à enunciação" (p.26)[23].

Dentro dos estudos enunciativos, há um teórico cuja filiação à área ninguém discute. Considerado o *pai da Enunciação*, **Émile Benveniste** é, sem dúvida, o mais significativo expoente dentre todas as teorias que compõem esse vasto campo. Mesmo não sendo cronologicamente pioneiro em termos de um pensamento por um viés enunciativo[24], "Benveniste talvez seja o primeiro lingüista, a partir do quadro saussuriano, a desenvolver um modelo de análise da língua especificamente voltado à enunciação" (p.29).

---

[22] Destacam Flores e Teixeira (2005, p.21) que o autor tem "mais de seiscentas publicações entre livros e artigos" e que "Jakobson se interessava por muitos temas: o folclore, a poesia, a fonologia, a crítica literária, a aquisição de linguagem, as línguas do mundo, a patologia da linguagem, entre outros".

[23] Vale destacar que o termo "*shifter*" consta do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*.

[24] Como vimos, Bakhtin e Jakobson não se filiavam diretamente a Saussure, e Bally, mesmo dando crédito a Saussure em inúmeras oportunidades, desenvolveu a maior parte de seus estudos de cunho enunciativo antes do CLG.

De importância fundamental e vasta influência nos estudos lingüísticos, Benveniste realiza seus escritos em pleno apogeu do Estruturalismo[25]. Tal corrente era tão forte na época[26] que Benveniste tinha por interlocutores mais filósofos e psicanalistas (como, por exemplo, Jacques Lacan) do que lingüistas.

O autor revolucionou a Lingüística ao elaborar uma teoria que, ainda que siga e acredite nas noções saussurianas, subverte-as e ultrapassa-as ao articular sujeito e estrutura. "Benveniste, ao enunciar sua própria teoria no interior do campo saussuriano, o reatualiza, através de seu lugar singular de enunciação, renovando a significação deste campo" (TROIS, 2004, p.34). Afirma Benveniste que o sujeito, ao fazer uso da língua, deixa marcas lingüísticas em termos de *eu*, *tu*, *aqui* e *agora*, isto é, a noção de que, a partir do enunciado, chegamos à instância do ato de enunciação. Com isso, depreendemos o fato de que, se cada nova enunciação depende da instância em que é proferida, cada enunciação é única, irrepetível. O ápice de suas reflexões certamente está na noção de aparelho formal da enunciação, que "apaga as fronteiras entre a língua e a fala" (p.42).

Afirma Fiorin que

> Embora desde a Antiguidade a tradição gramatical reconhecesse que alguns elementos lingüísticos possuem uma situação específica de comunicação e alguns lingüistas como Bally tivessem a preocupação de recorrer ao sujeito e à situação de enunciação na análise lingüística, foi só depois das reflexões de Benveniste e Jakobson que o domínio da enunciação se ampliou e que se reconheceu a centralidade dessa categoria na constituição do discurso. Percebe-se então que a enunciação pode ser tratada como sistema, isto é, que sob a diversidade infinita dos atos particulares de enunciação opera sempre o esquema geral, que permanece invariante. A partir daí, um novo objeto constitui-se para a Lingüística, o uso lingüístico. (FIORIN, 1999, p.30)

Em "Semântica estrutural: o discurso fundador", Fiorin aponta elementos a partir dos quais é possível afirmar que um determinado discurso é fundador em uma ciência:

> Vejamos, pois, quais os traços do discurso fundador na ciência: *a)* funciona como referência básica para a elaboração teórica e para a compreensão de um dado domínio da "realidade", fundando, assim, discursos, ou antes uma discursividade (...); *b)* estabelece uma identidade teórica para um dado grupo de pesquisadores, dando a eles o sentimento de pertença a um projeto de

---

[25] Seu *Problemas de lingüística geral I*, uma compilação de 28 artigos datados entre 1939 e 1964, é publicado em 1966. Já *Problemas de lingüística geral II* é lançado em 1974, com artigos de 1965 a 1972.

[26] Marca Dosse que "o ano de 1966 tinha sido o ano-guia do estruturalismo". Apesar de haver outros pontos de vista já em evidência no período, como o Gerativismo, "o estruturalismo triunfa, portanto, num momento em que as fundações do edifício mostram as primeiras fissuras, em que as vontades de extravasamento, de superação ou de radicalização do fenômeno já estão bem definidas" (Dosse, 1994, p.97).

> construção do conhecimento, o que significa que outros discursos vão apontá-lo como fundador; *c)* desautoriza uma tradução anterior de sentidos, o que quer dizer que se constitui em oposição a uma dada tradição de sentidos, que se constrói numa dada relação de conflito com o processo dominante de sentido, aí produzindo uma *ruptura*, um deslocamento, instalando uma tradução outra, instaurando uma nova ordem de sentidos, estabelecendo um novo sítio de significância, desenvolvendo novos domínios de pesquisa, construindo limites outros, tornando possíveis novos *gestos de interpretação* dos fenômenos; *d)* estabelece uma relação particular com o que veio antes, com uma dada filiação, re-significando o que foi feito antes e, dessa forma, instalando uma nova filiação, constituindo-se, assim, num momento de significação importante, diferenciado, e produzindo sua memória. (FIORIN, 1995, p.19-20)

Embora o autor trate, no trecho acima, de um texto de Greimas, podemos estender o seu domínio para o campo da Lingüística da Enunciação e afirmar que é possível interpretar a obra benvenistiana como o discurso fundador de uma tal lingüística.

Dessa maneira, podemos dizer que todas as teorias enunciativas posteriores a Benveniste têm, de uma forma ou de outra, alguma relação com a teoria benvenistiana. Um bom exemplo disso é **Oswald Ducrot**. De fato, tal informação consta em *História do estruturalismo*, de Dosse, em um item intitulado “Os filhos de Benveniste” em que afirma:

> Benveniste teve algumas dificuldades para fazer ingressar o sujeito no interior do horizonte teórico dos lingüistas. Nem por isso teve menos discípulos que lhe deram continuidade e foram, num contexto mais favorável, introdutores mais bem sucedidos da filosofia analítica. É especialmente o caso de O. Ducrot. (DOSSE, 1994, p.68)

Teórico atuante da área da Enunciação, Oswald Ducrot publica sua primeira obra (*Dire et ne pas dire*) em 1972. Desde então, o autor segue constantemente estudando e repensando sua teoria e os modelos de análise que lhe são próprios dentro do que denomina *Semântica pragmática*, *Pragmática lingüística*, *Semântica argumentativa* ou, simplesmente, *Teoria da Argumentação na Língua* (TAL).

Barbisan ressalta que há uma hipótese condutora da teoria de Ducrot, que se mantém, a de que *a argumentação está na língua*. Diz a autora:

> O foco de análise da teoria de Ducrot é, pois, a argumentação, ou seja, as marcas que o locutor, produtor do enunciado, coloca em seu discurso. Essas marcas se apresentam tanto explicitamente, do ponto de vista da relação entre locutor e interlocutor, portanto, tanto entre sujeitos da enunciação quanto entre o locutor e outros sujeitos, os enunciadores, que, em diferentes níveis de implicitação dialogam com o locutor, postulando a não unicidade de sujeitos do enunciado. Então, as relações no discurso, como propõe essa

> teoria, se estabelecem não apenas entre palavras ou frases, mas igualmente entre discursos. A enunciação é definida por Ducrot como o surgimento do enunciado, tornando-se este o objeto de suas análises, sem contudo se desvincular, em nenhum momento de sua perspectiva enunciativa. (BARBISAN, 2006, p.33)

Conduzindo, assim, suas reflexões sempre buscando aprimorar sua teoria, os estudos de Ducrot já apresentam quatro fases distintas. São elas: a teoria clássica da argumentação, a teoria da argumentação na língua, a teoria dos *topoi* argumentativos e a nova teoria da argumentação na língua (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.64).

Na década de 1980, chega ao quadro enunciativo outra presença de peso: **Jacqueline Authier-Revuz**. A autora, que se declara *neo-estruturalista*, já que parte da noção saussuriana de língua, leva para sua teoria o que ela chama de "dois exteriores": o dialogismo bakhtiniano e a psicanálise freudo-lacaniana.

Authier-Revuz estuda "um tipo de configuração enunciativa da reflexividade metaenunciativa – a modalização autonímica" (p.74), o que significa que sua pesquisa gira em torno "da propriedade de reflexibilidade da linguagem – ou, seja, a capacidade que ela tem de ser sua própria metalinguagem" (p.78). Afirmam ainda Flores e Teixeira (p.84) que "sua teoria enunciativa oferece uma descrição lingüística que permite surpreender, no fio do discurso, a construção dos objetos discursivos, dos acontecimentos e dos lugares enunciativos".

O último teórico que queremos destacar neste momento inicial é **Antoine Culioli**, que, junto com Authier-Revuz e Ducrot, forma o grupo de maior influência nos estudos enunciativos da atualidade. O autor parte de uma perspectiva diferenciada daquelas mais conhecidas e divulgadas Teorias da Enunciação, já que a enunciação não está no sujeito, mas sim na própria linguagem. Diz Dahlet (1997, p.76) que, dessa maneira, a significação depende "de uma espécie de mecanismo de compensação, que une a diversificação do sentido em discurso à constância de operações de localização", o que significa "que ela só vale por e através da história de seu percurso operatório".

Nas palavras do próprio Culioli:

> Eu insisto sobre os dois pontos: de um lado, eu digo que o objeto da lingüística é a atividade de linguagem (ela própria definida como operações de representação, de referenciação e de regulação); de um outro lado, eu digo que essa atividade nós só podemos apreender, a fim de estudar o seu

> funcionamento, através de configurações específicas, das organizações em uma língua dada. A atividade de linguagem remete a uma atividade de produção e reconhecimento de *formas*, ora, essas formas não podem ser estudadas independentemente dos textos, e os textos não podem ser independentes das línguas. (CULIOLI, 1990, p.14)

Não objetivamos fazer aqui uma listagem exaustiva dos autores que constituem a Lingüística da Enunciação. Caso tivéssemos em mente tal objetivo, deveríamos falar também de teóricos como François Flahault, Catherine Fuchs, Catherine Kerbrat-Orecchioni, Claude Hagége, entre outros. O que pretendemos foi dar um breve panorama do campo, que serve de base a outro ponto da discussão, qual seja, ajudar a dar conta da questão da constituição do campo Lingüística da Enunciação (foco no capítulo 3).

Queremos, ainda, destacar o fato de que essa variedade de estudiosos e de métodos é uma marca da Lingüística da Enunciação. O próprio *corpus* do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*[27] é constituído de textos que representam teorias que tratam da enunciação, e tal escolha não é pacífica. Muitos poderiam questionar a presença de vários autores que lá se encontram presentes, e, até mesmo, o fato de chamar cada uma dessas reflexões de "teoria". Há diferenças fundamentais, como, por exemplo, a presença de autores que têm teorias "próprias", enquanto outros utilizam outras teorias em suas análises. Essas análise também não são similares, afinal, elas são decorrentes da maneira como se vê o objeto "enunciação". Marcamos, enfim, que temos consciência dessas diferenças, e elas serão consideradas ao longo de toda a dissertação e nas nossas análises.

No próximo momento, abordaremos a constituição da Lingüística da Enunciação, e, em seguida, faremos uma breve análise sobre a incursão dos estudos enunciativos no Brasil. Esses dois capítulos, junto a essa parte inicial deste trabalho, ajudarão a entender o lugar de um dicionário de Enunciação no contexto brasileiro dos estudos da linguagem.

[27] Tal obra terminográfica é abordada nos capítulos 4 e 5 deste trabalho.

Capítulo 2

A DELIMITAÇÃO DA LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

... às vezes é útil pedir à evidência que se justifique.

Émile Benveniste

2 A DELIMITAÇÃO DA LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

O presente capítulo tem por objetivo ver os termos pelos quais podemos pensar a existência do campo[28] de estudos *Lingüística da Enunciação*, delimitando suas diretrizes fundamentais. Assim, primeiramente abordaremos o corte efetuado na constituição da Lingüística como ciência[29]. Em seguida, retomamos as teorias enunciativas, agora com um caráter de delimitação de suas características. Dessa forma, acreditamos estar completando as noções epistemológicas de caracterização do campo que serão necessárias para a análise do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*.

2.1 O corte saussuriano[30]

> *Repetidas vezes ouvimos Ferdinand de Saussure deplorar a insuficiência dos princípios e dos métodos que caracterizavam a Lingüística em cujo ambiente seu gênio se desenvolveu, e ao longo de toda a sua vida pesquisou ele, obstinadamente, as leis diretrizes que lhe poderiam orientar o pensamento através desse caos.*
>
> *Charles Bally e Albert Sechehaye*

Em mais um fragmento retirado do prefácio à primeira edição do *Curso de Lingüística Geral*, podemos perceber, a partir da afirmação dos editores, um pouco do que

---

[28] Utilizamos a palavra *campo* – em *campo de estudos* e em *campo (da) Lingüística da Enunciação* – como o faz Jacqueline Authier-Revuz, em *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidence du dire* (1995). A autora utiliza "balisages dans le champ du métalinguistique" ("balizagens no campo do metalingüístico") (p.3) e "balisages dans le champ énonciatif" ("balizagens no campo enunciativo"). Authier-Revuz tem também um texto em que usa a palavra *campo* no título: *Psychanalyse et champ linguistique de l'énonciation: parcours dans la méta-énonciation*, publicado por ocasião do Colloque international de Cerisy-La Salle (1998), Linguistique et psychanalyse, sob a direção de Michel Arrivé e Claudine Normand.

[29] Em um livro chamado *A enunciação*, Jean Cervoni já faz um primeiro esboço no sentido de reunir os estudos enunciativos, perguntando-se o que uniria perspectivas tão diversas. O autor conclui que um dos traços dos estudos ligados à Lingüística da Enunciação (o autor faz uso do sintagma) é partir da reflexão da Lingüística tal qual Saussure a delineou, caminho adotado aqui.

[30] Não pretendemos aqui fazer uma leitura extensa da obra saussuriana. Tomamos apenas os pontos relevantes ao desenvolvimento do raciocínio a que nos propomos nos momentos em que são necessários.

caracterizava os estudos saussurianos e qual era, afinal, sua disposição ao ministrar os cursos que, posteriormente, deram origem ao CLG.

Afirma Teixeira:

> Uma pesquisa empírica não se torna ciência, como diz Ducrot, a não ser quando se decide a "construir" seu objeto. Em nome do rigor, essa construção não acolhe a multiplicidade de aspectos que constituem os fenômenos observáveis em um campo de investigação. Via de regra, o que o pesquisador faz é elaborar os conceitos com a ajuda dos quais poderá interrogar os dados da experiência.
>
> É sob essa perspectiva que, no CLG, Saussure trata de definir que aspectos do complexo fenômeno da linguagem a lingüística deve privilegiar para conquistar *status* no terreno científico. Seu propósito é bem claro: fundar a lingüística como ciência pela definição de um objeto e de um método próprios. Essa preocupação central decorre de sua insatisfação com a linha essencialmente histórica e comparativista com que vinham sendo conduzidos os estudos da linguagem na época, totalmente desatentos quanto à descrição dos fatos lingüísticos. (TEIXEIRA, 2005, p.99-100)

Quando Saussure ministrou, entre 1907 e 1911, os três cursos que gerariam a obra inaugural da Lingüística, acabou constituindo uma nova forma de ver e de estudar a linguagem em relação ao que se fazia naquele momento. Desse modo, o que vemos no CLG é o resultado de um esforço no sentido de constituição de ciência.

Como afirma o autor, "bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto" (SAUSSURE, [1916], p.15). Para conseguir alcançar seu objeto, Saussure percorre um caminho bastante claro, começando por definir a linguagem como constituída da língua somada à fala. Embora a língua e a fala estejam estreitamente ligadas (p.27), uma vez que a fala é *individual, acessória*, um produto *em constante evolução,* o mestre opta pela língua, essa *social, homogênea* e, portanto, *um objeto que se pode estudar separadamente* (p.15-23). Assim, delimita como objeto da ciência lingüística a língua, em detrimento da fala, justificado sua escolha em termos de sua crença em relação às possibilidades de análise.

Saussure caracteriza, então, a língua como um sistema de signos, unidades que apenas adquirem sentido – ou significação – em contraposição umas às outras – trata-se da teoria do valor lingüístico, que é assim definido:

> Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo,

> mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são. (p.136)

Logo, por definição, “na língua só existem diferenças” (p.139). A língua é, portanto, um sistema estruturado de signos, cuja significação só é obtida contrapondo cada signo a todos os demais. Trata-se da grande inovação saussuriana. Como afirma Flores (1999),

> Considerar Saussure como o fundador da lingüística moderna significa reconhecer-lhe o mérito de propor a descrição científica da linguagem em termos de relações entre unidades. Em outras palavras, pensar a lingüística nesses termos é refletir sobre método e objeto. (FLORES, 1999, p.28)

Mas apenas considerar a constituição da Lingüística como ciência não basta aos objetivos que temos neste trabalho. É necessário um passo a mais.

Quando determina o que é a Lingüística e qual é o seu objeto, Saussure também delimita a sua exterioridade. Isto é, quando se diz o que deve ser analisado sob uma certa perspectiva, automaticamente é excluída toda e qualquer outra investigação que esteja alheia a tal objeto. Dentre as exterioridades estabelecidas pelo corte saussuriano, a mais relevante aqui é, certamente, o sujeito.

Ao definir a língua como objeto, Saussure afirma que só é relevante para o estudo lingüístico aquilo que está estritamente ligado à língua. Tendo estabelecido que a presença do individual está apenas na fala, automaticamente se exclui a viabilidade de abordar o sujeito em qualquer operação que se diga lingüística.

Contudo, como aponta Flores (p.40), para que o signo seja alçado à condição de existência, é necessário o elemento excluído, o sujeito, à medida que os signos só têm identidade porque atravessados pela rede de valores e de oposições, o que só pode ser feito pela presença do sujeito. Sem essa exterioridade, portanto, não tem sentido a teoria do valor, que é o que propriamente sustenta a estrutura, o sistema de signos. Dessa forma, podemos afirmar que, embora o mestre genebrino tenha determinado a exterioridade do sujeito no ato de fundação da ciência lingüística, isso não significa que o sujeito esteja necessariamente excluído do lingüístico. Ou, nas palavras de Flores,

> o fato de uma determinada região do conhecimento poder se constituir sobre um recorte como forma de singularizar seu objeto, cuja conseqüência é a delimitação de um campo de conhecimento, não é argumento suficiente para

> negar a existência de uma exterioridade, inclusive, podendo ela mesma retornar ao interior desse recorte. (p.49)

Portanto, se há exteriores na Lingüística tal qual foi constituída por Saussure, é porque qualquer escolha teórica os cria. Assim, não era o foco do autor tratar desses exteriores, considerando os seus objetivos e o momento histórico no qual estava inserido (circundado por estudos comparativistas), que faziam necessária uma delimitação, dando caráter científico a um estudo que não o tinha. Ainda em Flores vemos que

> A lingüística constitui-se como um domínio circunscrito somente a partir da célebre dicotomização língua/fala e da concepção de signo sobre as quais se singulariza o objeto de investigação. Uma conseqüência disso é a exclusão, do interior do objeto, de uma série de problemas que mesmo relacionados com ele nada dizem do ponto de vista do qual fala Saussure. O ponto de transbordamento da lingüística estrutural é o sujeito. Dele nada se diz porque ele não é um ponto de interrogação para a teoria. (p.49)

Se Saussure nada dizia do sujeito, se esse não era seu questionamento, logo surge quem, ainda seguindo o mestre genebrino, tenha a dizer sobre tal objeto.

2.2 Lingüística da Enunciação: a constituição de um campo

Para ser considerado como um campo de estudos, como percebemos a partir do exemplo saussuriano, é necessário que seja feita uma delimitação. É preciso que algo deveras una as teorias enunciativas sob algum ponto de vista para que possamos reconhecê-las como pertencentes a um campo único.

Seria possível, por exemplo, fazer uma divisão entre os autores que aqui consideramos enunciativos, apontando suas especificidades. Dessa forma, haveria teóricos enunciativos *stricto sensu* – como Authier-Revuz e Ducrot, que trabalham exclusivamente com o paradigma enunciativo –, outros que o abordam (ou abordaram-no) entre outros estudos – como Jakobson, Bally e o próprio Benveniste, que, dentre os muitos assuntos sobre os quais trataram, criaram também teorias enunciativas – e, ainda, teóricos que tiveram apenas algumas reflexões ligadas à enunciação – como Bakhtin.

Essa visão é possível, mas não invalida o esforço empreendido neste trabalho, à medida que o olhar, aqui, é inverso. Trata-se de vislumbrar o campo não como ponto de partida, mas como ponto de chegada, isto é, não partimos da Lingüística da Enunciação para chegar aos seus autores, mas dos autores que têm uma reflexão que os liga ao campo da

Lingüística da Enunciação, constituindo-o, o que é uma perspectiva diversa, mas igualmente válida[31].

Não vemos, portanto, a Lingüística da Enunciação como uma área cujo objeto tem um tratamento homogêneo. Embora, inegavelmente, haja um objeto no campo proposto, a *enunciação*, ele é abordado de inúmeras formas, o que podemos verificar na reunião em um único dicionário, de múltiplos autores que, de uma forma ou de outra, tratam da enunciação[32]. O que buscamos é entender um campo de estudos rico por sua heterogeneidade, e que tem por essência a aceitação de determinados elementos comuns que fazem com que possamos reuni-los sob um mesmo paradigma. Ainda que esse campo seja constituído de diversas teorias, ele pode, então, ser denominado *Lingüística da Enunciação*.

Podemos, contudo, fazer um questionamento sobre a validade do esforço empreendido aqui. Em outros termos: para que delimitar um campo de maneira tão contundente, se, afinal de contas, ele já está constituído de fato, à medida que a ele estão congregados, como defendemos, inúmeros estudos instituídos? Ou, ainda, como se perguntam Flores e Teixeira (2005, p.109), "quais as vantagens de se nomear um campo que não existe como unidade, mas apenas como multiplicidade (...), a quem (ou a quê) serve essa unidade, se ela não parece ser mais do que uma miragem, uma vez que a ela subjaz o diverso?".

Para responder a essas questões, recorremos ainda aos próprios autores, para quem essa noção de campo é necessária porque tal atitude não só assegura um estatuto epistemológico à área, mas ressalta o fato de que a Enunciação não consiste em um nível de análise, mas em um ponto de vista a partir do qual qualquer nível da língua pode ser analisado.

Entretanto, para sustentar que há tal campo de estudos, é preciso que especifiquemos de que maneira estamos, então, caracterizando-o. É necessário entender suas especificidades e mostrar "o que significa a palavra *lingüística* no sintagma *Lingüística da Enunciação*" (p.109), e, portanto, a que noção de ciência estamos remetendo, já que "ser científico é uma questão de ponto de vista" (p.99): "o que é científico para um gerativista, certamente não o é para um estruturalista, nem mesmo para um funcionalista. Um dado lingüístico, certamente, receberá tratamento diferenciado conforme a linha teórica a partir da

---

[31] Entraremos mais a fundo nessa questão no quinto capítulo desta dissertação.
[32] Abordaremos mais aprofundadamente o *Dicionário de Lingüística da Enunciação* nos capítulos 4 e 5 do presente trabalho.

qual seja abordado" (p.98). Mais especificamente, portanto, o que discutimos é a delimitação das fronteiras da Lingüística da Enunciação, isto é, colocamos em foco a questão do método e do objeto.

Ao afirmar que o objeto da Lingüística da Enunciação é a *enunciação*, podemos gerar uma certa perplexidade em virtude de tal obviedade. Entretanto, a diversidade de noções que envolvem o termo permite que o evidenciemos.

A mais conhecida das definições de enunciação é, sem dúvida, a de Benveniste. O ato de "colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (BENVENISTE, 1989, p.82). É claro que ela não é a única. Para Bally, por exemplo, a enunciação consiste em um ato do falante de utilizar as unidades de expressão comuns a todos os indivíduos de uma comunidade lingüística para expressar suas idéias e sua subjetividade. Para Bakhtin, a enunciação "é pois atividade intrinsecamente dialógica" (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.57).

Não seria produtivo citar exaustivamente aqui cada uma das definições de cada autor de uma teoria enunciativa. É relevante, entretanto, constatar que, independentemente da definição dada ao termo, sempre há uma busca por delimitar esse objeto, e, em todos os casos, "é sempre de *enunciação* que se está a falar: enunciação e subjetividade; enunciação e argumentação; enunciação e polifonia; enunciação e metalinguagem; enunciação e comunicação etc." (p.102).

Conceituar enunciação, no entanto, não é um fim em si mesmo. O conceito de enunciação é absolutamente inovador em termos de Lingüística, pois, como afirmam Flores e Teixeira:

> Com ele, consolida-se o estudo que busca evidenciar as relações da língua não apenas como sistema combinatório, mas como linguagem assumida por um sujeito. As marcas da enunciação no enunciado têm a especificidade de remeter à instância em que tais enunciados são produzidos, fazendo irromper o sujeito da enunciação. (p.12)

Conforme destacam Flores e Teixeira, a noção de enunciação, tal qual se caracteriza nos estudos enunciativos, faz com que se pressuponha um sujeito que assume a linguagem.

Afirmam Maldidier, Normand e Robin que

> A elaboração do conceito de enunciação é sem dúvida a tentativa mais importante para ultrapassar os limites da lingüística da língua. Após Bally, que dá uma primeira formulação do problema, Jakobson e Benveniste foram justamente saudados como os pioneiros das pesquisas neste domínio. Quaisquer que sejam as diferenças que marcam as suas abordagens, os trabalhos destes dois lingüistas convergem no sentido de colocar em evidência uma classe de unidades da língua que se definem por suas propriedades funcionais do discurso: *embrayeurs* (ou *shifters*) para Jakobson, elementos indiciais para Benveniste, estes elementos têm a particularidade de remeter para a "instância do discurso" em que eles são produzidos, constituindo no enunciado pontos de emergência do sujeito da enunciação. Esta descoberta comum funda a oposição entre enunciado e enunciação e abre uma perspectiva nova à análise do texto: este não manifesta apenas o funcionamento da língua como "repertório de signos e sistema de suas combinações", mas remete para a "linguagem assumida como exercício pelo indivíduo". (MALDIDIER; NORMAND; ROBIN, 1994, p.72)

Essa questão – a do sujeito – é polêmica na Lingüística da Enunciação. Muitas críticas são feitas nesse sentido, buscando "ver no sujeito da enunciação uma evidência perceptível, psicológica, livre e transparente" (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.11). Ora, se as teorias da Enunciação estudam o ato de enunciar – ou seja, estudam o processo, não o produto, o dizer, não o dito –, concluímos que o enunciado, que é o produto, é, sim, importante, mas apenas na medida em que é usado para se chegar à enunciação. O enunciado não passa de um instrumento. Constatamos, então, o fato essencial de que a Enunciação não estuda o sujeito, mas as marcas do uso que ele faz do sistema da língua.

Defendem Flores e Teixeira:

> Em nossa opinião, o sujeito não é propriamente o objeto de estudo de uma teoria lingüística, mas sim a representação que a enunciação dá dele. Parece-nos que a lingüística não tem instrumentos suficientes para abordar o sujeito exatamente porque esse conceito evoca aspectos exteriores ao lingüístico. Em suma, o sujeito em si não é uma problemática própria à *Lingüística da Enunciação* e sua abordagem em lingüística exige que sejam convocados exteriores teóricos. (p.107-108)

Mas o que dizer, então, de teorias como a de Jacqueline Authier-Revuz, que traz à tona o sujeito em seus escritos? Fica muito claro que a autora concorda completamente com esse posicionamento, pois, se o sujeito aparece em sua teoria, a partir da psicanálise freudo-lacaniana, ela marca essa presença como um *exterior*, uma abordagem não-lingüística que a ancore em sua *descrição lingüística* (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.22). Assim, "se, por um lado, é absolutamente legítima a teoria enunciativa que busca dizer algo sobre aquele que

enuncia, por outro, não se pode dizer que seja inerente ao estudo enunciativo a abordagem do sujeito" (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.108).

Este é o momento propício para retomarmos a questão do sujeito, cuja abordagem foi delineada em 2.1. A crença de nosso estudo é que o fato de as teorias da Enunciação trazerem a questão do sujeito não as desliga da teoria de Saussure, e, portanto, do Estruturalismo[33]. Podemos dizer que as teorias enunciativas busquem a *lingüística da fala*, deixada de lado pelo mestre genebrino, embora não constituída exatamente da forma como ele a delineara.

Se Saussure tratou o sujeito como uma exterioridade, como já foi apontado, é porque essa não era uma reflexão teórica que fosse oportuna naquele momento. Afirma Flores que

> A lingüística é uma disciplina modelo que surge com autonomia, cujo êxito dependia da inserção da ciência na ordem dos saberes. Ora, a lingüística só obteve sucesso devido ao lugar que ocupou entre as ciências humanas, lugar este dado pela compreensão simultânea de que havia uma natureza singular de um determinado objeto (a língua) e uma exigência metodológica imposta por ele. (FLORES, 1999, p.128)

No entanto, podemos afirmar que se "a definição de língua implica a eliminação de tudo o que seja estranho ao sistema, ou seja, tudo o que pertence à 'lingüística externa'" (p.128), certamente as exterioridades são, para Saussure, relevantes. Segue Flores, dizendo que

> Saussure admite sua importância [das exterioridades], pois as relações da língua com a etnologia, com a história política e com as instituições (...) só podem ser contempladas pela lingüística externa.
>
> (...) Penso que é possível insistir na articulação de ambas [lingüística externa e lingüística interna]. Senão como justificar que Saussure tenha dado um estatuto lingüístico a disciplinas que são exteriores à lingüística? (p.128-129)

Mas em que medida pode-se aceitar que um exterior seja inserido e, ao mesmo tempo, seguir dizendo-se lingüístico e filiado a uma reflexão estruturalista[34]? Como diz Flores, "não tem sentido fazer intervir um elemento que não pertença ao conjunto de relações da língua. Em outras palavras, a intervenção de aspectos 'exteriores' só faz sentido se forem

---

[33] Talvez o termo mais condizente com a idéia que se quer passar fosse *Saussurianismo*, pois o Estruturalismo é uma escola decorrente de uma leitura de Saussure, e não uma disciplina fundada por ele. Mantemos aqui o termo "Estruturalismo" por uma tradição de fazer, através do uso dessa forma, relação ao autor genebrino, mas discutiremos essa noção no quinto capítulo deste trabalho.

[34] Novamente ressaltamos que mais adequado seria dizer "seguir dizendo-se lingüístico e filiado a uma reflexão saussuriana da linguagem".

definidos na estrutura lingüística” (p.130). Assim, só se pode admitir um exterior quando “*o fenômeno* (...) *se dá sobre uma base lingüística e* (...) *por ela tem existência*”, logo “*não há um centro (a língua) que possa ser estudado independentemente da exterioridade, mas a língua é ela mesma atravessada por elementos que não se encerram no sistema e sim o constituem* (p.130).

Se o sujeito é importante para a Enunciação, portanto, é na exata medida em que está inserido na enunciação. Não há como pensar a língua no escopo da Enunciação sem pensar em seu uso, e não há como pensar em uso sem pensar em sujeito, ainda que no plano lingüístico. Está aí posta a grande diferença entre a lingüística da fala saussuriana e a Lingüística da Enunciação. Trata-se justamente do fato de que a Enunciação coloca o sujeito *no* lingüístico. Isso não é feito, no entanto, sem mudança em relação à noção de fala tal qual proposta por Saussure.

Conforme Flores, a dicotomia saussuriana língua/fala é o ponto de partida do autores da enunciação,

> Porém, não é nem na negação absoluta da dicotomia, nem na sua afirmação absoluta que vejo o objeto da Lingüística da Enunciação. Mas é antes na falta de crença na distinção dos dois campos que, parece-me, está o que concerne especificamente à Lingüística da Enunciação. Os fenômenos estudados nas teorias da enunciação pertencem à língua, mas não se encerram nela; pertencem à fala à medida que só nela e por ela têm existência, e questionam a existência de ambas já que emanam das duas. (FLORES, 2001, p.56)

Na Lingüística da Enunciação, portanto, há subversão dessa dicotomia saussuriana, pois não há como fazer uma delimitação clara das fronteiras entre língua e fala[35].

Podemos tomar por exemplo a noção de aparelho formal da enunciação, de Benveniste, que consiste na mais forte referência nesse sentido. Segundo vários estudiosos, o artigo “O aparelho formal da enunciação” é uma quebra de paradigma dentro da própria teoria benvenistiana, é exatamente o texto no qual há a dissolução da dicotomia.

---

[35] Simon Bouquet (2004) faz um estudo dos manuscritos saussurianos que dá origem ao livro *Introdução à leitura de Saussure*. Nessa obra, o autor aponta para o fato de que o próprio Saussure, ao longo dos três anos do curso que ministrou na Universidade de Genebra, teria ido na mesma direção de pensamento, ou seja, na dissolução da dicotomia língua/fala. Nesta dissertação, entretanto, não discutimos esse posicionamento. Aceitamos que as concepções postas no CLG são as que efetivamente serviram de fundação à ciência lingüística.

Barbisan (2004) faz uma interessante comparação entre as noções de língua e fala em Benveniste e em Ducrot, a partir da qual se evidencia que a problematização da dicotomia saussuriana não é privilégio de Benveniste. Como era de se esperar, trata-se de uma marca dos teóricos da Enunciação em geral. Resume a autora:

> O pleno desenvolvimento do estudo do *discurso* [em Benveniste] é de 1970, com *O aparelho formal da enunciação*. Sendo o ato de utilização do aparelho formal da *língua*, a *enunciação* se torna a colocação em funcionamento desse aparelho. Ao se *apropriar* do aparelho formal, o falante dá sentido, pela sua utilização no *discurso*, aos índices que, pela *enunciação*, se tornam próprios dele. Só no *discurso*, pelo ato de *enunciação*, se significam o *eu*, o *tu* e as marcas que especificam o *locutor* que, como centro de referência, instaura o *sentido* no *discurso*. Com esses conceitos, entende-se que Benveniste articula, não *língua* e *fala*, mas *forma* e *sentido*, ou melhor, pela *enunciação* associa *aparelho formal* e *sentido*.
>
> (...) Ducrot modifica e amplia os conceitos de *língua* e de *fala* a partir de outro ponto de vista: o da integração na *frase* na noção de enunciação, vista sob a forma de argumentação, e, conseqüentemente, da necessidade de desfazer a oposição entre os conceitos, articulando-os. (...) Como teoria semântica, o *sentido* não preexiste ao *discurso*, já que só nele se constitui. Com isso, fica a frase praticamente esvaziada de semantismo, restando nela apenas *instruções* que orientam a busca do *sentido* no enunciado. Entende-se que as *instruções* conduzem à articulação entre *frase* e *enunciado*. (BARBISAN, 2004, p.77-78)

É ainda oportuno lembrar Michel Lahud, que, em *A propósito da noção de dêixis*, corrobora a questão da não aceitação da dicotomia língua/fala, fazendo uso do sintagma "Lingüística da Enunciação", proposto por Todorov, para caracterizar os estudos que aderem a esse princípio:

> A lingüística da enunciação visa não somente um fenômeno que não pertence à "fala", mas justamente um fenômeno cuja existência compromete a própria distinção língua-fala em algumas de suas postulações. Nem da ordem da língua, nem da ordem da fala tais como concebe Saussure, mas da própria linguagem enquanto *atividade regrada* (portanto *coletiva*) *lingüisticamente*: eis o que é revelado sobre a natureza do objeto dessa lingüística quando se diz que ela não estuda nem os componentes da matéria-linguagem que fazem parte do objeto de outras ciências não propriamente lingüísticas (Fisiologia, Física, Psicologia, etc.), nem as *variações* que sofre o sentido dos signos do sistema quando assumido pelo locutor num ato individual de produção, mas a enunciação enquanto centro necessário de referência do próprio *sentido* de certos signos da língua.
>
> (...) De Saussure à denominada "lingüística da enunciação", houve, pois, um deslocamento daquilo mesmo a que remete a própria noção de enunciação. (LAHUD, 1979, p.98)

Quanto a essa noção de enunciação, que constitui o objeto mesmo do campo, afirmam Flores e Teixeira que

> A lingüística da enunciação elege para si um objeto multifacetado que obedece a restrições teórico-metodológicas impostas pelas teorias da enunciação. Esse objeto está na dependência da meta a cumprir, da ótica adotada sobre o fenômeno etc. No entanto, apesar dessa aparente dispersão, há algo de unificador: a crença na língua como ordem própria que precisa ser atualizada pelo sujeito a cada instância de discurso.
>
> (...) O estudo da enunciação não está limitado a certos signos da língua, mas compreende a língua em sua totalidade. E nesse ponto seguimos de perto as idéias de Benveniste: se o *aparelho formal da enunciação* é constitutivo da língua, então ela mesma comporta referência ao seu próprio uso. Logo, todo em qualquer fenômeno lingüístico carrega em si a potencialidade de um estudo em termos de enunciação, já que sua existência depende do sujeito que o enuncia. O objeto da lingüística da enunciação é todo o mecanismo lingüístico cuja realização integra o seu próprio sentido e que se auto-referencia no uso. A enunciação é, pois, o que constitui esse processo. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.106)

Desse modo, a partir da constatação da inserção do sujeito na língua e da quebra da dicotomia, depreendemos uma máxima da Enunciação: a busca pelo sentido. O sujeito se apropria[36] do aparelho formal para dar sentido às formas. A cada enunciação ele o faz

---

[36] Afirma Benveniste que "enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação" (BENVENISTE, 1989, p.84). Apropriar-se da língua é enunciar, fazer uso do aparelho formal da enunciação, isto é, do mecanismo de emprego da linguagem. "A enunciação", diz Benveniste, "é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (p.82). Um sujeito se apropria da língua, faz uso da linguagem realizando alguns processos simultâneos.

Segundo Benveniste, há dois sistemas na linguagem: o semiótico, das formas, cuja unidade é o signo, e o semântico, do uso, do discurso, cuja unidade é a palavra. O sujeito toma os signos, do sistema semiótico, e os significa, dando-lhes um sentido, tornando-os palavras da frase (estando, portanto, no nível semântico), de acordo com a instância desse discurso. Ao mesmo tempo em que constitui a própria instância do discurso, o sujeito constitui a si mesmo como "eu" – "o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala" (p.84) –, constitui também um "tu" – elemento sem o qual não há linguagem, pois a subjetividade (a noção mesma de sujeito) apenas pode ser alcançada por contraste, pela intersubjetividade (é apenas em relação a um outro que o homem consegue se constituir como sujeito). Vale destacar que

> A "subjetividade" de que tratamos aqui é a capacidade do locutor de se propor como "sujeito". Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (...) mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa "subjetividade", quer a apresentemos em fenomenologia ou psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser se uma propriedade fundamental da linguagem. É "ego" que diz ego. Encontramos aí o fundamento da "subjetividade" que se determina pelo status lingüístico da "pessoa". (BENVENISTE, 1995, p.286).

Ao enunciar, o locutor constitui não só a si mesmo como sujeito (a representação de si mesmo), mas também um "tu" (a representação, para o sujeito enunciador, de seu interlocutor), um "aqui" (a representação, para o sujeito enunciador, do espaço), um "agora" (a representação, para o sujeito enunciador, do tempo) e o "ele" (a representação, para o sujeito enunciador, do próprio mundo). Ou seja, o sujeito constitui a si mesmo e à sua realidade a cada enunciação. Diz ainda Benveniste:

> A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e, através desse discurso, o acontecimento reproduzido.(...) A linguagem reproduz o mundo, mas submetendo-o à sua própria organização. (p.26)

Ressaltamos que a separação dos níveis semiótico e semântico é apenas didática, serve apenas para que se entenda o processo de apropriação. Afinal, se, para Benveniste, "antes da enunciação, a língua não é senão

novamente, e novamente, e novamente. Cada nova enunciação gera uma nova instância de discurso. A irrepetibilidade é inerente à enunciação. O sentido é cada vez único. Apenas os aspectos formais da língua são repetíveis, constatáveis no enunciado[37]. Por isso, parte-se deles para chegar, a partir da depreensão da instância do discurso, à enunciação e, por conseguinte, ao sentido. Logo, as teorias da Enunciação estão sempre em busca do sentido. A conseqüência direta desse fato é que, em Lingüística da Enunciação, há determinação semântica dos fenômenos lingüísticos. Isto é, não só as teorias da Enunciação buscam o sentido, como acreditam que é o aspecto semântico que rege todos os níveis da linguagem.

Tal como afirma Lahud,

> As exclusões constitutivas do objeto "língua" (o referente, a situação, o sujeito falante, etc.) instauraram, portanto, a possibilidade de uma "semântica" propriamente lingüística, onde problemas de natureza bem diferente daquela dos problemas "semânticos" até agora encontrados podem e puderam aparecer. (LAHUD, 1979, p.97)

Com esses deslocamentos de perspectiva, salientamos atualizações teóricas que levam a crer na constituição de um novo campo. Há o objeto – a enunciação –, há hipóteses fundantes acerca dele – a questão do sujeito e da quebra de paradigma em relação à dicotomia saussuriana. iniciamos, portanto, a delimitação de um campo que tem por máxima a busca pelo sentido. Resta-nos, então, buscar considerações que digam respeito ao método.

Quando dizemos que a questão do sujeito e a da problematização da dicotomia língua/fala – e, em conseqüência, a do objeto em si: a busca pela enunciação – são abordadas de diferentes maneiras, estamos apontando para uma característica constitutiva da Lingüística da Enunciação, que se refere ao método de análise.

Em enunciação, emprega-se um método de acordo com cada perspectiva, mas toda análise é única e irrepetível. Em Flores e Teixeira, há uma ótima reflexão acerca dessa questão:

> Trata-se da abordagem de um objeto no qual se inclui o sujeito, portanto, algo do campo da irrepetibilidade. A enunciação é sempre única e irrepetível, porque a cada vez que a língua é enunciada tem-se condições de

---

possibilidade de língua" (BENVENISTE, 1989, p.83), a realização plena da língua se dá apenas com a passagem do semiótico para o semântico e com a integração desses dois níveis no discurso. Trata-se da já mencionada dissolução da dicotomia língua/fala.

[37] Como afirma Fiorin, "Tem razão Kerbrat-Orecchioni, quando mostra a impossibilidade de descrever o ato da enunciação em si mesmo. A descrição do ato em si violaria o princípio da imanência, base da constituição da Lingüística como ciência autônoma" (FIORIN, 1999, p.31).

> tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (eu/tu) singulares. Assim, cada análise da linguagem é única também. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.100)

Flores ressalta:

> Em *Lingüística da Enunciação*, reafirma-se a máxima saussuriana *o ponto de vista cria o objeto*, ou seja, o fato lingüístico que é objeto de análise não é anterior ao ponto de vista teórico adotado pelo cientista, mas é por ele determinado. Em outras palavras, o cientista, ao delimitar o lugar teórico do qual fala, determina a relação que estabelece com os fatos lingüísticos. (FLORES, 2001, p.58)

Cada teórico, assim, pode propor um dispositivo diferente, uma abordagem diversa do fenômeno enunciativo, e, efetivamente, o faz. Flores e Teixeira ainda fazem uma importante colocação a respeito da variabilidade dos métodos utilizados:

> Ora, se argumentamos em favor da existência de um campo de estudos da linguagem – a Lingüística da Enunciação – ao qual se integram diferentes teorias – as teorias da enunciação –, então parece ser evidente que o método de análise não pertence ao campo em si, mas a cada teoria em particular. Dessa forma, se por um lado o objeto *enunciação* (...) funda um campo do saber, uma discursividade, por outro, o método é o ponto de vista com base no qual esse objeto será examinado e isso depende das relações epistemológicas que cada teoria instaura com as demais teorias de seu campo, com os outros campos da lingüística e mesmo com outras áreas de conhecimento.
>
> Evidentemente, tal fato determina a própria configuração do objeto, o que permite dizer que a *enunciação* é algo distinto para cada autor. Eis o paradoxo: desde o prisma que enfoque o campo do saber é possível falar de Lingüística da Enunciação; desde o prisma da análise lingüística é sempre de teorias da enunciação que se trata. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.103-104)

Vale destacar a posição de Patrick Dahlet (1997), que, em "Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito", partindo da análise da noção de dialogismo bakhtiniano, defende a existência de duas perspectivas dentro das teorias enunciativas – a indicial e a operatória.

A primeira perspectiva, cujos representantes, segundo Dahlet, seriam Bally e Benveniste, é

> a concepção da enunciação como produção da língua por sujeitos. O que visa então esse estudo é o ato de inserção do sujeito falante na língua, como ele se enuncia, através do levantamento e da análise de marcas lingüísticas desta atividade (pessoas, tempo, lugar e modalidades da interlocução essencialmente). (DAHLET, 1997, p.70)

Já a segunda, a operatória, representada, para o autor, por Georges Guillaume e Antoine Culioli, “parte do princípio de que a enunciação não é da alçada do sujeito, nem mesmo do discurso, mas, antes de tudo, da linguagem” (p.76). Dahlet destaca que, desse ponto de vista, é “no próprio início da constituição da significação que se situa a enunciação”, sendo que a significação decorre “de uma espécie de mecanismo de compensação, que une a diversificação do sentido em discurso à constância de operações de localização”. Logo, essa perspectiva busca justamente as operações de construção lingüística, que são atualizáveis, da mesma forma que o sujeito que faz uso delas.

Ambas as perspectivas, contudo, afirma o autor, partilhariam um “duplo pressuposto”,

> a interposição da enunciação no sujeito cognoscente e a autoreferência do sujeito através da enunciação e que é da afirmação destes dois princípios que determina seus avanços topológicos, ou seja, que os leva a tentar representar o sujeito de enunciação no espaço de seu discurso, de tal maneira que o movimento do discurso gere novos sujeitos. (p.69-70)

A divisão em dois tipos evidencia as diferenças, mas, ao mesmo tempo, as similaridades, já que se tratam de duas modalidades de um mesmo tipo de estudo.

Retomando o texto “As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica”, de Fuchs, podemos trazer uma outra divisão em termos de teorias enunciativas. Da mesma forma que a autora atesta diferentes origens para a Enunciação, também separa as maiores influências recebidas pelos autores. Afinal, se Fuchs defende que as três correntes estão nos primórdios do pensamento enunciativo, nada mais natural do que indicar onde estão as marcas dessa influência nas teorias da Enunciação.

Os “herdeiros da retórica”, por exemplo, corresponderiam contemporaneamente às teorias de argumentação, como a de Oswald Ducrot, que, destaca Fuchs, faz parte de uma corrente pragmático-lingüística (FUCHS, 1985, p.113). As teorias da argumentação são consideradas “herdeiras da retórica, na medida em que visam analisar os mecanismos da persuasão através do discurso” (p.113). Portanto, da mesma forma que Aristóteles analisava os elementos discurso, considerando a argumentação e os elementos de persuasão, a teoria de Ducrot, a partir de análises lingüísticas, busca os princípios argumentativos que fazem com que enunciados sejam interpretados de uma forma ou de outra em situações de uso.

Já com relação à Gramática, ou à "enunciação abordada a partir da língua", estariam ligados teóricos como Jakobson, com sua análise dos *shifters*, e o próprio Benveniste, tendo como exemplo a análise dos índices (p.114). Acrescentamos ainda os estudos de Authier-Revuz, à medida que sua teoria também vai na direção de "uma propriedade importante da linguagem: a de comportar em si própria as condições de sua reflexividade" (p.114). Também a questão do *modus* e do *dictum*, trazidos por Bally, decorre da influência da Gramática de Port Royal.

Destaca Fuchs que "a tradição gramatical não separa radicalmente o sujeito da língua (nem, realmente, a língua do discurso). Faz apelo em particular e de modo intuitivo ao sujeito para analisar certas formas e construções da língua" (p.115). Percebemos aí, ainda que de forma incipiente, a questão do sujeito na língua e o fato de a língua e o discurso não estarem dissociados um do outro:

> Constata-se (...) que um certo número de "marginais do estruturalismo" continuam a não fazer o corte [língua/fala], e a integrar na análise lingüística o recurso ao sujeito e à situação de enunciação. Citemos, particularmente, Bally, Damourette e Pichon, Guillaume e Benveniste. (p.115)

Do mesmo modo que a retórica e a gramática produziriam seus "herdeiros", a lógica também o faria. Fuchs, no entanto, não traz esses dados sem problematizá-los. Tanto quanto a retórica ou a Gramática, a lógica também teria esses "herdeiros" no sentido de influências, e não na forma de abordagem, que, evidentemente, é diversa. A autora afirma que

> Se os postulados da lógica clássica são nitidamente anti-enunciativos, constata-se, entretanto, a emergência, atualmente, de problemáticas que se aproximam da enunciação: de um lado, no interior da própria lógica (através das semânticas intencionais), por outro lado, na sua periferia (sob o impulso das "filosofias da linguagem ordinária". (p.115)

Portanto, se nos próprios estudos lógicos contemporâneos (aqueles ligados às, nos termos de Fuchs, *semânticas intencionais*[38]) já divergem dos princípios clássicos, não poderia ser diferente com os estudos enunciativos, que são essencialmente lingüísticos, considerando referências apenas enquanto lingüísticas.

A lógica, então, faria parte das bases das "problemáticas chamadas de pragmática lingüística, que recobrem parcialmente as problemáticas das "funções da linguagem", as da

---

[38] Considerando também esse tipo de abordagem, fazemos, no item 2.3, uma breve reflexão acerca dos estudos que se diferem da Lingüística da Enunciação.

enunciação lingüística (no sentido estrito do termo, quer dizer análise de categorias como a dêixis ou as modalidades) e as da argumentação" (p.116). Assim, Fuchs, embora acredite que, por exemplo, Ducrot (que mais uma vez aparece) tenha sua temática (a argumentação) oriunda da lógica, está consciente de que as teorias das linguagens formais defendem a "*independência* (...) dos três planos, da sintaxe (relações signo-signo), da semântica (relações signos-objetos) e da sintaxe (relações signos-utilizadores), e a *hierarquia* sintaxe → semântica → pragmática" (p.116) e que "este postulado duplo da independência mútua dos três níveis e da hierarquia entre eles é recusado pelos defensores de uma abordagem enunciativa da linguagem (dita "natural" em oposição às linguagens formais): por exemplo, por Culioli e Ducrot" (p.116)[39].

---

[39] Acreditamos ser necessário um parêntese para uma breve exposição da teoria de Oswald Ducrot – embora trazendo apenas caracteres mais gerais –, à medida em que ela é tão marcadamente citada no texto de Cathérine Fuchs. Dessa forma esperamos explicitar o que há de "herança" das linhas apresentadas pela autora em Ducrot. No texto "Por uma abordagem argumentativa da linguagem", Barbisan (2004a) afirma:

> Oswald Ducrot, o criador da Teoria da Argumentação na Língua, recusa-se a considerar, para a descrição semântica de uma língua, a realidade, o mundo de que fala a linguagem. Em artigo de 1999, ele afirma sua posição estruturalista, segundo a qual a realidade só pode ser acessível por meio de representações que o falante dá dessa realidade. Quando se fala, representa-se pela linguagem o objeto da fala. A linguagem é vista como uma forma de apreender as coisas do mundo de que se fala. Não se considera, na perspectiva estruturalista, o exterior lingüístico; ao contrário, pensa-se a atividade de linguagem em si mesma, criando sentido a partir de si mesma. (p.60-61)

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL), portanto, assim como faz a teoria benvenistiana, filia-se ao pensamento estruturalista (saussuriano), ampliando-o. Essa ampliação se dá com a "introdução da figura do locutor, que recria o mundo pela linguagem", na interação com o seu interlocutor, "e no princípio sobre o qual a teoria se assenta: o de que a função primeira da linguagem é a de argumentar" (p.61). Diz Ducrot (1977, p.13) que "o ato lingüístico fundamental será o de impor ao interlocutor tal ou tal tipo de resposta, impedindo simultaneamente tal ou tal outro. O enunciado se definirá então pelas possibilidades de resposta que abre e por aquelas que fecha".

Barbisan explica que Ducrot foca seu estudo no que ele denomina *encadeamento argumentativo*, que é a direção que o locutor quer imprimir ao sentido no discurso. Assim, poderíamos concordar com Fuchs quando ela afirma que Ducrot, de certa forma, seguiria a lógica, no sentido de que seu estudo gira em torno da argumentação e do "conjunto das possibilidades ou impossibilidades de continuação; quer dizer, de encadeamento que seu emprego determina" (BARBISAN, 2004a, p.62). Entretanto, é importante destacar que, na TAL, "o sentido não preexiste ao *enunciado*; ao contrário, ele se constitui no *enunciado*, no uso que o locutor faz da linguagem" (p.71), portanto, "a conclusão não decorre só do fato, mas também da forma lingüística, porque a argumentação está marcada na própria palavra, na língua" (p.72), o que é essencialmente distinto de um conclusão na lógica inferencial, em que a conclusão depende das condições de verdade do que é dito, resultando portanto, não da argumentação interna à língua, mas de constatações baseadas no mundo concreto.

Da mesma forma, o locutor tem na TAL um caráter diferenciado daquele que aparece na retórica (mesmo que os gregos se preocupassem com a questão da persuasão). Ducrot, questionando a univocidade do sujeito falante, diferencia três instâncias: o sujeito empírico (autor efetivo do enunciado, que não é da alçada do lingüista), o locutor (personagem fictícia, responsável pelo enunciado) e o enunciador (origem dos diferentes pontos de vista que o locutor expressa no enunciado, ou como chama Ducrot, pontos de perspectiva abstratos) (p.68).

Podemos citar, ainda, o texto "Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot", de Barbisan e Teixeira, em que as autoras afirmam que é das noções de *modus* e *dictum* tal qual trabalhadas por Bally que Ducrot "parte para conceber sua teoria da polifonia" (p.163), porque Bally, segundo Ducrot, abre "a possibilidade de que o pensamento comunicado não seja o do sujeito falante" (p.163), indo ao encontro da crença de Ducrot, segundo a qual há polifonia nos enunciados, isto é, mais do que uma voz se manifesta em um enunciado, há "a possibilidade de um desdobramento enunciativo dentro do próprio enunciado, à maneira de uma encenação teatral em que atuam diferentes personagens" (p.162). Ainda segundo Barbisan e Teixeira, existem duas diferenças fundamentais entre a concepção de Bally, por exemplo, e a das teorias dos atos de fala – essas ligadas diretamente à lógica. Teorias como a de Bally se ocupam da "análise do pensamento", enquanto as dos atos de fala "da atividade de *comunicação*". A segunda questão se refere ao fato de que

Na seqüência do mesmo texto, em uma segunda parte denominada “Enunciação e pragmática em lingüística contemporânea”, Fuchs separa em duas correntes aquelas que “disputam atualmente, no interior da lingüística, o campo enunciativo. A primeira, (...) a ‘enunciação no sentido estrito do termo’ (...), de inspiração ‘neo-estruturalista’ e européia (em particular francesa)” e “a segunda corrente, chamada ‘pragmática’, mas que reivindica, ela também, a etiqueta enunciativa (...), de inspiração lógica e anglo-saxônica” (p.116-117). O que a autora defende é que, apesar de as duas correntes parecerem “ignorar-se mutuamente”, elas não só teriam muito em comum como poderiam fazer progredir mais os estudos enunciativos ao se aceitarem e coexistirem. Como, então, caracteriza Fuchs as duas linhas?

A corrente enunciativa no sentido estrito – à qual a autora liga Bally, Benveniste, Guillaume e Culioli – trata do “processo contínuo de ampliação pelo qual a análise, que incide de início sobre certas categorias enunciativas, acaba por estender-se a todo o enunciado, e a própria noção de categoria enunciativa” (p.117). Nessa linha, pois, tudo está subordinado à enunciação, e todas as relações no enunciado podem ser analisadas “à luz dos parâmetros enunciativos” (p.118) e pela “noção de categoria enunciativa”, e o sujeito está inserido no próprio sistema da língua que se tenta tornar operatória”. Para a autora, “o desafio dessas teorias é ampliar seu campo e continuar operatórias” (p.118).

A segunda corrente, a pragmática, abrigaria os estudos de Ducrot. Nessa linha,

> Contrariamente à primeira corrente que, partindo das marcas lingüísticas e das categorias formais, chegava a categorias nocionais cada vez mais vastas, a corrente pragmática parece-nos que parte de categorias nocionais e visa encontrar nelas as marcas lingüísticas. (p.119)

Fuchs, então ressalta que

> É sem dúvida essa vontade comum de dar conta da totalidade do campo lingüístico (e também, evidentemente, o recorte de um certo número de problemas e preocupações, acima das divergências de abordagem) que explica que tanto uma corrente como a outra pretende colocar-se sob a égide

---

“a força ilocutória caracteriza a enunciação de uma frase. Já quando se diz que o pensamento significado por uma frase é uma reação a uma representação, não se diz que a reação comanda a enunciação. Essa relação diferente entre a força ilocucionária e a reação em relação à enunciação tem conseqüência quanto à identidade do sujeito. Assim, o sujeito do ato ilocutório é o sujeito falante; na concepção de Bally, não se percebe uma identidade entre o sujeito da reação comunicada e o sujeito falante. Ao contrário, a dissociação entre esses dois sujeitos é fundamental para Bally. Ducrot se posiciona em relação a esses fatos dizendo que o sentido concerne à enunciação, como afirma a teoria dos atos de fala, mas ele admite também que o sentido pode mostrar outros sujeitos, diferentes do sujeito falante. (p.163-164)

Como afirma Barbisan (2006, p.32), a noção clássica de argumentação, é negada por Ducrot, já que, nela, “o movimento argumentativo independe da língua”. Vale, então, ressaltar que as influências de uma dada teoria não são necessariamente tomadas sem uma reflexão a respeito. Embora haja uma influência da lógica na obra de Ducrot, ela é limitada por outras concepções que o autor busca na constituição de sua teoria.

> da “enunciação” e reivindica para si eventualmente a exclusividade. A corrente pragmática tende a identificar pura e simplesmente “pragmática lingüística” e “enunciação”, enquanto a primeira corrente insiste na diferença entre esses dois termos e espera distinguir-se da pragmática, situação que não contribui para esclarecer os desafios teóricos! (p.119)

As teorias da Enunciação, portanto, apresentam um objeto comum, qual seja, a enunciação. Cada teoria vai fazer as suas hipóteses, tendo, contudo, como pano de fundo as mesmas proposições comuns nas quais se funda o campo. São as características comuns às teorias da Enunciação que fazem, assim, a unidade da Lingüística da Enunciação. Dentro da realidade empírica do campo, cada teoria vai se desenvolver com hipóteses próprias e métodos distintos, adequadas a essas hipóteses, buscando investigar o objeto comum.

Tal como apontam Fuchs e Goffic,

> No total, o domínio disso que se chama “enunciação” cobre um conjunto muito vasto, e assaz heterogêneo, de fatos e de preocupações. Observar-se-á, de uma parte, que o interesse dirigido à enunciação não data de hoje (ele é encontrado desde a Antigüidade nos trabalhos de retórica e nas reflexões lógico-gramaticais sobre a dêixis ou as modalidades) e, de outra parte, que as correntes enunciativas contemporâneas se subdividem em dois grandes grupos (...).
>
> O ponto comum a todos os pontos de vista (...) é que eles levam todos a uma crítica de uma concepção puramente “instrumental” da linguagem, mesmo que sua função de comunicação seja reconhecida como central. Essa crítica a uma concepção mecanicista da linguagem vai junto com a recusa de uma concepção da significação como uma soma que é possível de descrever exaustivamente (em termos de “informação”), de uma maneira finalizada, inteiramente não ambígua. (FUCHS; GOFFIC, 1985, p.125-126)

Acreditamos, então, na existência de um campo de estudos constituído, a Lingüística da Enunciação, a partir das características comuns a todas as teorias da Enunciação. Isto é, todas elas trabalham com a representação da enunciação no enunciado, em outras palavras, com a forma como o sujeito se representa naquilo que enuncia. As teorias produzem um quadro figurativo, ou seja, abordam diferentes temas de formas particulares. Por fim, todas as teorias fazem remissão ao Estruturalismo[40]. Elas abdicam da dicotomia língua/fala em benefício de uma crença comum na existência de uma língua/discurso.

---

[40] Retomaremos esse aspecto no quinto capítulo do presente trabalho.

2.3 A Lingüística da Enunciação e o que não é ela

Pensamos que seja conveniente, neste momento, elaborar uma breve caracterização das diferenças entre a Lingüística da Enunciação e algumas das linhas de pesquisa da área de estudos da linguagem que seguem em paralelo a ela, a critério de evidenciar algumas diferenças fundamentais. Queremos deixar claro que a intenção é apenas fazer uma descrição bastante sucinta, não como forma de valorizar uma em detrimento da outra. Trata-se de fazer um parêntese, uma pequena reflexão acerca das linhas – as teorias Pragmáticas, a Lingüística Textual e a Análise do Discurso de linha francesa. Pensamos ser importante mostrar que há diferenças entre essas abordagens, afinal, se os objetos são distintos, os enfoques – e, conseqüentemente, as limitações – também são diversos.

Destacamos que há duas razões fundamentais para que falemos especificamente dessas três linhas: as teorias da Enunciação com freqüência comparecem nesses campos e, ao mesmo tempo, eles não são estranhos a essas teorias, uma vez que também se fazem presentes na Enunciação.

Embora as teorias que se ligam à visão da **Pragmática** tenham aparentemente muito em comum com as teorias enunciativas, defendemos aqui que há duas grandes diferenças que as separam de maneira fundamental. O primeiro ponto é a questão do sujeito, cuja pertinência, para as Pragmáticas, é essencial, enquanto, para as teorias da Enunciação, o sujeito é uma representação[41], e dele apenas são analisadas as marcas que deixa no enunciado no uso da língua. Assim, na Pragmática, estudam-se os atos da fala dos indivíduos e o porquê desses sujeitos empíricos (seres do mundo) terem dito algo, e essa intencionalidade, nessa visão, interfere no sentido. Na Enunciação, por sua vez, o que se estuda é o processo, o ato de enunciação em si e o sentido do que foi dito, através do enunciado.

O segundo aspecto, evidentemente ligado ao primeiro, refere-se ao fato de que a Pragmática trata da linguagem como ação do indivíduo. As teorias pragmáticas surgem no contexto anglo-saxônico. Tais estudos são originários da filosofia da linguagem e têm em Searle e Austin seus maiores expoentes. Aponta Sylvain Auroux:

> A especialização universitária dá (...) origem, no domínio anglo-saxão, a uma subdisciplina intitulada “filosofia da linguagem” que trata, notadamente, dos problemas de referência e de verdade mas deixa

---

[41] Usamos a noção de “representação” no sentido no sentido de que, inconscientemente, o sujeito, *no* e *pelo* ato de enunciação, constitui uma imagem de si (e do mundo), representando-se.

> freqüentemente de lado a diversidade das línguas naturais. Esta corrente, que tem sua origem em uma reflexão sobre os sistemas lógicos, interfere, diferentemente, nas pesquisas sobre as línguas naturais, principalmente na descoberta da importância dos atos de linguagem (pragmática). (AUROUX, 1998, p.432)

O estudo da Pragmática é, assim, o estudo do uso, e ali se entende que a língua serve para agir no mundo real. Já a Enunciação entende que o sujeito se constitui a partir do uso da língua, e as teorias desenvolvidas nessa linha analisam qualquer nível da linguagem, sempre em busca do sentido do enunciado.

A Enunciação trata do lingüístico, de representações, enquanto a Pragmática aborda sujeitos empíricos, com suas relações e intencionalidades. Em *Os limites do sentido*, afirma Guimarães que, nos estudos pragmáticos, o que está em destaque

> é a intenção do locutor em dizer algo para alguém. Retoma-se, por este modo de considerar o sujeito, o psicologismo, que Saussure evitou de forma decisiva. Trata-se de um sujeito consciente de suas intenções, capaz de comunicá-las a alguém. A linguagem aqui aparece como instrumento para o locutor comunicar a alguém as suas intenções, ou se se quiser, instrumento para alguém expressar para outrem as suas intenções. (GUIMARÃES, 1995, p.31)

Ainda, mais adiante, no mesmo texto, Guimarães complementa:

> Este campo que caracterizo como o da pragmática e que, desde já, distingo dos estudos da enunciação, procura repor (...), na significação, a questão do sujeito. E ele aparece na concepção intencionalista como um sujeito psicológico. (...)
>
> A questão do sujeito não é tratada neste caso como questão lingüística, da mesma forma que a situação não é uma categoria de natureza lingüística. (p.33-34)

São diferentes visões de linguagem que aí entram em jogo: uma visão de linguagem como instrumento para ação, e outra como constitutiva do próprio sujeito. Conseqüentemente, convém diferenciar os estudos que são pragmático-enunciativos daqueles puramente pragmáticos, que analisam sujeito empíricos.

Assim, embora concordemos com Fuchs com relação ao fato de os estudos de Ducrot pertencerem efetivamente à Enunciação, discordamos quanto à crítica à separação entre Enunciação e Pragmática, à medida que a Pragmática da qual falamos quando a separamos da Lingüística da Enunciação não é a mesma Pragmática chamada lingüística por

Ducrot, mas aquela relacionada à lógica. O que queremos separar não é a Pragmática Lingüística de Ducrot da Lingüística da Enunciação, da qual certamente faz parte, mas a Lingüística da Enunciação das Pragmáticas Lógicas. Aliás, mesmo Fuchs faz essa distinção ao afirmar que

> A corrente pragmática lingüística distingue-se das correntes pragmáticas das lógicas formais pelo fato de estas subordinarem a semântica à pragmática. Ela manifesta claramente uma tendência a privilegiar "os modos de dizer" sobre "o dito", a dimensão do implícito, do subentendido, do derivado, do pressuposto, do alusivo, do sugerido sobre a do explícito, do assertado, do dito, do posto, o estudo das imagens da enunciação sobre as do conteúdo do enunciado. (p.119)[42]

O próprio Ducrot, juntamente com Todorov, no *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*, afirma que "a pragmática descreve o uso que podem fazer das fórmulas [frases] interlocutores que visem agir uns sobre os outros. Ora, a semântica e a sintaxe, que estudam o próprio núcleo da língua, devem ser elaboradas ao abrigo de qualquer consideração pragmática" (DUCROT; TODOROV, 2001, p.302). Essa noção se diferencia completamente em relação à Enunciação, que é desta forma definida:

> Quando se fala, em Lingüística, de ENUNCIAÇÃO, toma-se esse termo num sentido mais restrito: não se visa nem o fenômeno físico de emissão ou de recepção da fala, que depende da psicolingüística ou de uma de suas subdivisões, nem as modificações introduzidas no sentido global do enunciado pela situação, mas os elementos pertencentes ao código da língua e cujo sentido no entanto depende de fatores que variam de uma enunciação para outra; por exemplo, *eu, tu, aqui, agora* etc. Em outras palavras, o que a Lingüística retém é a *marca do processo de enunciação no enunciado.* (p.289)

Diferentemente do que ocorre com as teorias pragmáticas, a **Lingüística Textual** (LT) – corrente de estudos que surge paralelamente nos Estados Unidos, na Alemanha e na França na década de 1960 – congrega um conjunto de estudos inicialmente estritamente lingüísticos.

Segundo Koch (2001, p.71-72), há uma distinção entre três momentos fundamentais da LT, e eles refletiriam uma sucessão cronológica. Aponta a autora que o primeiro momento foi o da análise transfrástica, em que houve uma busca por

---

[42] As *correntes pragmáticas das lógicas formais* são o que a autora designa como *semânticas intencionais* em uma passagem da página 115 desse mesmo artigo que já citamos em 2.2.

> ultrapassar os limites da frase, para dar conta de certos fenômenos como: referenciação, elipse, repetição, seleção dos artigos (definido e indefinido), concordância de tempos verbais, relação semântica entre frases não ligadas por conetivo, vários fatos de ordem prosódica e assim por diante. (p.72)

Com a insatisfação gerada por essas primeiras tentativas, passou-se, então, à elaboração das gramáticas textuais, abandonando-se “o método ascendente – da frase para o texto. É a partir da unidade mais altamente hierarquizada – o texto – que se pretende chegar, por meio da segmentação, às unidades menores, para então classificá-las” (p.72). Por fim, a fase mais recente da LT é oriunda da reflexão teórica que levou os analistas a questionamentos acerca da capacidade de classificação dos textos dentro das regras da gramática. O momento atual, assim, é o que Koch denomina “Teoria do Texto ou Lingüística Textual propriamente dita, que se propõe como tarefa investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos” (p.74).

Notamos, com relação à LT, que o seu objeto é o texto em si, diferentemente do processo de enunciação que busca investigar a Lingüística da Enunciação (LE). Enquanto a LT tenta buscar um sentido único, ou, ainda, os sentidos possíveis de um determinado texto, a LE vai se valer do meio material, do enunciado, para chegar à enunciação, que é o ato em si de produção do sentido[43]. A diferença fundamental consiste no fato de que, para a Enunciação, o sentido é único e irrepetível, à medida que depende do *eu-tu-aqui-agora*.

Buscando, como forma de exemplificação, uma das teorias constitutivas da Lingüística Textual, podemos citar Beaugrande e Dressler (1997), que, em *Introducción a la lingüística del texto*, analisam a fundo os elementos fundamentais, na sua concepção, do texto. Para os autores (p.33-47), o texto é um acontecimento comunicativo que segue sete critérios de textualidade, ou seja, normas que fazem com que um texto possa concretizar o ato comunicativo a que se destinaria. Essas normas são: 1) coesão (conexão formal entre os componentes da seqüência lingüística); 2) coerência (possibilita a relação entre os componentes do mundo textual); 3) intencionalidade (refere-se à atitude do produtor textual); 4) aceitabilidade (diz respeito à recepção do texto); 5) informatividade (critério de avaliação do texto em termos de conteúdo – se há informações conhecidas ou novas, em que medida e o quão previsíveis ou inesperadas elas são); 6) situacionalidade (remete à relevância do texto em determinada situação) e 7) intertextualidade (diz respeito às relações do texto com outros textos).

---

[43] Essa noção de enunciação é de Benveniste.

Todos esses itens são considerados como relacionados entre si. Quando um falha, há grandes possibilidades de a comunicação ser mal-sucedida. Como auxílio nas análises textuais, ainda são buscados fatores externos, contextos sociais relacionados.

No texto, segundo essa concepção, interferem uma intencionalidade de um autor concreto e os objetivos de comunicação desse texto, além da expectativa e da reação do destinatário. Ademais, há uma realidade objetiva, um conteúdo do qual se fala.

A enunciação se caracteriza pela irrepetibilidade. Interferem, em toda e qualquer enunciação, um *eu* que se coloca *na* e *pela* enunciação (nela e através de sua realização), em relação a um *tu*, a um *aqui* e a um *agora*. É somente em relação a esse contexto, lingüístico, que se podem inferir sentidos e características. Um *eu* não é só um *autor*, mas um sujeito que se constitui como tal ao enunciar para um interlocutor em uma instância particular.

A enunciação não é orientada – como o texto o é pela visão da Lingüística Textual – por uma realidade objetiva, nem os interlocutores se comunicam por relações extralingüísticas. Afirma Benveniste que "o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno" (BENVENISTE, 1989, p.84). Assim, todo conjunto referencial se constitui *na* e *pela* enunciação, jamais de maneira concreta e objetiva.

A LT, de maneira mais geral, busca ainda padrões de uso de determinadas unidades ou estruturas, enquanto a LE postula que apenas os elementos do sistema são repetíveis, mas nunca seu uso. Podemos ainda dizer que as duas linhas têm, de certa forma, perspectivas de inversas de investigação. Enquanto a LT parte de sentidos e funções pressupostas dos elementos lingüísticos do texto para buscar o sentido de seu todo, a LE faz o caminho oposto: a partir do enunciado vai buscar qual é o sentido das unidades naquela situação de enunciação.

Com um quadro investigativo bastante diverso, entra em cena, no final da década de 1960 na França, a partir das reflexões de Michel Pêcheux, a **Análise do Discurso** (AD) de linha francesa. Eni Orlandi, que, dez anos mais tarde, traz a linha para o Brasil, resume que, para a AD:

> a. a língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Lingüística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
>
> b. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
>
> c. o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redunda em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia. (ORLANDI, 2003, p.19-20)

A AD, portanto, "estuda as produções verbais no interior de suas condições de produção" (PAVEAU; SARFATI, 2006, p.202).

Michel Pêcheux faz uma crítica à noção de transmissão de mensagens da teoria da informação, segundo a qual um destinador A transmite uma mensagem que um destinatário B recebe tal qual foi enviada. Diz Pêcheux que, em lugar de transmissão de informação, deve-se dar preferência ao

> termo *discurso*, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um "efeito de sentidos" entre os pontos A e B. (...) A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos (...) Nossa hipótese é a de que esses lugares são *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. (PÊCHEUX, 1975, p.82)

A linha faz uma crítica à Lingüística, no que concerne à exclusão do sujeito, mas a toma como pressuposto. Isto é, a materialidade sobre a qual se debruçam os estudiosos é lingüística, mas os analistas do discurso consideram, ainda, as condições de produção dos discursos. Essas condições de produção incluem a situação de enunciação, o contexto sociohistórico e, ainda, os sujeitos, que são afetados por esses contextos.

Diferentemente das teorias da Enunciação, portanto, em que o contexto é situacional, na AD, entram em jogo as chamadas *formações ideológicas*, que correspondem à representação, para os sujeitos, das condições sociohistóricas a que ele está, inconscientemente, ligado, que originam *formações discursivas*. O sociohistórico se reflete, assim, na noção de ideologia tal qual é considerada da linha. A ideologia seria, para a AD, uma espécie de filtro entre a linguagem e o mundo, imprimindo direções aos sentidos. Ou seja, um indivíduo está submetido a determinadas condições, que fazem com que ele tenha necessariamente uma visão de mundo, ligada a essas condições. Dizem Pêcheux e Fuchs que

> uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas. (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p.167-168)

Percebemos, dessa forma, que a AD está diretamente ligada às questões sociais e ideológicas, tendo buscado muitos de seus elementos na leitura de Louis Althusser do materialismo histórico de Karl Marx. Ademais, em mais uma característica que evidencia o caráter transdisciplinar da AD, buscam-se, na área, referenciais da psicanálise na composição de um sujeito descentrado que não é dono de seu dizer. Diz Possenti que

> A AD põe em questão sucessivamente três hipóteses: a de uma língua que teria sido unívoca, a de um sujeito como unidade controlada pela razão e que fosse bem-sucedido em “dizer o que quisesse” e, finalmente, a de conjuntura uniforme, porque as sociedades são (sempre foram) divididas em classes ou grupos etc. (POSSENTI, 2005, p.359)

Podemos dizer, apesar de uma explanação muito rudimentar que fizemos da AD, que as muitas diferenças entre as teorias da Enunciação e a Análise do Discurso se colocam essencialmente no fato de que a AD realiza suas análises em busca do sentido a partir de fatores exteriores à língua. Enquanto os procedimentos da Enunciação levam em conta o lingüístico, a AD constrói uma imagem de um sujeito social, considerando o político e o social como determinantes. São, portanto, visões bastante distintas para analisar o objeto *linguagem*.

Procuramos mostrar, a partir do breve panorama aqui traçado, que as diferentes linhas têm, de fato, objetos e objetivos distintos. Isso não diminui uma ou outra linha, apenas evidencia o fato de que, sempre que há um objeto distinto, o tratamento deve ser igualmente diverso, para que se possa dar conta dos objetivos propostos. Está sempre presente, como vemos, a máxima saussuriana segundo a qual o objeto é constituído a partir do olhar a ele dirigido.

Na próxima seção, mostraremos um pouco de como a Enunciação é abordada no Brasil, o que, junto com o que já foi tratado até aqui, nos ajuda a entender a relevância de um dicionário de Lingüística da Enunciação.

Capítulo 3

A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO NO BRASIL

... bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver. *Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar.*

Émile Benveniste

3 A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO NO BRASIL

No percurso seguido até agora neste trabalho, fizemos o mapeamento dos elementos que vieram a constituir a Lingüística da Enunciação, a diversidade de abordagens relacionadas ao campo e, finalmente, vimos, no capítulo precedente, as características, os princípios e as fronteiras do campo Lingüística da Enunciação. A questão, agora, é verificar como ele está caracterizado na literatura dos estudos da linguagem no Brasil, bem como as razões dessa configuração. Dessa maneira, estarão dadas as condições para que façamos uma análise do *Dicionário de Lingüística da Enunciação* e para que visualizemos com mais clareza exatamente em que lugar se coloca um dicionário de tal área.

3.1 As publicações

Nesta seção, serão abordados os dois tipos de publicação de estudos acadêmicos: os periódicos (3.1.1) – que se referem, aqui, a revistas publicadas em papel ou em *sites* na internet – e as publicações editoriais (3.1.2) – que dizem respeito a livros. Em 3.1.1 também são trazidas as maiores associações do país em termos de estudos da linguagem, pois elas se manifestam, na maior parte das vezes (embora não exclusivamente, como constatamos nesse mesmo subitem), na forma de publicação de periódicos.

3.1.1 *As entidades e os periódicos*

Há inúmeros periódicos que publicam artigos de estudos da linguagem no Brasil, bem como várias associações da área. Dentro desse imenso volume, era necessária uma seleção que representasse significativamente a busca pelos estudos enunciativos em periódicos nacionais. Dessa forma, selecionamos duas das mais representativas associações do país – a ABRALIN e a ANPOLL –, e, dentre as publicações, escolhemos, inicialmente,

aquelas das próprias associações e, em seguida, aquelas mais próximas aos grupos que estudam a Lingüística da Enunciação hoje – editadas, portanto, pela UFRGS, pela PUCRS, pela UNISINOS e pela UFSM. Além dessas, tomamos ainda publicações que acreditamos bastante divulgadas e/ou, ainda, em virtude da importância das instituições que representam.

Dentro desse *corpus*, procuramos encontrar, preferencialmente, artigos que se referissem à Enunciação diretamente no título – fosse pelo sintagma *Lingüística da Enunciação*, por *teorias da Enunciação*, fosse simplesmente por *enunciação* ou, ainda, *enunciativo(a/s)* –, mas também artigos que se filiassem à Lingüística da Enunciação, o que foi reconhecido a partir da verificação da bibliografia dos artigos.

Quando buscamos textos, artigos, obras, quaisquer referências ligadas à Lingüística da Enunciação, encontramos um quadro teórico intrincado, um tanto confuso. Isso pode ser verificado, por exemplo, se procuramos referências diretas à Enunciação nas grandes associações do país em termos de estudos da linguagem – a ANPOLL e a ABRALIN.

Como podemos constatar pela listagem disponível na página da internet da associação[44] (Tabela 1), a **ANPOLL** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística – apresenta somente o grupo de trabalho (GT) “Linguagem, Enunciação e Trabalho” da área da Enunciação (GT32). Tal grupo foi aprovado no XXI Encontro Nacional da ANPOLL, realizado em julho de 2006, na PUCSP. Até então, nenhum GT relacionava-se à área.

LISTA DE GTs DA ANPOLL	COORDENADORES
GT1 – A Mulher na Literatura	Liane Schneider
GT2 – Análise do Discurso	Maria Onice Payer
GT3 – Crítica Genética	Sílvia Maria Guerra Anastácio
GT4 – Descrição do Português	Maria Beatriz Nascimento Decat
GT5 – Dramaturgia e Teatro	Roberto Ferreira da Rocha
GT6 – Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa	Silvio Renato Jorge
GT7 – Fonética e Fonologia	Maria do Socorro Silva da Aragão
GT8 – História da Literatura	Maria Eunice Moreira
GT9 – Historiografia da Lingüística Brasileira	Neusa Bastos
GT10 – Latim e Grego na Universidade Brasileira	Henrique Fortuna Prado
GT11 – Lexicologia, lexicografia e terminologia	Aparecida Negri Isquerdo
GT12 – Línguas Indígenas	Aryon Dall`Igna Rodrigues
GT13 – Linguagem e Surdez	Maria Cristina da Cunha Pereira
GT14 – Lingüística Aplicada	Desirée Motta-Roth
GT15 – Lingüística do texto e análise da conversação	Ângela Paiva Dionísio

[44] Conforme consulta em agosto de 2007.

LISTA DE GTs DA ANPOLL	COORDENADORES
GT16 – Literatura Comparada	Rachel Esteves Lima
GT17 – Literatura Infantil e Leitura	João Luis C. T. Ceccantini
GT18 – Literatura Oral e Popular	Frederico Fernandes
GT19 – Literaturas Estrangeiras	Celeste Ribeiro de Souza
GT20 – Práticas identitárias na lingüística aplicada	Maria do Carmo Leite de Oliveira
GT21 – Psicolingüística	Marcus Maia
GT22 – Relações Literárias Interamericanas	Jovita Maria Gernheim Noronha
GT23 – Semiótica	Renata Marchezan
GT24 – Sociolingüística	Mônica Maria Guimarães Savedra
GT25 – Teoria da gramática	Ruth Vasconcelos
GT26 – Teoria da narrativa	Alcmeno Bastos
GT27 – Teoria do texto poético	Alamir Aquino Corrêa
GT28 – Tradução	Heloisa Gonçalves Barbosa
GT29 – Transculturalidade, Linguagem e educação	América Lúcia Silva César
GT30 – Lingüística e Cognição	Neusa Salim Miranda
GT31 – Estudos Medievais	Maria do Amparo Tavares Maleval
GT32 – Linguagem, Enunciação e Trabalho	Cecília Souza e Silva

TABELA 1 – Lista de Grupos de Trabalho da ANPOLL

Com o apoio da ANPOLL, Marscuschi (como organizador) publicou, em 1992, o livro *Quem é quem na pesquisa em letras e lingüística no Brasil*. Na obra, faz uma relação de cursos de pós-graduação em Letras e Lingüística, de pesquisadores em Letras e Lingüística, de pesquisadores em Letras, de pesquisadores em Lingüística, de descritores da área de Letras e de descritores da área de Lingüística. Ao analisar a lista de descritores, verificamos a ausência de qualquer termo ligado diretamente à Lingüística da Enunciação, com o próprio termo, ou com apenas "Enunciação" ou "teoria(s) da Enunciação", em um total de 391 pesquisadores.

A própria **Revista da ANPOLL**, publicação anual, apresenta, dentre todas as suas edições[45], apenas dois textos que se referem à Enunciação. O primeiro é "Enunciação, língua e memória", de Eduardo Guimarães, no número 2, de 1996. O segundo, na edição de número 13, de julho a dezembro de 2002, é "Analyse du dialogue et demande sociale: comment l'intervention sur un domaine d'activité mobilise des hypothèses linguistiques", de Daniel Faïta (do Institut Universitaire de Formation des Maîtres d'Aix, de Marselha, na França). Esse artigo, cujo referencial teórico é bakhtiniano, não traz tradução na revista[46].

[45] A publicação começou a ser editada em 1995 e era anual até 1998. Em 1999, passou a ser semestral, mas não tivemos acesso aos números 6 e 7, referentes a esse ano. Os últimos números, 12 e 13, são do ano de 2002.
[46] O fato de haver textos em outras línguas não minimiza o valor de uma publicação, mas, certamente, restringe o acesso a esses artigos.

No que concerne à **ABRALIN** – Associação Brasileira de Lingüística – sua **Revista da ABRALIN**, publicada entre 2002 e 2005[47], tem apenas o texto "L'indexicalité de la référence dans l'interaction sociale: constructions discursives du 'je' et de l''ici'", de Lorenza Mondada, da Université de Lyon 2. Ou seja, há somente um texto da área de Enunciação e, como já havia acontecido em um caso da Revista da ANPOLL, não é de um pesquisador do Brasil e está escrito em francês (o que acaba, como já dissemos, restringindo o universo de leitores).

A revista **D.E.L.T.A.**[48] – Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada –, editada e publicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)[49], tem seu material disponível *on-line* a partir da edição de número 13, e os demais números apenas impressos. A primeira referência à Enunciação acontece no v.7, n.2 (1991), em um artigo de Ingedore Koch ("Intertextualidade e polifonia: um só fenômeno?"), no qual há um contraponto entre as noções de intertextualidade e de polifonia (de Bakhtin). No v.14, n.1 (1998), há o texto "Polifonia em enunciados negativos: vozes que habitam o dizer 'não'", de Décio Orlando Soares da Rocha, além de uma entrevista com Oswald Ducrot ("Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot"), conduzida por Heronides Maurílio de Melo Moura. O v.15, n.especial (1999), é comemorativo dos 30 anos da ABRALIN e dedica-se a analisar a situação dos diversos tipos de estudos da linguagem no Brasil. A Enunciação é tratada no texto "Estudos do texto e do discurso no Brasil", de Diana Luz Pessoa de Barros, em "Uma história de delimitações teóricas: trinta anos de semântica no Brasil", de Roberta Pires de Oliveira e em "Os caminhos da pragmática no Brasil", de Kanavillil Rajagopalan. No primeiro, a autora diz que

> Sete linhas teóricas destacam-se nos estudos do texto e do discurso no País: a Análise do Discurso (AD) francesa, a Semiótica Narrativa e Discursiva, também iniciada na França, as várias teorias do discurso inglesas, os estudos funcionalistas do discurso, a Lingüística Textual, sobretudo anglo-saxônica, a Análise da Conversação e/ou análises da organização textual/interativa do discurso, e uma última direção que reúne, de modo mais eclético, estudos que dialogam com a Teoria da Literatura, a Semiologia, a Pragmática e a Semântica, Bakhtin ou Benveniste.

---

[47] Há quatro volumes da revista, distribuídos desta forma: volume 1, número 1, de julho de 2002; volume 2, número 1, de julho de 2003; volume 3, números 1 e 2, de julho e dezembro de 2004; volume 4, números 1 e 2, de dezembro de 2005.

[48] A D.E.L.T.A. apresenta três edições por ano: os números 1 e 2, referentes ao primeiro e segundo semestres, respectivamente, e um número especial.

[49] A revista D.E.L.T.A. foi publicada pela ABRALIN e pela PUCSP até o ano de 2001, quando a PUCSP assumiu a totalidade da publicação.

Nesse trecho, podemos observar a não identificação de uma área que possa ser referida como “Enunciação”, “teorias da Enunciação” ou “Lingüística da Enunciação”. Esses estudos estão reunidos no texto no item “2.1.5 Outros” No segundo texto do mesmo volume, Oliveira traz Oswald Ducrot como um representante da Semântica. Por fim, no texto de Rajagopalan, há uma crítica à identificação de Ducrot como integrante da Pragmática. No v.16, n.1 (2000) da D.E.L.T.A., há uma nota, feita por Odair Bermelho, sobre o livro *Introdução à Teoria do Enunciado Concreto do Círculo Bakhtin/Volochinov/Medvedev*, publicado por Geraldo Tadeu de Souza. No v.19, n.1 (2003), há uma nota, de Adail Sobral, sobre o livro organizado por Beth Brait, *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. No v.20, n.2 (2004), há o texto “Uma leitura enunciativa da língua brasileira de sinais: o gênero contos de fadas”, de Ana Claudia Balieiro Lodi, em cujo resumo a autora afirma que o “artigo refere-se a um estudo inicial dos processos discursivos da língua brasileira de sinais (LIBRAS) (...) à luz da teoria enunciativa de Bakhtin”.

A revista **Alfa**, publicação alternadamente anual e semestral da UNESP (Universidade Estadual Paulista)[50], não é muito diferente. Em seu primeiro número, de março de 1962, há o artigo “Estilística”, de Ataliba T. de Castilho, que, embora não seja da área da Enunciação, há citação de Charles Bally, na análise das acepções do termo “estilística” ao longo do tempo. Depois disso, no seu volume de números 18/19 (1972/1973), aparece o artigo “A significação lingüística e sua análise” (de João de Almeida), que trata de Semântica Estrutural, trazendo Bally e Algirdas Julien Greimas na bibliografia. O texto “Para uma análise semântica argumentativa das conjunções *porque*, *pois* e *já que*”, de Carlos Vogt, está no volume de números 22/23 (1976/1977)[51].

O próximo texto relacionado à Enunciação que aparece na revista, o primeiro com menção direta – isto é, contendo os termos “enunciação”, “teoria(s) da enunciação” ou “lingüística da enunciação”, ou, ainda, “enunciativo(a/s)” – é a tradução (feita por L.M. Rezende) de “As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica”, de Catherine Fuchs. No número 35 (1991), há uma citação curiosa: “Tempo e aspecto, tempo

---

[50] A revista foi lançada em 1962 com periodicidade anual, o que ocorreu até 2003. Alguns volumes tiveram dupla numeração (1964: n.5/6, 1965: n.7/8, 1968: n.13/14), há biênios que foram reunidos em um só volume de dois números (1972/1973: n.18/19, 1974/1975: n.20/21, 1976/1977: n.22/23) e houve um período de suspensão da publicação (anos de 1978 e 1979). O ano de 1984 teve um suplemento, e os anos de 1997, 1998 e 2000 tiveram um número especial cada um. Entre 2003 e 2005, últimos anos da revista, foram publicados dois números por ano. Vale destacar que a identificação dos exemplares é feita por “número” até 1976/1977 e por “volume” a partir de 1980 (volume 24).

[51] Sobre Carlos Vogt, ver mais adiante, ainda neste capítulo.

e modalidade: de volta ao futuro", de Telmo Corrêa Arrais, traz Benveniste em sua bibliografia em uma edição em espanhol[52].

Há mais seis ocorrências de textos. O primeiro, do volume 46 (de 2002) é o artigo: "Diálogo e dialogismo no processo de aquisição da linguagem", de Fabiana Cristina Komesu. O segundo, do volume 48 (1), de 2004, é "Lingüística, tradução e literatura: observando a transformação pela arte", de Adriana Zavaglia, que usa a teoria de Culioli. No ano de 1995, no volume 49 (1), estão: "Heterogeneidade em narrativas escolares: sentidos que se constroem nas diferenças e nos desvios" (de Maria Madalena Borges Gutierre), "Letramento, heterogeneidade e alteridade: análise de narrativas orais produzidas por uma mulher não-alfabetizada" (de Leda Verdiani Tfouni e de Anderson de Carvalho Pereira) – ambos com análises baseadas em Jacqueline Authier-Revuz – e "Usos e efeitos de estratégias argumentativas em avaliações do ensino superior" (de Márcia Regina Curado Pereira Mariano), que faz uso de Oswald Ducrot. Há, por fim, no volume 49 (2), também de 1995, "Adolescentes e o primeiro emprego: da produção de experiência à estruturação subjetiva", de autoria de Marlene Teixeira e de Deise Marques Chamorro, no volume 49 (1), de 2005, com uso da teoria de Authier-Revuz.

Chama a atenção, na revista Alfa, o volume 48 (2) (também de 2004), que tem como tema "Enunciação e figuratividade". No entanto, não há textos estritamente da área. Afirma Renata Coelho, na apresentação do volume que "a maior parte dos artigos situam-se no quadro teórico da semiótica" (p.5). Tratam-se efetivamente de artigos dedicados à Semiótica. Cabe ressaltar que a semiótica greimasiana está de fato ligada à Enunciação[53] – o que se evidencia pela presença de Greimas no *Dicionário de Lingüística da Enunciação* –, mas a Semiótica *não é a Enunciação*, o que não fica claro a partir da forma como foi elaborada a revista.

Ainda no que tange à questão dos periódicos, há a **ReVEL**, Revista Virtual de Estudos da Linguagem, publicação acessível apenas através da Internet "que visa à divulgação do conhecimento científico acerca dos estudos lingüísticos, especialmente do Brasil" (ReVEL). A ReVEL tem periodicidade semestral, e, a cada edição, aborda um tema diferente, uma área específica dos estudos lingüísticos. Em atuação desde 2003, está em sua nona edição. No seu primeiro número (v.1, n.1, ago.2003), que seria dedicado à Lingüística

[52] BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüísticas general**. 6.ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1970.
[53] Sobre esse assunto, ver Fiorin (2006).

Textual, aparece o texto “Os dêiticos e a enunciação”, de Sandra Beatriz Koelling, e “Tempo e discurso”, de Janaina Weissheimer, esse último trazendo um comparativo da noção de tempo em diferentes teorias. No número 3 (v.2, n.3, ago.2004), cujo tema é “Estudos de Língua Falada/Análise da Conversação”, consta o texto “A subjetividade em salas de bate-papo”, de Valquíria Claudete Machado Borba, que usa Benveniste como referencial teórico. Já no número dedicado aos estudos do texto e do discurso (v.4, n.6, mar.2006), categoria em que se enquadram as teorias da Enunciação, há dois artigos ligados à Enunciação – “A alteridade no monólogo”, de Rosi Ana Grégis, e “Seqüência descritiva e argumentação”, de Cleide Lucia da Cunha –, nenhum deles faz menção direta a isso. A única exceção é a “Resenha do livro *Introdução à lingüística da enunciação*, de Flores e Teixeira”, de Silvana Silva.

Tomando os **Cadernos de Estudos Lingüísticos** (CEL) da UNICAMP, verificamos algumas ocorrências de artigos relacionados à Enunciação no periódico, cujo início das publicações se dá em 1981. O n.3 (jan.-jun.1982) traz dois artigos: um de Rosa Attié Figueira (“Aprendendo a estrutura dos enunciados que indicam mudança de estado/locação sem a participação do agente”) e outro de Vera Lúcia Aguiar (“O sujeito enunciador e o discurso por ele produzido no processo de aquisição oral de uma língua estrangeira”). No n.7 (jul.-dez.1984), aparece o texto “O sujeito na teoria enunciativa de Antoine Culioli: algumas referências”, de Cathérine Fuchs. No número seguinte (n.8, jan.-jun.1985), Eduardo Guimarães publica “Não só... mas também: polifonia e argumentação”. No mesmo ano, no n.9, “Do dialogismo à forma dialogada” (de Francis Jacques) e “Operadores de argumentação e diálogo” (de João Wanderley Geraldi, Eduardo Guimarães e Rodolfo Ilari) estão presentes. No segundo semestre de 1990, no v.19[54], com tradução de Celene Maria Cruz e de João Wanderlei Geraldi, há o texto “Heterogeneidade(s) enunciativa(s)”, de Jacqueline Authier-Revuz. Em um número dedicado à Pragmática, o volume 30 (jan.-jun.1996), há o texto “Língua e enunciação”, de Eduardo Guimarães. No v.41 (jul.-dez.2001), Edwigwes Maria Morato publica o artigo “(IN)Determinação e subjetividade na linguagem de afásicos: a inclinação anti-referencialista dos processos enunciativos”, usando Enunciação, mas também Análise da Conversação e Lingüística Textual. Por fim, “Efeitos argumentativos de um ‘Bilhete de amor’”, de Cláudia Mendes Campos, aparece no

[54] A partir da décima edição, a numeração da revista passou de “número” para “volume”.

v.47 (1) (2) (ano de 2005). Dos 48 volumes da publicação[55], portanto, há Enunciação em oito deles.

Publicação quadrimestral do programa de pós-graduação em Lingüística Aplicada da UNISINOS, a revista **Calidoscópio**[56], editada quadrimestralmente desde dezembro de 2003, apresenta, ligado à Lingüística da Enunciação, o artigo "Enunciação e sintoma da linguagem: um estudo sobre as relações metafóricas e metonímicas", de Valdir do Nascimento Flores, Luiza Milano Surreaux e Tanara Zingano Kuhn, no volume 4, número 1 (jan.-abr.2006). Há também, no volume 4, número 2 (maio-ago.2006), os artigos "O poder no circuito da Enunciação", de Nayr Tesser, e "Enunciação escrita e alfabetização: sobre a alteridade na linguagem", de Silvana Maria Bellé Zasso.

O caso da revista **Organon**, revista do Instituto de Letras da UFRGS, é peculiar. Primeiro, porque ela foi originalmente lançada em março de 1956 como uma revista da Faculdade de Filosofia – já que, na época, havia apenas Departamento de Letras dentro dessa faculdade – e continha artigos de filosofia, literatura e português. A partir de 1969 (n.14), passa a ser da Faculdade de Letras, mas fica até 1986 (quando finalmente tem seu n.15) sem ser publicada, e seu n.16 é de 1989. Apenas em 1991 a revista é retomada com regularidade. A segunda peculiaridade é que, como a revista é sempre temática, são poucos os números em que efetivamente é possível haver artigos sobre Enunciação, embora haja uma parte dedicada a temas livres.

A Enunciação irá aparecer diretamente no volume de número 23, de 1995, cujo tema foi "O texto em perspectiva", sendo a publicação dividida em quatro perspectivas: a da Lingüística Textual (com quatro textos), a da Enunciação (com cinco textos), a da Análise do Discurso (também com cinco textos) e a Semiótica (com seis textos). No número 28 (2000), de tema "Estudos da língua falada", aparece um texto da professora Eleni Jacques Martins ("Da interação ao discurso de língua falada"). A edição de 2002, com dupla numeração (n.32/33) é toda dedicada ao tema "Os estudos enunciativos: a diversidade de um campo".

Em termos de tema livre, há três ocorrências de textos ligados à Enunciação. A primeira, no número 24 (1996), é uma resenha, feita por Ana Zandwais, do livro *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*, de Eduardo Guimarães. No número 27 (1999), há a resenha do livro *Lingüística e psicanálise: princípios de uma semântica da*

---

[55] Não tivemos acesso aos volumes 1, 29, 35, 38, 40 e 42.

enunciação, de Valdir do Nascimento Flores[57], escrita por Marlene Teixeira. Por fim, com bibliografia baseada em Authier-Revuz, o artigo "Gramática: o discurso indireto numa perspectiva discursiva", de Mariluci Bianchi, está no número 17 (2003).

A segunda publicação do Instituto de Letras da UFRGS são os **Cadernos do IL**, periódico em circulação de 1989 a 2005. Há, no total de 31 números, dois textos da Lingüística da Enunciação. São eles "A negação como uma evidência da polifonia", de Sabrina Pereira de Abreu, cujo referencial teórico é baseado em Oswald Ducrot (no número13 – jul/1995), e "Determinações lingüísticas e enunciativas da regência verbal do português: estudo de um caso", de Silvana Silva (no número 26-27 – dez.2003).

A **Letras de Hoje**, editada pelo Curso de Pós-graduação em Lingüística e Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), é publicada ininterruptamente desde 1967. O periódico apresenta artigos da área de Enunciação: eles aparecem em quatorze das 146 edições já publicadas. Dentre essas quatorze edições, os números 126 (de dezembro de 2001) e 138 (de dezembro de 2004)[58] são especiais nesse sentido, pois o primeiro trata apenas de temas do Texto e do Discurso e o segundo refere-se apenas a textos sobre enunciação dentro da perspectiva benvenistiana.

Esse volume, de número 138 – organizado por Valdir do Nascimento Flores, Leci Borges Barbisan e Marlene Teixeira –, merece um pouco mais de atenção, à medida em que ele é bastante representativo do núcleo que se formou em torno dos estudos enunciativos no sul do país. O periódico é todo dedicado aos artigos produzidos para o Colóquio de leituras de Émile Benveniste, realizado na própria PUCRS. Tal encontro teve como propósitos:

> a) criar um fórum de debates em torno da teoria da enunciação desenvolvida por Émile Benveniste e sua relação com o campo da Lingüística da Enunciação;
>
> b) avaliar os desdobramentos da Lingüística da Enunciação quanto a aspectos teóricos e metodológicos;
>
> c) propor interfaces da Lingüística da Enunciação com outras áreas do estudo da linguagem;
>
> d) estudar as relações entre a Lingüística da Enunciação e outras áreas do conhecimento. (FLORES; BARBISAN; TEIXEIRA, 2004, p.7-8)

---

[56] Não tivemos acesso aos números 1 e 3 do segundo volume.
[57] Sobre essa obra, falaremos mais adiante, em 3.1.2.
[58] A revista segue duas numerações. A numeração referida aqui é a de capa.

Esses objetivos foram atendidos pelas comunicações, que ficaram registradas na publicação. Os temas dos artigos visitam a epistemologia e a metodologia da Lingüística da Enunciação, além da Teoria da Enunciação benvenistiana em si e de suas relação com outras áreas do conhecimento. A relação com a Terminologia, por exemplo, é abordada em "Terminologia e lingüística de corpus: da perspectiva enunciativa aos novos enfoques do texto técnico-científico", texto de Maria José Bocorny Finatto[59]. Os autores que têm artigos nesse número da Letras de Hoje são (na ordem de aparição do sumário): Valdir do Nascimento Flores, Leci Borges Barbisan, Marlene Teixeira, Maria Eduarda Giering, Elisângela Rosa do Santos, João Fernando de Moraes Trois, Juciane dos Santos Cavalheiro, Karina Giacomelli, Luiza Milano Surreaux, Magali Lopes Endruweit, a já citada Finatto, Myrian Cadorin Dutra, Neiva Maria Tebaldi Gomes, Nerci D'Ávila, Paulo R.S. Borges, Silvana Silva, Sônia Lichtenberg, Thaís Weigert, Carmem Luci da Costa Silva e Vera Lúcia Pires.

A última publicação que analisamos é **Letras**[60], revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Sempre temática, tem seus assuntos, conforme descrito no *site* da publicação, "definidos em função dos ramos que compõem as áreas de concentração do programa".

Vale trazer, inicialmente, um de seus volumes à tona. Trata-se do número 33, de 2006, que teve como tema "Émile Benveniste: interfaces enunciação e discursos", organizada por Karina Giacomelli e Vera Lúcia Pires, daquela universidade. O periódico contou com artigos, na ordem do sumário, de Claudine Normand, Leci Barbisan, Beth Brait, Luiz Francisco Dias, José Luiz Fiorin, Valdir do Nascimento Flores, Karina Giacomelli, Vera Lúcia Pires e Kelly Cristine G. Werner e, por último, de Neiva Maria Tebaldi Gomes.

Há de ser notado que muitos dos autores apresentados na publicação da UFSM são, não por coincidência, alguns que já haviam participado do Colóquio realizado em 2004 na PUCRS. Essa repetição de nomes revela não só a existência de grupos interessados nos estudos lingüístico-enunciativos – particularmente na UFRGS, na PUCRS, na UNISINOS e na UFSM – como que essas mesmas pessoas se dedicam a mostrá-los. Ademais, esses

[59] Não podemos deixar de fazer a evidente ligação dos objetivos de relacionar a Lingüística da Enunciação a outras áreas com a própria constituição desta dissertação, que busca fazer uma interface Lingüística da Enunciação/Terminologia, uma vez que tem por objeto final de análise o *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, em fase de finalização.

[60] Não tivemos acesso ao número 32.

pesquisadores tentam agregar a seus olhares teóricos a visão de quem, de forma dispersa no país – como José Luiz Fiorin e Beth Brait –, também trata de Enunciação ou, ainda, de quem trata da Enunciação na França, onde a área em questão se encontra solidificada.

Considerando os exemplares da revista Letras como um todo, afora o número já citado, há outros dois volumes que trazem artigos ligados à área da Enunciação: o número 26 (jan.-jun.2003) e o número 27 (jul.-dez.2003). No número 26, há "Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano", de Eduardo Guimarães. O número 27, por sua vez, traz "Enunciação e política de línguas no Brasil", também de Eduardo Guimarães. Uma última observação é que há um número da revista – 25 (jul.-dez.2002) – que traz os resumos da produção discente do PPG de Letras da instituição no período de 1991 a 2003. Dentre todas as dissertações, há apenas uma da área da Lingüística da Enunciação: trata-se de "Um jogo de máscaras: a(s) heterogeneidade(s) enunciativa(s) e o discurso pedagógico sobre os conteúdos de ensino", de Karina Giacomelli, que teve como argüidores Valdir do Nascimento Flores e Marlene Teixeira.

Evidentemente, o baixo volume de publicações constatado na análise dos periódicos não significa que não se publique sobre Lingüística da Enunciação no país, especialmente porque a ausência em revistas não implica a não-existência de livros sobre as teorias da área. Tampouco supomos que qualquer publicação tenha a obrigação de apresentar artigos de qualquer área que seja, até mesmo porque esse fato não depende apenas das revistas, mas também dos estudiosos. O que é interessante marcar é o fato de que a identificação de um campo em atividade desde a década de 1970 não ser completamente evidente para as instituições e para as publicações – e conseqüentemente, para os indivíduos.

3.1.2 *As publicações editoriais*

Não há muitos livros publicados no Brasil na área da Lingüística da Enunciação, ainda que levemos em conta as teorias da Enunciação em separado, se são considerados apenas textos de autoria de brasileiros. Fizemos aqui uma seleção das obras que julgamos mais representativas nessa direção.

O primeiro exemplo a ser citado é **Carlos Vogt**, com o brilhante *O intervalo semântico*, de 1977, publicação de sua tese de doutoramento, que foi defendida em 1974, na UNICAMP. O texto, prefaciado por Oswald Ducrot, é um estudo enunciativo filiado à

semântica argumentativa, ou seja, aos estudos do próprio Ducrot. Vogt aborda o que ele denomina *intervalo semântico*, que se trata do "intervalo entre a língua e a fala, entre a competência e a performance, entre o enunciado e a enunciação, [em] que esses [os] marcadores de subjetividade habitam, pondo em xeque essas dicotomias", do espaço em que "a linguagem é atividade e é nele que o homem a possui e é possuído" (VOGT, 1977, p.32).

A tese de Vogt é que "tudo, na língua, é comparação ou, pelo menos, muita coisa, muito mais do que se pensa habitualmente" (DUCROT, 1977, p.14). Sua evidência, acredita Vogt, são estruturas comparativas como, por exemplo, "Maria é mais bonita que Ana", ou "A é mais f que B" (VOGT, 1977, p.99), em que não há como, antes da apresentação da própria comparação, caracterizar os termos, e que é ela própria o instrumento para a descrição da característica em questão. Portanto, "o que Vogt procura justamente mostrar é que as formas lingüísticas do enunciado realizam, fundamentalmente, (...) a comparação-meio. Não aquela em que a relação é derivada dos termos, mas aquela onde ela os constitui" (DUCROT, 1977, p.15). A seguir, descreve ainda Ducrot, Vogt mostra que o intervalo, a relação de comparação, "não se situa 'entre' os objetos que ele separa, está no fundo deles mesmos, ele os torna aquilo que são" (p.16). Dessa forma, o falante, através das formas comparativas, busca uma forma de argumentação, de dirigir o interlocutor a um certo gênero de conclusão (p.16-17). Conclui Ducrot que Vogt defende que as "relações do locutor ao destinatário que constituem o próprio sentido" dos enunciados e lhes dão, ao mesmo tempo, uma organização comparativa, constituem um só intervalo, o intervalo semântico (p.19).

Seguindo os autores que já abordaram a Enunciação, chegamos à professora **Eleni Jacques Martins**, que, em 1990, publicou *Enunciação e diálogo*, obra na qual busca uma noção enunciativa de diálogo, ou, como a própria autora descreveu, tinha o "objetivo de investigar o diálogo, sua natureza e possibilidades de ocorrência" (MARTINS, 1990, p.183). A autora, após uma intensa revisão bibliográfica – que inclui, entre outros, Bakhtin, Pêcheux, Grice, Austin, Ducrot –, elege a teoria benvenistiana – especificamente a noção de "ele", que interpreta como sendo o próprio enunciado –, donde parte para propor "um esquema da estrutura da enunciação, contendo os elementos para representarem-se as relações internas ao processo, a partir das quais se poderia avaliar a ocorrência do diálogo como uma relação lingüística, em algum sentido intersubjetiva (p.185). Martins, ao final, afirma que "o problema que se coloca é o da relativização da subjetividade e do diálogo, seu condicionamento à qualidade das relações semânticas estabelecidas no interior da enunciação, que configuram relações de poder da palavra" (p.187).

O próximo pesquisador que trazemos é **Eduardo Guimarães**, com um grande número de livros que se insere no campo da Enunciação. Seus estudos podem ser identificados por "Semântica histórica da Enunciação", denominação do próprio autor. O livro *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português* é um exemplo de seu trabalho. Nele, o autor, após analisar conjunções da língua portuguesa, constata "a necessidade de refazer a classificação das conjunções no que diz respeito a que classe cada conjunção pertence" (GUIMARÃES, 1987, p.189), devido à análise, por exemplo, de "conjunções como *embora* e *já que*, normalmente classificadas como subordinativas, devem ser classificadas como coordenativas". Para Guimarães, suas análises "permitem dizer que a configuração histórica de uma regularidade lingüística se caracteriza por estar aberta ao efeito do episódio da enunciação" (p.189-190) ou, em outras palavras, o sistema da língua é afetado pelo seu uso.

O autor funda seus estudos em teorias enunciativas, mas articula-as com outras áreas. Em seu livro *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*, expõe, na introdução, o que podemos considerar um resumo de suas filiações:

> Este trabalho mantém assim um diálogo com domínios como a filosofia da linguagem, notadamente a teoria dos atos de fala, a pragmática, a semântica argumentativa. Por outro lado mantém também um diálogo decisivo com a Análise do Discurso tal como praticada no Brasil e que se organiza e se desenvolve a partir dos trabalhos de Pêcheux. (GUIMARÃES, 2002, p.8).

Diz Guimarães: "a nós interessa considerar a língua como um 'conjunto' de relações, sem contudo nos interessar a noção de sistema" (GUIMARÃES, 1989, p.74). O autor vê a língua "como uma dispersão de regularidades lingüísticas constituídas sócio-historicamente" (p.76) e afirma que "a materialidade sócio-histórica do enunciação, e por conseguinte da língua, é produzida numa formação discursiva e pela enunciação" (p.79)[61].

O professor **José Luiz Fiorin** é o próximo estudioso que queremos abordar neste momento da dissertação. Autor de uma vasta obra na área de estudos da linguagem, dedica-se à Semiótica greimasiana. Para menção a Fiorin, tomamos o texto *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*.Partimos de elementos dessa obra para ter uma noção de sua linha de trabalho.

---

[61] Queremos ressaltar que acreditamos que, para se propor a trabalhar com a Enunciação, como com qualquer área de estudos,é necessário aceitar seus preceitos fundamentais e fundantes, entre eles as suas limitações. Isso implica o fato de que qualquer teoria que se use para fazer análise de qualquer objeto deve ter por especificidade assumir um ponto de vista (como já foi devidamente abordado no capítulo 2).

No texto, em que Fiorin faz uma ampla descrição das categorias citadas, percebemos as filiações do autor. Afirma ele que “os actantes, os tempos e os espaços lingüísticos *stricto sensu* não refletem as pessoas reais, nem o tempo físico, nem o espaço geométrico, mas são criados na e pela enunciação” (FIORIN, 1999, p.301). Para Fiorin, passa-se do sistema ao discurso “Com a enunciação, ou seja, temporalizando, espacializando e actorializando a linguagem” (p.14). A sua visão de discurso se evidencia na seguinte passagem, em que lê Greimas e Courtès:

> O discurso não é uma grande frase nem um aglomerado de frases, mas um todo de significação. Nesse sentido, a frase deve ser entendida como um segmento de discurso – o que não exclui, evidentemente, que o discurso possa ter, em certos casos, a dimensão de uma frase. Considerado como totalidade, o discurso é constituído pela enunciação. Será, então, definido como um processo semiótico e, por conseguinte, englobará os fatos (relações, unidades, operações, etc.) situados no eixo sintagmático da linguagem” (p.30).

Outra obra relevante que queremos registrar é *A propósito da noção de dêixis*, de **Michel Lahud**, tradução para o português de seu trabalho de mestrado, apresentado em 1973 na Université de Provence (Aix, França). No texto, o autor se pergunta: “o que o homem faz com os dêiticos de sua linguagem? Do que a presença desses termos é diretamente responsável?” (LAHUD, 1979, p.40). A partir desses questionamentos, o autor se propõe a investigar o assunto, tratando “da *noção* de dêixis, e não do fenômeno dêitico tal como ele se manifesta em tal ou tal língua” (p.44). Para tanto, Lahud busca diferentes autores que abordaram o tema, constatando que as variadas noções de dêixis “visam objetos tão diversos que é lícito perguntar-se se eles possuem verdadeiramente algo comum” (p.125). O autor aponta para o fato de que as denominações usadas para designar os dêiticos – como *shifters* (Jakobson), símbolos-indicadores (Charles Peirce), indicadores de subjetividade (Benveniste), por exemplo – refletem, de alguma maneira, o ponto de vista pelo qual se olha o fenômeno.

Em termos de coletânea de trabalhos acerca da Enunciação, vale citar o livro *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*, organizado por **Beth Brait**. Editado em 2001, foi a publicação dos textos apresentados no seminário de igual nome, realizado em 1998, na Universidade de São Paulo. Relata Brait (2001, p.5) que o seminário contara com a presença de pesquisadores de diferentes perspectivas da enunciação. Os autores dos artigos são: a própria organizadora, Carlos Alberto Faraco, Helena Nagamine Brandão, Ingedore Koch, Irene Machado, José Luiz Fiorin, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, Orlando Vian Jr., Roxane Helena Rodrigues Rojo e Sírio Possenti. Se a coletânea tem o mérito de reunir

estudiosos em torno do tema e, depois, reunir os artigos decorrentes do seminário em um livro, levando-o ao público acadêmico, não podemos dizer que não há falha ao inserir, no conjunto, textos que consideram a perspectiva discursiva (Brandão) e textual (Koch).

Por fim, lembramos o conjunto de obras ligadas diretamente ao grupo de trabalho a que esta dissertação se liga, do qual destacamos dois textos. O primeiro livro a ser lembrado é a publicação da tese de doutoramento de **Valdir do Nascimento Flores**, *Lingüística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*, de 1999, já citado neste trabalho. De forma bastante sucinta, podemos dizer que o texto trata da questão do estatuto do sujeito presente nas teorias enunciativas. O autor, através de um percurso pela lingüística e pela psicanálise, como mesmo aponta o título, evidencia a possibilidade do maior excluído da Lingüística saussuriana, o sujeito, voltar ao interior da lingüística, mas abarcado por um outro tipo de análise, a enunciativa.

O segundo destaque é para *Introdução à Lingüística da Enunciação*, também de Valdir do Nascimento Flores, mas, dessa vez, acompanhado de **Marlene Teixeira**. Lançado em 2005, o livro realiza um percurso que, sob muitos aspectos, igualmente seguimos neste trabalho. Os autores levam ao público acadêmico, pela primeira vez no Brasil, uma visão mais clara do campo Lingüística da Enunciação. Como bem descreve Silva, na resenha da obra,

> Poderíamos dizer que os estudos de enunciação no Brasil são estilhaços de um espelho espalhados em muitas direções, ou seja, embora seu estudo tenha uma ampla repercussão nos mais variados campos do saber, muitos deles têm os tomado de forma um tanto quanto fragmentada.
>
> Contrapondo-se a esse quadro, Valdir Flores e Marlene Teixeira, respectivamente na UFRGS e Unisinos, têm desenvolvido desde o final dos anos de 1990, o trabalho de apresentar o objeto teórico enunciação como um sistema de pensamento. Mas a trajetória dos autores é mais ampla: colegas do curso de doutoramento na PUC-RS e orientandos da profunda conhecedora das mais variadas teorias do texto e do discurso, a professora Leci Barbisan, os autores, desde então, dialogam em um incessante trabalho de garantir que as teorias da enunciação ganhem consistência de estudos.
>
> Assim, em uma síntese de inúmeros projetos de pesquisa, surge o livro Introdução à Lingüística da Enunciação. A força de um trabalho de síntese pode ser observada na frase precisa, na interpretação segura própria de estudiosos que assumiram seu lugar de teóricos da enunciação. (SILVA, 2006, p.1)

O texto, portanto, como um manual que é, enquadra-se em um panorama de reconhecimento da Lingüística da Enunciação, da mesma forma que o *Dicionário de Lingüística da Enunciação*.

3.2 As causas da pouca visibilidade

A questão que colocamos neste ponto é: por que motivo a Lingüística da Enunciação, mesmo sendo um campo constituído, tem reduzida visualidade em nosso país? Pensamos que esse fato decorra diretamente da forma como as teorias enunciativas foram introduzidas no Brasil.

No final da década de 1970, como já destacamos em 2.3, chegam ao país duas grandes correntes de estudo: A Análise do Discurso de linha francesa (AD) e a Lingüística Textual (LT).

A AD, afirma Ferreira (1999), "já tem uma história consistente, que vem sendo construída há cerca de 30 anos e que já se estende por vários quadrantes do território. O marco inicial dessa história se dá em Campinas, em torno da figura de Eni Orlandi, em fins da década de 70". Seguidora dos primeiros escritos de Michel Pêcheux, especificamente os de 1969 e 1975, a AD funda suas bases na crítica ao Estruturalismo por duas exclusões fundamentais: a primeira, do sujeito; a segunda, do contexto sociohistórico.

No que diz respeito ao contexto, a AD considera "as condições de produção (exterioridade, processo histórico-social) como constitutivas do discurso" (ORLANDI, 1996, p.111), e isso pouco diz de sua relação com as teorias da Enunciação, exceto pela diferença de abordagem. Entretanto, quando chega ao problema do sujeito, a AD estende a crítica à ausência de uma atenção ao sujeito que se faz no Estruturalismo à noção de sujeito das teorias da Enunciação em geral, e, em especial, à teoria de Émile Benveniste.

Isso decorre de uma forma peculiar de leitura da obra do autor que é feita pela AD tal qual é trazida para o Brasil. Como resultado, é feita a ressalva à obra de Benveniste, mais especificamente, a crítica é feita à concepção de sujeito. Fazendo uma interpretação de Benveniste, Orlandi afirma que

> Observando a distinção, feita pelo autor, entre o semiótico (que deve ser reconhecido) e o semântico (que deve ser compreendido), vemos que a enunciação, processo mediador do semântico, se define como um processo de apropriação, enquanto realização individual.
>
> (...) É o locutor no exercício do discurso que se apropria das formas que a linguagem propõe e às quais ele se refere a sua pessoa definindo-se a si mesmo (como eu) e ao parceiro (como tu). Nessa perspectiva, o processo do *eu* é semântico, é histórico, enquanto o *tu* permanece no nível semiótico. (...)

> Assim, o interlocutor, enquanto tal, é possibilidade estabelecida pelo semiótico, e quando se faz semântico, se faz locutor. É só nesse sentido que vemos um contato entre o semiótico e o semântico, mas que não se faz como passagem, e é dissimétrico. Nesse sentido, o quadro figurativo da enunciação – as duas figuras em posição de participantes que são *alternativamente protagonistas* da enunciação – aparece como cenário para que o *eu* represente seu papel. E a concepção dialética proposta por Benveniste (1976) em "Da subjetividade na linguagem" (p.287) desaparece: o que há é um *eu* que subsume um *tu*, pois este só se faz presente se se torna um *eu*. O estatuto da enunciação é, no mínimo, obscuro e disso decorre uma série de dificuldades na interpretação dos planos de Benveniste. (ORLANDI, 1996, p.107-108)

Neste momento, faremos uma breve digressão, relacionando a leitura que é feita pela AD de linha francesa com a nossa leitura[62], não como forma de diminuir uma em detrimento da outra. Não nos cabe avaliar a validade da leitura realizada pela autora ou pela AD. Faremos essa relação porque cremos que essa leitura interferiu na recepção das teorias da Enunciação no Brasil.

Retomando, então, a citação de Orlandi, pensamos que há, de fato, contato entre os níveis semiótico e semântico, propostos por Benveniste, e ele se dá a partir da noção de quebra da dicotomia saussuriana língua/fala. Se há a possibilidade de uma leitura de Benveniste em que o semiótico e o semântico não se articulam, ela parte, certamente, diretamente da dicotomia tal qual proposta por Saussure, e não da leitura que é feita por Benveniste e pelos demais autores da Enunciação, tal qual expusemos em 2.2.

A relação entre o *eu* e o *tu* não é, acreditamos, de subsunção. *Eu* constitui *tu na* e *pela* enunciação, assim como a si mesmo, ao *aqui*, ao *ele*, ao *agora*. O sujeito só se constitui com os demais elementos do contexto enunciativo (lingüístico), inclusive o *tu*. Não há subjetividade sem intersubjetividade, sem contraste. É somente a partir da intersubjetividade que o *eu* se reconhece como tal[63].

Diz ainda Orlandi que

> Em Benveniste é o sujeito que se apropria da linguagem, num movimento individual. Nesse passo, podemos dizer que, pela consideração fundamental das condições de produção na AD, não é o sujeito (locutor) que se apropria, mas há uma forma social de apropriação da linguagem em que está refletida a ilusão do sujeito, isto é, sua interpelação feita pela ideologia. É nesse jogo do lugar social e dos sentidos estabelecidos que está representada a determinação histórico-social do discurso. (ORLANDI, 1996, p.110)

[62] Nessa leitura, usamos o aporte teórico benvenistiano.
[63] Ver nota de rodapé de número 36, na página 52 desta dissertação, sobre apropriação da língua.

Vemos, nessa afirmação, que há um aspecto a ser marcado na distribuição das informações. A noção de apropriação do sujeito pelo social da AD – ou interpelação pela ideologia – tem uma larga diferença em relação à noção de apropriação da Enunciação. A ideologia, para a AD, é o processo de atribuição de sentidos. Diz Orlandi que

> não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona. Como já tivemos ocasião de dizer: não é em “x” que está a ideologia é no mecanismo (imaginário) de produzir “x”, sendo “x” um objeto simbólico. Isso tudo derivando do fato de que não há sentido se a língua não se inscreve na história. A ideologia não é ocultação, ela é produção de evidências. (ORLANDI, 2001, p.104-105)

A ideologia, portanto, é o que faz com que o sujeito tenha a ilusão de ser a origem de seu dizer. É a partir dela que o indivíduo é interpelado em sujeito.

Já nas teorias da Enunciação, a apropriação da língua se dá pelo sujeito que, *na* e *pela* enunciação, se constitui como tal, o que faz com que se possa dizer que, em uma visão enunciativa, o sujeito está inserido na linguagem. Não há, em Enunciação, um processo correspondente ao de interpelação em sujeito da AD, à medida que o sujeito se constitui, isto é, o indivíduo cria uma representação de si, do outro e do mundo, a partir da e na enunciação. Não há como fazer o paralelo apresentado em Orlandi, porque os processos são diferentes, e parte-se de pontos diversos. Na AD, parte-se da ideologia, do social; já na Enunciação, da representação do sujeito. São dois pontos de vista distintos, que levam em consideração aspectos distintos. São, em suma, formas diferentes de ver um mesmo objeto, a linguagem.

Vemos, nesta citação, a que se opõe Orlandi:

> De certa forma, pode-se dizer que a lingüística tem tido seus tropeços. Neste trabalho, partirei de dois deles, que, no final, são apenas um.
>
> a) O primeiro para o qual apontarei – e do qual já tratei em passagem em outros textos – é o da lingüística feita a partir do locutor. É o que se pode ver, por exemplo, em Benveniste (1974 e 1976), em que se trabalha o privilégio do falante, ou seja, a perspectiva pela qual se considera o “eu” e o “outro” dá-se pelo enfoque do “eu”.
>
> Não é só de Benveniste essa posição. Ela pode ser vista através de toda a teoria da enunciação.
>
> (...) b) O segundo tropeço é o da consideração da linguagem prioritariamente em sua função representativa, informacional.

> Tem-se considerado a função representativa como a essencial, a que define a linguagem. Daí se pensar a comunicação sob o enfoque da informação. Isto é, de um lado, a partir da representação, pensa-se o percurso psíquico da linguagem (relação pensamento/linguagem) sob o aspecto formal e, de outro lado, do ponto de vista funcional o percurso social da linguagem é pensado sob o enfoque da comunicação enquanto informação. (ORLANDI, 1996, p.149-151)

Não nos cabe determinar as áreas a que se opõe a Análise do Discurso de linha francesa no Brasil, tampouco expor profundamente suas características e concepções. O que nos cabe dizer é que, se, segundo Orlandi, a AD se opõe a uma visão de linguagem como comunicação, não é às teorias da Enunciação que devem ser dirigidas as críticas, pois o próprio Benveniste afirma:

> Se a linguagem é, como se diz, instrumento de comunicação, a que deve ela essa propriedade? (...) A comparação da linguagem com um instrumento (...) deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza do homem, que não a fabricou. (...) Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 1995, p.284-285)

Ou seja, para Benveniste, a função fundamental da linguagem não é a comunicação. A partir da linguagem o homem se constitui como sujeito, é a partir dela e nela que o homem constrói sua representação de si, do outro, do mundo. Da mesma forma, "a linguagem exige e pressupõe o outro" (BENVENISTE, 1989, p.93), assim, a representação de si depende da imagem do outro no sujeito. Não há *eu* sem *tu*, sem intersubjetividade.

Realizamos essa digressão porque acreditamos, como dissemos, que a leitura feita pela AD de linha francesa fez das teorias da Enunciação – em especial, da Teoria da Enunciação benvenistiana – interferiu na maneira como essa área foi recebida no Brasil. Mais uma vez, dizemos que não é nossa tarefa julgar tal leitura. Compete-nos registrar que ela ajudou a gerar um apagamento das teorias da Enunciação no Brasil.

Apontando a introdução da Lingüística Textual no Brasil, afirma Koch que

> É no final da década de 70 que começam a surgir, no Brasil, os primeiros trabalhos dedicados ao estudo lingüístico do texto (...). Somente na década de 80, contudo, começam a multiplicar-se os estudos em Lingüística Textual. Após a publicação, na Revista Letras de Hoje, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de um artigo pioneiro de Ignácio Antônio Neis ("Por uma gramática textual", 1981), inspirado em textos de autores

> franceses, vêm à luz os dois primeiros livros na área, em 1983: *Lingüística textual: introdução* (Fávero e Koch) e *Lingüística de texto: o que é e como se faz* (Marcuschi). (KOCH, 1999)

Podemos retomar as três fases da LT, desta vez tomando Bentes (2005). A autora afirma que a Lingüística Textual está entre os estudos da linguagem que buscam ir além da frase, opondo-se ao Estruturalismo e procurando "reintroduzir, em seu escopo teórico, o sujeito e a situação de comunicação" (p.245). A autora refere três momentos da disciplina, segundo ela, não necessariamente cronológicos. O primeiro seria a análise transfrástica, no qual "um texto é definido como uma 'seqüência coerente de enunciados'" (p.247). A segunda tendência surge "com a euforia provocada pela gramática gerativa, postulou-se a competência textual do falante, ou seja, a construção de *gramáticas textuais*" (p.247). O terceiro momento apontado por Bentes é "a elaboração de uma teoria do texto" (p.247), em que "o texto passa a ser estudado dentro de seu contexto de produção e a ser compreendido não como um produto acabado, mas como um processo, resultado de operações comunicativas e processos lingüísticos em situações sociocomunicativas" (p.247). Bentes, citando Marcuschi, afirma que a LT pode ser caracterizada como "uma disciplina de caráter multidisciplinar, dinâmica, funcional e processual, considerando a língua como não autônoma nem sob seu aspecto formal" (MARCUSCHI *apud* BENTES, 2005, p.253).

Apesar de uma aparente clareza com que vai se constituindo, a LT acaba sendo uma disciplina que, ao longo de seus caminhos, toma noções de outras áreas, como da Pragmática ou da Enunciação. Essa não é uma atitude que passa ilesa em meio aos caminhos dos estudos da linguagem. Como exemplo, podemos citar um momento do texto em que a autora, apesar de marcar o fato de que a LT e o que ela chama de semântica enunciativa serem campos distintos (p.248, nota de rodapé n.9), faz uma menção a trabalhos de Guimarães e Vogt:

> Para um maior aprofundamento sobre os tipos de relações que se estabelecem entre os **enunciados**, ver Guimarães (1987), Koch (1987) e Vogt (1980). No entanto, é importante ressaltar que os trabalhos de Guimarães e Vogt inserem-se mais na perspectiva da Semântica Enunciativa do que em uma perspectiva textual propriamente dita. [Grifo nosso.]

Ora, se o objeto teórico da LT é o texto, por que a remissão à noção de enunciado, que obedece a outro paradigma[64]? Essa remissão acontece sucessivas vezes, nas análises apresentadas: "conexão entre enunciados", "a que se estabelece o primeiro e o segundo enunciado" (p.248), "relações argumentativas adequadas entre os enunciados" (p.249), "quando um conjunto de enunciados constitui um texto" (p.250).

Seguem-se à AD e à LT os estudos em teorias pragmáticas, que se iniciam no país nos primeiros anos da década de 1980. Rajagopalan registra a dificuldade em precisar uma data de inserção dos estudos no Brasil:

> São vários os fatores que dificultam qualquer tentativa de averiguar as pesquisas no campo da pragmática no Brasil. O primeiro e o mais importante deles nada tem a ver com as condições sabidamente precárias de pesquisa no país, mas sim à própria indefinição a respeito do que vem a ser a pragmática – ou seja, trata-se de algo que atinge todos os pesquisadores no mundo inteiro. (RAJAGOPALAN, 1999)

Portanto, embora o início do campo possa ser delineado de uma maneira, de certa forma, precisa, a Pragmática acabou, por características próprias de similaridade com outras disciplinas – em especial com a Lingüística da Enunciação –, perdendo, em alguma medida, a nitidez de suas fronteiras. A declaração de Rajagopalan corrobora o que vamos caracterizar aqui com relação à abordagem da Pragmática em determinados casos.

No primeiro dos dois volumes do livro *Introdução à lingüística,* organizado por José Luiz Fiorin, no texto do próprio autor, intitulado "A linguagem em uso", Fiorin (2003a, p.166) afirma que a Pragmática, disciplina iniciada por filósofos da linguagem, em especial, Austin e Grice, tem como característica o fato de que a fala é considerada como um ato do homem que "comunica mais do que aquilo que se significa num enunciado, pois quando se fala, comunicam-se também conteúdos implícitos". Contudo, na página seguinte, o autor explicita uma classificação de Moeschler, segundo a qual haveria três domínios que exigiriam uma dimensão pragmática de estudos, sendo o primeiro deles a enunciação. Nesse ponto, não há referência direta aos estudos enunciativos, podendo-se considerar que o enunciado de que fala a Pragmática não é o mesmo das teorias da Enunciação. No entanto, o segundo volume da mesma obra traz o capítulo "Pragmática", também de Fiorin. Ali, o autor, já na introdução, afirma:

---

[64] Não dizemos que diferentes linhas não podem adotar termos que têm noções diversas em áreas distintas. O que esperamos é explicitação de critérios e de teorias, inclusive na remissão às fontes, para que, por exemplo, o estudante, público-alvo da obra introdutória à lingüística citada, não confunda epistemologias.

> No primeiro volume, vimos que a Pragmática é a **ciência do uso lingüístico**, estuda as condições que governam a utilização da linguagem, a prática lingüística. Um dos domínios de fatos lingüísticos que exigem a introdução de uma dimensão pragmática nos estudos lingüísticos é a **enunciação**, ou seja, o ato de produzir enunciados, que são as realizações lingüísticas **concretas**. (FIORIN, 2003a, p.161) [Grifos nossos.]

Tal capítulo traz ainda um tópico denominado "A enunciação", que se inicia com a afirmação de que

> O primeiro sentido de enunciação é, como vimos, o de ato produtor do enunciado. Benveniste diz que a enunciação é a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização, ou seja, o falante utiliza-se da língua para produzir enunciados. (p.162)

O autor segue caracterizando a Teoria da Enunciação benvenistiana através das categorias *pessoa* (fazendo a diferenciação pessoa/não-pessoa), de *tempo* (opondo o tempo lingüístico ao tempo cronológico), de *espaço* (o agora) e, por fim, expõe "a discursivização das categorias enunciativas" com base em Algirdas Julien Greimas e Joseph Courtés.

Não é difícil perceber que o autor coloca em relação as duas áreas – Enunciação e Pragmática –, não só pelos fragmentos explicitados, mas também pelo fato de que não há qualquer artigo, nos dois volumes de *Introdução à lingüística* de Fiorin, que se refira diretamente às teorias da Enunciação ou à Lingüística da Enunciação.

O mesmo acontece nos três volumes de *Introdução à lingüística*, de Mussalim e Bentes, dos quais já comentamos a referência à enunciação no capítulo concernente à Lingüística Textual, e no qual, no capítulo dedicado à Pragmática, consta a seguinte passagem:

> Vale a pena observar que, entre os autores e autoras que são referência para a Pragmática, também estão os franceses **Oswald Ducrot e Émile Benveniste**, e o americano H.P. Grice. Até o final da década de 1980, muitos trabalhos cuja orientação teórica está fundamentada nesses autores incluem-se na área da Pragmática. Entretanto, a evolução de seus trabalhos conferiram-lhes campos de estudos e métodos hoje separados dos pragmáticos. **A Semântica Argumentativa e a Análise da Conversação** são duas correntes outrora participantes do movimento que integrou componentes pragmáticos aos estudos lingüísticos. (PINTO, 2004, p.51) [Grifos nossos.]

Percebemos, assim, que se vê Benveniste e Ducrot como autores ligados inicialmente à Pragmática, e Benveniste, hoje, relacionado à análise da conversação. Entendemos, de certa forma, a confusão com relação a Ducrot, já que o próprio autor chama

por vezes seus trabalhos de Pragmática. Contudo, mesmo nesse caso, o qualificativo *lingüística* do sintagma deveria evitar qualquer confusão, não deixando dúvidas quanto às suas filiações, sem falar das menções em sua obra às influências de seu estudo.

Entre os anos de 1978 e 1982, foram lançados os quatro volumes de *Fundamentos metodológicos da lingüística*, organizados por Marcelo Dascal, que inicia o prefácio do primeiro volume da seguinte forma

> Minha intenção foi apresentar um volume de máxima utilidade não só para os estudantes da lingüística em nível superior, como também para todos aqueles que se interessem pela metodologia e epistemologia da lingüística, considerada por muitos como paradigma para as demais ciências humanas. (DASCAL, 1978, p.9)

A obra tem o mérito de dar acesso ao público do país a autores como Leonard Bloomfield, Noam Chomsky, George Lakoff, Michael Alexander Halliday, Nikolai Trubetzkoy, Edward Sapir, entre outros, abordando grandes temas como fonologia, sintaxe, semântica, concepções e perspectivas dos estudos lingüísticos. O quarto volume, dividido em duas partes, traz, em sua parte dedicada à Pragmática, o célebre texto “A natureza dos pronomes”, de Émile Benveniste.

A inclusão da Pragmática em uma obra de Lingüística é problematizada por Dascal. O autor afirma:

> Enquanto que ninguém levantaria objeções à inclusão das partes relativas à fonologia, sintaxe e semântica numa série dedicada aos fundamentos da lingüística (embora certamente houvesse divergências quanto ao conteúdo dessas partes), tal unanimidade está longe de ser garantida no caso da pragmática. (DASCAL, 1982, p.7)

A problematização refere-se, como vemos, à questão da inclusão de um elemento externo à Lingüística em uma obra dedicada à ciência. Ainda que a Pragmática seja conceituada de forma muito ampla – “É à semântica que cabe a descrição dos “significados”, enquanto que à pragmática cabe o estudo de como esses significados podem vir a ser explorados para veicular, em contextos particulares, diversas mensagens” (p.20) –, fica muito claro que todos os estudos ali relacionados remeteriam a componentes extralingüísticos. Embora Dascal afirme, em nota de rodapé, que Benveniste seja o único *lingüista com ‘carteira profissional’* (p.20), não há, em qualquer momento, menção ao fato de o autor

francês considerar seu objeto incluído na Lingüística, o que pode levar a uma leitura equivocada do artigo.

Um dos grandes problemas na forma como as linhas de estudo da linguagem entraram no país é a confusão entre as disciplinas e a conseqüente desorientação epistemológica. Isto é, a partir dos fatos de a Enunciação, por um lado, ter sido introduzida como pertencente aos campos ora da Pragmática, ora da Lingüística Textual e, ao mesmo tempo, tenha sido lida pela AD de uma maneira muito particular, segue-se o problema fundamental. Trata-se justamente da questão que dá origem a este trabalho, qual seja, a pouca visibilidade, em grande parte da comunidade acadêmica do país – tanto individual quanto institucionalmente –, da existência de um campo de estudos autônomo denominado Lingüística da Enunciação.

Afirma Flores:

> No que tange especificamente aos trabalhos de Benveniste, de um lado, houve, até meados dos anos 60, um ensurdecimento dos teóricos para a enunciação devido à larga aceitação dos trabalhos estruturalistas oriundos de Hjelmslev e desenvolvidos na linha greimasiana, cujo princípio de imanência excluía a pertinência do sujeito e dos mecanismos de sua enunciação para a lingüística. De outro lado, a *Lingüística da Enunciação* foi, por muito tempo, emudecida pelo advento de teorias que a criticavam, principalmente, quanto à noção de sujeito que acreditavam estar a ela subjacente. Exemplo disso é a posição teórica presente na primeira e na segunda fases da Análise do Discurso de linha francesa de Michel Pêcheux. (FLORES, 2004, p.219)

Apesar desses fatores, e mesmo que com uma identificação frágil no Brasil, a Lingüística da Enunciação seguiu e segue congregando mais estudos, noções e teorias. Como mostram Flores e Teixeira (2005, p.102-103), através de vários exemplos, o sintagma *Lingüística da Enunciação* é absolutamente corriqueiro na França, onde os estudos enunciativos são absolutamente instituídos, mas, no Brasil, essa configuração não se deu.

Se pesquisamos no maior portal de busca de que dispomos, o Google, basta digitar, por exemplo, em francês, os sintagmas *linguistique de l'énonciation* ou *linguistique énonciative* (inclusive usando as aspas restritivas) para obtermos inúmeras referências. No primeiro caso, temos 852 resultados (mais de 69 mil se forem retiradas as aspas); já no segundo, 752 ocorrências (mais de 44 mil sem as aspas). Já em português, a pesquisa não é tão frutífera, ainda que seja significativa: para *Lingüística da Enunciação*, são 253 casos (sem

aspas, mais de 77 mil); para *lingüística enunciativa*, há 82 ocorrências (49 mil sem as aspas)[65].

A Lingüística da Enunciação acabou, no Brasil, dentro de uma configuração que dificulta que sejam visualizadas de forma clara as suas fronteiras, os seus exteriores e até mesmo os seus interiores teóricos. Não é à toa, portanto, que esta dissertação se fez necessária, da mesma forma que é absolutamente primordial que sejam mostrados todos os trabalhos realizados na área. Em especial, é de vital importância que se dê destaque ao *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, que, certamente, ajudará a desfazer a confusão teórica que se instaurou em nosso meio acadêmico.

É justamente a dar destaque a esse dicionário, a partir de sua forma, de sua constituição e de suas características, que são dedicados os dois últimos capítulos deste trabalho.

[65] Conforme consulta em junho de 2006.

Capítulo 4

O DICIONÁRIO DE LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

Mas nomes, uma vez de uso geral, logo se transformam em meros sons, sua etimologia é enterrada, como tantas maravilhas da Terra, sob a poeira do hábito.

Salman Rushdie, Os versos satânicos

4 O DICIONÁRIO DE LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

Vimos, no primeiro e no segundo capítulos desta dissertação, que a Lingüística da Enunciação pode ser vista como um campo de estudos constituído, com características próprias e procedimentos específicos. Também constatamos, no terceiro capítulo, que, no Brasil, isso não é evidente. Se a causa desse desconhecimento, tal qual analisado, está ligada à forma particular de apropriação dessa lingüística por diferentes disciplinas, a causa do reconhecimento acadêmico não poderá ser outra que a produção mais intensa e a divulgação eficiente por parte daqueles que efetivamente trabalham com a Lingüística da Enunciação. É nessa direção que vai a realização do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, que poderá ser tomado como uma referência da organização conceitual do campo pelos seus consulentes. Assim, dedicamos este capítulo à caracterização e à descrição do dicionário e o capítulo seguinte à análise de alguns elementos que desejamos destacar.

O *Dicionário de Lingüística da Enunciação* é o ponto de chegada deste trabalho. Buscamos, até aqui, evidenciar a constituição e a caracterização do campo da Lingüística da Enunciação. Pensamos que essa visualização ficará mais completa ao final da análise do dicionário, afinal, discutir esse objeto, de uma certa forma, é seguir apresentando o campo em questão. Isto é, enfocar o *Dicionário de Lingüística da Enunciação* significa verificar a sua adequação conceitual e metodológica à caracterização epistemológica que realizamos da Lingüística da Enunciação.

Assim, em um primeiro momento deste capítulo, trazemos alguns dados sobre a teoria e sobre a metodologia que permeiam a elaboração desse objeto terminográfico (4.1). Em seguida, fazemos a descrição do dicionário (4.2). Finalmente, na terceira seção deste capítulo (4.3), realizamos alguns esclarecimentos que julgamos necessários sobre a estrutura mostrada.

4.1 Bases teórico-metodológicas do dicionário

4.1.1 *Bases teóricas: a Terminologia*

A terminologia como léxico dos saberes é uma prática que procede de tempos muito longínquos, desenvolvendo-se desde o período clássico grego, quando se iniciam, no ocidente, as práticas científicas. A Terminologia[66] como área de estudos é, no entanto, mais recente. Barros (2004, p.49-50) destaca que o pioneirismo na área da Terminologia nesses termos é da Escola Russa, com D.S. Lotte, na década de 1930, embora o seu trabalho (e de seu grupo) tenha sido levado ao ocidente (traduzido) apenas na década de 1960. O que diferencia os russos e os austríacos é a questão o tratamento do termo. Diz Barros que

> A Escola soviética se caracteriza por sua concepção lingüística da Terminologia, menos filosófica e lógica que a austríaca. Não trilha um caminho puramente teórico, sabendo conciliar teoria e prática. Diversamente da linha austríaca, considera os termos como elementos lingüísticos de uso nos discursos técnicos e científicos e não como unidades controladas, friamente dicionarizadas e objetos de uma normalização. Porém, a preocupação com a normalização existe. (BARROS, 2004, p.51)

Assim, ainda que o surgimento da Terminologia esteja localizado em termos cronológicos na antiga União Soviética, afirmam Krieger e Finatto que

> A primeira orientação está relacionada ao desenvolvimento dos estudos sobre o léxico especializado, cujo impulso deve-se a Eugen Wüster, o fundador da Teoria Geral da Terminologia (TGT). Seu nome, além do estabelecimento das bases da disciplina, está fortemente vinculado ao objetivo de delinear diretrizes pragmáticas de normatizar as terminologias, visando a facilitar seu uso unívoco mundialmente. (KRIEGER; FINATTO, 2004, p.28)

A tese de doutoramento do engenheiro e professor austríaco Eugen Wüster, intitulada *A normalização internacional da terminologia técnica* é de 1931. Os estudos da Escola austríaca, contudo, desenvolvem-se mais fortemente a partir da década de 1970, e são esses os que são efetivamente *estabelecem as bases da disciplina*.

Há, portanto, uma primeira fase, que hoje é considerada como o período “clássico”, a área é desenvolvida por engenheiros e técnicos. Como afirma Finatto (2004), a TGT ou Escola de Viena

> não se aproximou muito dos estudos lingüísticos porque, tal como entendiam seus impulsionadores, lidava predominantemente com *termos* normatizados e não com *palavras*, ocupava-se de *conceitos* e conhecimentos, de modo que interessavam pouco os *significados* de palavras "comuns". (FINATTO, 2004, p.342)

Assim, as primeiras escolas da Terminologia – a Escola Russa (D.S. Lotte), a Escola de Praga (R. Kočourek)[67] e a Escola de Viena (E. Wüster) – desenvolveram-se valorizando

> a dimensão cognitiva dos termos e o delineamento de diretrizes para a sistematização dos métodos de trabalho terminológico, visando, com isso, a padronização dos termos técnicos e, por vezes, o aparelhamento das línguas para responderem às exigências de uma comunicação profissional eficiente. (KRIEGER; FINATTO, 2004, p.28)

A maior repercussão da TGT é na década de 1980, quando as primeiras mudanças já começam a se delinear, com a aproximação de lingüistas. Nesse momento, a Terminologia começa uma passagem de uma dimensão normativa, em que se busca um ideal de termo, a uma dimensão descritiva (FINATTO, 2004, p.343).

Após trabalhos de Alain Rey, Hoffmann e Boulanger, entre outros, na década de 1990, "passou-se a compreender que o reconhecimento terminológico deveria incluir, além de elementos subjacentes, também especificidades da dimensão do uso" (p.344). A Terminologia tende, portanto, à Sociolingüística[68] e à Lingüística Textual e "inicia o reconhecimento de que não é produtivo desvincular termos e textos" (p.345).

A Terminologia é uma área cujo desenvolvimento é impulsionado especialmente por elementos ligados à divulgação científica e pelo comércio exterior. A necessidade de tradução e a globalização são motes para o campo. As trocas tecnológicas entre países promovem o seu desenvolvimento, sendo a eletrônica e a informática os seus grandes impulsionadores, ainda que não os únicos.

---

[66] Grafamos, assim, "Terminologia", com inicial maiúscula, para designar a área, e "terminologia", com inicial minúscula, para indicar o conjunto de termos de um determinado campo. A prática derivada da Terminologia, a terminografia, também é grafada com inicial minúscula.

[67] Afirma Barros que

> Os trabalhos checoslovacos estão intimamente ligados à defesa de dois códigos lingüísticos e de duas culturas. (...) Do ponto de vista da normalização, o grupo considera que a codificação das normas lingüísticas garante maior estabilidade às línguas e que a normalização por organismos oficiais ou associações profissionais tem mais poder de implantação que o simples registro em dicionários ou vocabulários. (BARROS, 2004, p.52)

[68] A Sociolingüística segue um referencial teórico, em geral, ligado à teorias pragmáticas lógicas.

Dentre as perspectivas atuais, três linhas particularmente se destacam na Terminologia. A primeira, do Canadá, é motivada por necessidades sociais e econômicas. Uma vez que o país é bilíngüe, tendo tanto o inglês como o francês como línguas oficiais, há leis que determinam que quaisquer produtos ou serviços devem atender às duas línguas. O principal mote nesse país foi uma questão de trabalho: os trabalhadores, em geral, usam o francês, e as instruções dos maquinários precisavam atendê-los da mesma forma que aos falantes de inglês, para, por exemplo, evitar acidentes. Dessa forma, os estudos no Canadá se relacionam, em sua maioria, à variação, isto é, o foco está no fato de que os saberes dos mais diversos níveis e de diferentes línguas devem ser igualmente respeitados e atendidos.

Na Catalunha, região da Espanha, por sua vez, a Terminologia é incentivada por motivos sociopolíticos. Após o término do período sob a ditadura de Francisco Franco, durante a qual o castelhano era o único idioma aceito, as diferentes regiões passaram a um momento de valorização das línguas locais, especialmente no que diz respeito à formação escolar. Ali, o maior nome da é, sem dúvida, Teresa Cabré, que, tendo estudado no Canadá, é a criadora da mais importante escola atual da Terminologia: a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT – Cabré, 1999). A TCT baseia seus estudos em uma relação com o Gerativismo chomskiano[69]. Afirma Cabré:

> Assumimos que a terminologia é uma *interdisciplina*, constituída por elementos precedentes da base da lingüística, da ontologia e das especialidades, ligada necessariamente à documentação, da que se serve e à que serve, e usuária e, ao mesmo tempo, contribuinte das novas tecnologias de informação. (CABRÉ, 2004, p.14)

A terceira via dentre as visões de Terminologia que são evocadas contemporaneamente está relacionada ao teórico Lothar Hoffmann, que traz um referencial da Lingüística Textual franco-germânica (Beaugrande e Dressler).

A TCT funda seus estudos na unidade básica da Terminologia – o termo – e acredita que é partindo desse elemento – sempre considerado e analisado a partir de seu contexto textual – que vai conseguir resolver as questões práticas da disciplina. Já a “lingüística da linguagem especializada”, forma como Hoffmann denomina seu estudo

[69] No Gerativismo, de Chomsky, o objetivo é realizar a descrição sintática das línguas. Afirmam Ducrot e Todorov (2001) que a gramática gerativa de uma língua “é um conjunto de regras, de instruções, cuja aplicação mecânica produz os enunciados admissíveis (= gramaticais) dessa língua, e só eles” (p.48). Ainda dizem os autores que, para que a gramática seja adequada, são necessárias duas características: “que a gramática gere efetivamente todos os enunciados da língua, e só eles, sem exceção” e “que se possa representar, nessa gramática, o saber intuitivo que os sujeitos falantes possuem com respeito aos enunciados de sua língua” (p.49).

(equivalendo, e sua obra, a "Terminologia"), trabalha buscando a caracterização não apenas a parte lexical dos "textos especializados", mas também a de aspectos textuais, como as categorias gramaticais e as construções sintáticas. Essa última é a visão que permeia a elaboração do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*.

4.1.2 *Bases metodológicas: a terminografia*

A Terminologia é uma área teórica diretamente ligada, basicamente, a um fazer, a terminografia, que consiste nas bases metodológicas de elaboração de obras terminográficas[70]. Isso significa que um terminólogo é o teórico que vai elaborar reflexões que servirão para levantar as questões que se envolvem na prática de elaboração de dicionários e glossários de diferentes áreas da ciência. Esse empreendimento, evidentemente, nos interessa aqui.

Na elaboração de objetos terminográficos, são relevantes aspectos como, por exemplo, os critérios para a elaboração e a definição dos verbetes. Dizem Krieger e Finatto (2004) que, nesse contexto, o terminólogo é essencial, pois "para produzir uma obra de qualidade, que seja realmente útil ao usuário, é preciso adotar metodologias de pesquisa e de trabalho que sejam coerentes, É preciso, enfim, refletir sobre a natureza do trabalho e buscar apoio e embasamento para as decisões que se tomem" (p.127). O terminólogo, portanto, é essencial como um elo entre o conhecedor de um campo e o público para o qual a obra servirá como referência.

É nessa direção que vai a participação da professora Maria José Bocorny Finatto como coordenadora técnica na elaboração do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*. Ou seja, tal dicionário é pensado, dentro das perspectivas que segue, com um foco voltado às necessidades do usuário e à relação de termos com seus textos-fonte, tanto no que diz respeito à Lingüística da Enunciação, objeto do dicionário, quanto no que concerne às bases teórico-metodológicas para sua concretização. Isso que demanda necessariamente a figura de um terminólogo para mediar a relação dos lingüistas da enunciação – que, conhecedores das teorias, elaboram os verbetes – com o seu público-alvo – estudantes de graduação e pós-graduação do curso de Letras.

---

[70] Outra atividade ligada à Terminologia é a tradução, mas trata-se de uma correlação secundária, isto é, os estudos terminólogos acabam por ajudar pensar os problemas que acarreta a tradução.

A terminografia inclui planejar a obra terminográfica desde a sua concepção até todo o processo de elaboração e publicação do dicionário. Baseando-se em Castillo (1997), Krieger e Finatto (2004) fazem uma relação dos principais pontos no planejamento do trabalho de reconhecimento terminológico. São eles:

> - as condições de composição da equipe de trabalho que será envolvida;
>
> - a estrutura que terá a obra: macroestrutura; microestrutura; prever se haverá partes introdutórias e anexos;
>
> - o ordenamento das diferentes tarefas de pesquisa, registro e revisão e sua distribuição;
>
> - os modos de armazenagem da informação coletada dos textos-fonte em fichas especiais para esse fim, incluindo-se aqui:
>
> > a) concepção e desenho de uma ficha terminológica em formato digital ou em papel;
> >
> > b) estudo de modelos e tipos de fichas em função do tipo de trabalho pretendido;
> >
> > c) fixação das características das fichas em função do tipo de trabalho pretendido;
> >
> > d) métodos de acompanhamento do trabalho de coletas de informações com fichas;
> >
> > e) definição do sistema de remissões que será usado no glossário ou dicionário.
>
> Além disso, Castillo (op.cit.) recomenda que se pondere previamente sobre:
>
> - características da definição que será apresentada nos verbetes;
>
> - modos de delimitação de termos, prevendo-se a predominância de sintagmas nas terminologias;
>
> - modos de apresentação das equivalências em língua estrangeira;
>
> - necessidade de um espaço para a indicação e qualificação de neologismos ou estrangeirismos;
>
> - campos para registro de polissemia e variação terminológica;

> - disponibilidade de ferramentas informatizadas para automação e agilização de tarefas;
>
> - padrões de apresentação de obras semelhantes ou conexas à temática da qual se pretende produzir. (KRIEGER; FINATTO, 2004, p.128)

As recomendações acima são as bases metodológicas utilizadas no *Dicionário de Lingüística da Enunciação*. A partir delas, foram planejados todos os elementos e rotinas relacionados à execução da obra. Dessa maneira, o primeiro passo dado para a concretização do dicionário foi a definição das partes das quais seria composto o dicionário, sua macro e microestrutura[71]. Em seguida, foi feita a escolha dos autores que teriam sua obra no dicionário. Determinou-se também que as equipes deveriam fazer uma seleção prévia de verbetes e como os dados seriam coletados: através de uma ficha terminológica em formato digital, que deveria ser enviada por correio eletrônico a cada pessoa da equipe – valendo-se, posteriormente, de igual meio para encaminhar o material pronto.

Depois dessas etapas, a equipe de execução do dicionário foi selecionada pelos coordenadores gerais – Valdir do Nascimento Flores, Leci Borges Barbisan, Marlene Teixeira e Maria José Bocorny Finatto[72]. Foi decidido que deveria haver uma equipe executora dos verbetes de cada autor e que cada equipe deveria ter um coordenador. Com base no trabalho realizado pelos estudiosos de teorias da Enunciação, a partir de um maior conhecimento acerca dos autores, foi escolhido um coordenador de equipe. Cada coordenador pôde, então, definir sua equipe de trabalho. A partir dessa distribuição, apenas o contato com os coordenadores de equipe é feito pelos coordenadores gerais, e o trabalho dos demais integrantes das equipes são de responsabilidade de seu respectivo coordenador[73].

---

[71] A macroestrutura corresponde ao todo do dicionário, e a microestrutura é composta de dois níveis: o da ficha terminológica, que é um dossiê do termo, e o do verbete, planejado a partir de itens dessa ficha.

[72] O dicionário tem apoio do CNPq, e o projeto foi enviado para a agência de fomento em nome de Valdir do Nascimento Flores e de Maria José Bocorny Finatto.

[73] Vale destacar o fato de que somos responsáveis pela elaboração dos verbetes relativos à teoria de Charles Bally. Assim, temos acesso a todo o processo que está envolvido na execução do dicionário e ao seu projeto, donde são retirados os dados que aqui analisaremos. Além disso, comparecemos a algumas das reuniões da equipe de coordenadores gerais, já que isso era necessário para a realização desta análise.

4.2 A descrição do dicionário

4.2.1 *O corpus do dicionário*

O *corpus* [74] do dicionário é constituído pelas obras relacionadas à Lingüística da Enunciação[75] dos seguintes autores:

1. Antoine Culioli

2. Catherine Fuchs

3. Catherine Kerbrat-Orecchioni

4. Charles Bally

5. Claude Hagège

6. Émile Benveniste

7. François Flahault

8. François Récanati

9. Algirdas Julien Greimas

10. Jaqueline Authier-Revuz

11. Michel Bréal

12. Mikhail Bakhtin

---

[74] A partir das reuniões de planejamento do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, ficou determinado que a seleção das obras de cada autor abordado na obra ficaria a cargo das equipes. Esse *corpus*, organizado para a identificação dos termos foi constituído por textos e obras completas de cada um dos teóricos. Não houve digitalização desse material bibliográfico utilizado como fonte, tampouco foi empreendido qualquer tratamento estatístico-lexical. Registramos a exceção para alguns textos de Benveniste, tratados estatisticamente, inclusive com um contraponto de textos originais em francês com suas traduções(SILVA, 2007).

[75] Lembramos que nem todos os autores que constam do dicionário têm seus estudos ligados exclusivamente à Lingüística da Enunciação. Assim, os coordenadores dos diferentes autores selecionaram obras que se ligassem ao campo. Esses textos não são necessariamente em português. Em alguns casos, são utilizadas traduções, em outros, originais, e ainda há casos em que são utilizados textos originais em paralelo a traduzidos. Apenas como exemplo, podemos citar o caso de Charles Bally, de cuja obra selecionamos três livros, sendo que dois são edições originais em francês (*Traité de stylistique française*, 1951, e *Linguistique générale et linguistique française*, 1965) e o terceiro é uma tradução para o espanhol (*El lenguaje y la vida*, 1967).

13. Patrick Charaudeau

14. Oswald Ducrot

15. Roman Jakobson

4.2.2 *Itens da macroestrutura do dicionário*

A macroestrutura do *Dicionário de Lingüística da Enunciação* abarca os seguintes itens:

1. Sumário

2. Prefácio

3. Apresentação da obra

4. Apresentação da equipe

5. Árvore de domínio

6. Orientações para o usuário

7. Guia do usuário

8. Abreviaturas, siglas e sinais

9. Folha de rosto da seção dos autores de referência

10. Lista alfabética de termos com indicação, ao lado de cada termo, o autor a que se refere

11. Índices remissivos (por autor e por termos)

12. Bibliografia citada e recomendada

13. Notas sobre a equipe técnica e colaboradores

4.2.3 *Itens da microestrutura do dicionário*

O roteiro para o registro das informações sobre os termos identificados integra uma ficha terminológica. Dessa ficha, são selecionados os campos que serão apresentados nos respectivos verbetes. O conjunto de informações que está presente nesses verbetes é a microestrutura do dicionário. A ficha terminológica do *Dicionário de Lingüística da Enunciação* é composta pelos seguintes constituintes:

1. Termo

2. Outras denominações

3. Tipo de termo

4. Ocorre também em

5. Definição

6. Fonte da definição

7. Nota explicativa

8. Fonte da nota

9. Leituras recomendadas

10. Termos relacionados

11. Equivalente FR (em francês)

12. Fonte do equivalente FR

13. Equivalente EN (em inglês)

14. Fonte do equivalente EN

15. Responsável pela coleta

16. Código de confiabilidade

17. Revisado por data

18. Consultor/autor/colaborador

19. Comentário interno

4.3 Especificações necessárias sobre a estrutura do dicionário

Listados os elementos do dicionário, é necessário que expliquemos, de maneira sucinta, alguns desses itens, a fim de que compreendamos melhor a função de cada um deles. Inicialmente falaremos da macroestrutura, seguida da microestrutura do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*. Por último, faremos algumas considerações acerca do usuário.

Queremos ressaltar que não abordaremos aqui três constituintes da macroestrutura – a lista alfabética de termos, a seleção de autores e a árvore de domínio –, uma vez que serão pontualmente explorados no próximo capítulo.

4.3.1 *Sobre a macroestrutura do dicionário*

A questão da elaboração de uma obra como um dicionário de uma determinada área, embora possa parecer, à primeira vista, um processo simples, demanda, como vemos, um grande esforço e uma organização adequada e constante, para que o dicionário possa cumprir seu objetivo, que também deve ser claramente delimitado, sob pena de não alcançar efetivamente o público a que se destina.

Em *Cómo hacer un diccionario científico técnico?*, Castillo (1997, p.27) define a macroestrutura de um dicionário como “o conjunto das partes principais que compõem a obra, mas é também sua concepção geral”. Para o autor, a macroestrutura comporta três partes fundamentais: a parte introdutória, o corpo da obra e os anexos. A parte introdutória é formada pelos dados que explicam as características da obra, o seu conteúdo e os seus objetivos para o leitor, e sua presença não é obrigatória (p.27). Em nosso caso particular, a parte introdutória está representada pelos elementos de A a I da listagem apresentada na seção 4.2.2, isto é, desde o sumário até a folha de rosto que apresenta os autores citados no dicionário. O corpo do *Dicionário de Lingüística da Enunciação* é a lista de termos, os verbetes em si. Os anexos, por sua vez, também opcionais em uma obra, estão representados pelos índices remissivos, pela bibliografia citada e recomendada e pelas notas sobre a equipe de trabalho.

A definição da equipe é um dos procedimentos mais importantes da execução de uma obra terminográfica. Segundo Castillo (1997), a equipe não deve ser muito grande para que todos possam participar das reuniões necessárias. A exceção são projetos maiores. Afirma o autor:

> Quando se trata de obras terminográficas muito ambiciosas, sem dúvida, o número de membros pode ser elevado; em tal caso, impõe-se a criação de subgrupos por áreas de especialização mais pontuais, organizados de maneira similar à do grupo principal, mas, sobretudo, com um domínio adequado da metodologia e com total unidade de concepções para o trabalho. (CASTILLO, 1997, p.23)

No caso do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, fez-se necessária uma equipe maior, já que a diversidade de autores e a heterogeneidade das teorias faz com que os pesquisadores da área trabalhem com diferentes teorias da Enunciação. Assim, como já citado, foram selecionados, pelos coordenadores gerais, coordenadores para a elaboração dos verbetes de cada autor, de acordo com o interesse e com a especialidade de cada um desses pesquisadores envolvidos. A equipe executora, incluindo os quatro coordenadores, é constituída por 31 integrantes, distribuídos entre os quinze autores.

Para que todos os integrantes tivessem acesso às mesma ferramentas e instruções, tendo também igual nível de exigência, as reuniões contaram com uma série de instrumentos, como, entre outros, a ficha terminológica comentada, o padrão do verbete e o modelo de ficha com dados de cada autor.

O *Dicionário de Lingüística da Enunciação* se destina ao universo acadêmico dos estudos da linguagem. Consta, em material de apoio à execução do dicionário[76]: “O consulente/usuário pretendido é o aluno em início de formação acadêmica (graduação e mestrado) e professores em geral”. A estrutura da obra, portanto, visa a atingir esse público[77].

4.3.2 *Sobre a microestrutura do dicionário*

A microestrutura do dicionário, segundo Castillo (1997), “é o conjunto de elementos e a disposição interna que apresenta cada um dos artigos que compõem a obra

---

[76] Pelo fato de participarmos do projeto, como já dissemos, tivemos acesso ao material elaborado como forma de organizar os processos de execução dos verbetes e de dar uma visão de todo do dicionário para as equipes de trabalho. Quando nos referimos ao material de apoio, portanto, é a esse conjunto de instruções (que os grupos que executam o dicionário receberam) que estamos remetendo.

[77] O usuário é abordado com maior atenção em 4.3.3.

lexicográfica” (p.29), isto é, trata-se da organização interna do verbete. O autor destaca que o verbete de um dicionário terminológico tem, no mínimo, quatro elementos: o lema (o termo a definir), a informação gramatical, a definição e as notas de alcance (dados que ajudem no trabalho de tradutores, por exemplo).

No *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, ela é feita a partir de elementos determinados pela coordenação como sendo os essenciais em termos de clareza para o consulente. Segundo Flores (2006), “adotou-se um modelo de ficha terminológica, a partir da qual os verbetes serão gerados, que atenda a especificidades de um dicionário técnico de lingüística”. Assim, foi elaborada uma ficha terminológica padrão. Esse modelo, ilustrado abaixo (Figura 1) também pode ser chamado de “dossiê do termo”.

Termo: termo em letras minúsculas, salvo termos com valor de nome próprio.
Outras denominações: variante ortográfica, sinônimo, expressão equivalente; considerando apenas o autor em foco.
Tipo de termo: nome do autor em cuja perspectiva se insere a definição do termo a ser definido.
Ocorre também em: em que outros autores também se encontra termo
Definição: definição, preferentemente, a partir do gênero próximo e da diferença específica
Fonte da definição: dados bibliográficos da definição.
Nota explicativa: informação complementar à definição.
Fonte da nota: dados bibliográficos da nota.
Leituras recomendadas: indicação de bibliografia para o leitor aprofundar seus conhecimentos em relação ao termo.
Termos relacionados: três termos ordenados alfabeticamente correspondentes a verbetes do dicionário.
Equivalente FR: equivalente em francês, expressão encontrada em um texto traduzido ou texto original, não se trata de traduzir para o francês o termo em português. Todo equivalente deve ser validado em fonte.
Fonte do equivalente FR: basta citar uma única fonte, dar preferência ao texto em francês original.
Equivalente EN: equivalente em inglês, expressão encontrada em um texto traduzido ou texto original, não se trata de traduzir para o inglês o termo em português. Todo equivalente deve ser validado em fonte.
Fonte do equivalente EN: basta citar uma única fonte, dar preferência ao texto em inglês original.
Responsável pela coleta:
Código de confiabilidade: A – dados da ficha completamente prontos para a geração de verbete, inclusive testado pelo público alvo. B - dados da ficha parcialmente prontos para a geração de verbete, faltando revisão final e/ou teste com o público alvo. C - dados da ficha parcialmente prontos para a geração de verbete, já submetida a dois revisores. D – dados tal como fornecidos pela equipe responsável sem qualquer tipo de revisão.
Revisado por/data:
Consultor/autor/colaborador:
Comentário interno: Comentários da revisão devem estar no campo comentário interno, identificados e datados. Usar # como separador.

FIGURA 1 – Modelo de ficha terminológica

O modelo acima apresenta, como podemos constatar a partir de uma leitura atenta, muitos elementos que não serão expostos efetivamente nos verbetes do dicionário. Isso ocorre, porque há uma diferença entre o que é informação sobre o termo e conteúdo final do verbete. Um "termo" ou "unidade terminológica" é a "palavra (termo simples), grupo de palavras (termo composto), símbolo ou fórmula que designa um conceito próprio de um âmbito dado" (PAVEL; NOLET, p.133). Já o "verbete", também denominado "lema" ou "entrada", é o "termo considerado em uma ficha como designação do conceito estudado" ou "em um produto terminológico, termo que encabeça a entrada terminológica" (p.121). Podemos dizer, assim, que o termo está relacionado ao campo de estudos que é o assunto ou tema do dicionário, enquanto o verbete é um elemento da obra terminográfica, é a unidade dentro do dicionário.

Vale também destacar a "definição", que, em relação ao termo, é a sua descrição conceitual, e, em uma ficha terminológica, consiste em "um tipo de prova textual que permite estabelecer a equivalência textual entre várias línguas ao enunciar os traços semânticos distintivos de um conceito" (p.120). A definição pode ser constituída apenas pelo conceito em si ou ser complementada com uma nota explicativa, como no caso do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*.

A Figura 2 mostra um exemplo de preenchimento de uma ficha terminológica, do termo "enunciação", de Charles Bally:

Termo: enunciação
Outras denominações: &
Tipo de termo: Charles Bally
Ocorre também em: J. Authier-Revuz, M. Bakhtin, E. Benveniste, A. Culioli, O. Ducrot, A.J. Greimas, C. Hagège, R. Jakobson, C. Kerbrat-Orecchioni, F. Récanati
Definição: Ato do falante de utilizar os meios de expressão comuns a todos os indivíduos de uma comunidade lingüística para expressar suas idéias e sua subjetividade.
Fonte da definição: BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. 2.ed. Berne, Suisse: Éditions Francke Berne, 1965.
Nota explicativa: Na enunciação, um locutor se expressa por meio da linguagem, expondo suas idéias e sua subjetividade. Segundo Bally, toda enunciação do pensamento pela língua é condicionada lógica, psicológica e lingüisticamente em proporções variáveis. A *teoria geral da enunciação* foi apresentada em um segundo momento da reflexão de Charles Bally, em seu último livro, *Lingüística geral e lingüística francesa*. Ela é a evolução do estudo que o autor denominava inicialmente como *estilística*.
Fonte da nota: BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*. v.1. 3.ed. Genève: Librairie Georg & Cie.; Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951. ______ . *Linguistique générale et linguistique française*. 2.ed. Berne, Suisse: Éditions Francke Berne, 1965.

Leituras recomendadas: CHISS, J.L. “La stylistique de Charles Bally: de la notion de ‘sujet parlant’ à la théorie de l’énonciation”. Langages. Paris, n.77, p.85-94, mar.1985. DURRER, Sylvie. Introduction à la linguistique de Charles Bally. Delachaux et Niestlé, Paris, 1998. (collection Sciences des discours). MEDINA, José. Charles Bally: de Bergson à Saussure. Langages. Paris, n.77, p.95-104, mar.1985.
Termos relacionados: frase (Bally)
Equivalente FR: énonciation
Fonte do equivalente FR: BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*. v.1. 3.ed. Genève: Librairie Georg & Cie.; Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951. ______ . *Linguistique générale et linguistique française*. 2.ed. Berne, Suisse: Éditions Francke Berne, 1965.
Equivalente EN: &
Fonte do equivalente EN: &
Responsável pela coleta: Lia Cremonese
Código de confiabilidade: D
Revisado por/data: leitura inicial Aline e Daniel 31/07/06# Valdir # 15/02/2007
Consultor/autor/colaborador: Lia Cremonese
Comentário interno: Está adequado. Valdir # 15/02/2007

FIGURA 2 – Modelo de ficha terminológica preenchida

Quando a ficha terminológica é transposta para o dicionário, como um verbete, alguns dos elementos são omitidos. Na Figura 3, a forma de apresentação da definição do termo elaborada, dado como exemplo na Figura 2, em sua configuração final, como verbete, no dicionário:

enunciação *s.f. Bally*

Ocorre também em: Authier-Revuz, Bakhtin, Benveniste, Culioli, Ducrot, Greimas, Hagège, Jakobson, Kebrat-Orecchioni, Récanati.

Definição: ato do falante de utilizar os meios de expressão comuns a todos os indivíduos de uma comunidade lingüística para expressar suas idéias e sua subjetividade.

Fonte da definição: BAL65.

Nota explicativa: Na enunciação, um locutor se expressa por meio da linguagem, expondo suas idéias e sua subjetividade. Segundo Bally, toda enunciação do pensamento pela língua é condicionada lógica, psicológica e lingüisticamente em proporções variáveis. A teoria geral da enunciação foi apresentada em um segundo momento da reflexão de Charles Bally, em seu último livro, Lingüística geral e lingüística francesa. Ela é a evolução do estudo que o autor denominava inicialmente como estilística.

Fonte da nota: BAL51; BAL65.

Leitura recomendada: CHI85; DUR98; MED85.

Termos relacionados: frase

FIGURA 3 – Modelo de verbete no dicionário

A elaboração dos dicionários terminográficos, como percebemos, não é simples, já que devem refletir um determinado campo em relação a um grupo específico de usuários. Afirmam Krieger e Finatto (2004) que

> A Terminografia é atividade eminentemente de aplicação, que tem princípios e métodos próprios. Além de um "fazer", entretanto, há todo um corpo de estudos teóricos subjacentes que buscam a concepção de instrumentos para ordenação e representação de sistemas de informação. (p.133)

Além dos estudos teóricos, há o comitê de número 37 da International Standardization Organization, a ISO, que elabora as normas que regulam os processos de execução[78]. O *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, por exemplo, procura seguir as normas ISO de números 860 ("Terminology work, harmonization of concepts and terms") e 10241 ("International terminology stands – preparation and layout").

Resumidamente, as normas usadas postulam uma série de regras para coordenar os processos de execução da obra terminográfica. São princípios como, por exemplo, "Seja breve. Escreva definições concisas em uma sentença que inclua todas as características essenciais de um conceito", "Escreva definições que serão claras, inteligíveis e úteis para o leitor pretendido" e "Tenha suas definições lidas por um usuário para assegurar que elas são adequadas e claras".

Vemos que a confiabilidade das definições é parte importante no dicionário e, portanto, da relação da equipe com os seus próprios verbetes. Para que ela fosse efetiva, estipulou-se um grupo de apoio, constituído de alunos de graduação, para realizar a primeira leitura dos verbetes enviados, fazendo suas observações por escrito no espaço "Comentário interno" da ficha terminológica, o que é uma forma de buscar uma maior clareza dos verbetes. Após essa leitura, a equipe coordenadora faz a segunda leitura, seus apontamentos, e a ficha é reenviada ao integrante da equipe responsável para sua reelaboração, conforme a necessidade.

Apenas respeitar as normas ISO, entretanto, não basta para tornar um dicionário um objeto efetivo de referência de um determinado campo. Complementam Krieger e Finatto:

> Sem dúvida, o apoio das recomendações ISO tende a tornar o trabalho de reconhecimento de uma terminologia mais organizado. Todavia, é preciso sempre cotejar suas diretrizes com as especificidades da comunicação e da

---

[78] Os integrantes desse comitê são pesquisadores que seguem a linha da Escola de Viena, ou seja, são, fundamentalmente, seguidores dos princípios wüsterianos.

> linguagem envolvidas e com os objetivos que se tenha. Obedecer a normas, por si só, não garante o sucesso de um dicionário. (p.134)

Para aqueles aspectos e especificidades que não são abarcados pelas normas, há a necessidade de um vasto conhecimento da área em questão e do objetivo que se tem. Nesse sentido, uma das formas mais eficazes na busca da qualidade de uma obra terminográfica é construir, concomitantemente à sua execução, uma massa crítica que reflita sobre os fazeres, sobre as opções e sobre o produto em si[79].

4.3.3 *Sobre a relação do usuário com a estrutura do dicionário*

O usuário não é um elemento abordado de maneira direta em Terminologia e terminografia. Ou seja, não há tópicos dedicados exclusivamente aos consulentes nos manuais de terminografia, e raramente encontramos menção a usuários em estudos terminológicos. Apesar disso, todo e qualquer produto terminográfico – e, conseqüentemente, a teoria, o pensar terminológico – são direcionados para um usuário, pois não há atividade nessa área se não houver um consulente no final do processo.

Notamos, assim, que o consulente é tratado como um pressuposto. Ele é determinado no início do processo de elaboração do material terminográfico e, a partir de sua imagem, são organizados os elementos que compõem o dicionário. A função do terminólogo, portanto, é ser uma figura de intermédio, que serve de "ponte" entre o especialista de um determinado campo do conhecimento e esse usuário pressuposto dos produtos relacionados a esse campo. Mesmo quando o usuário parece estar distante, o público-alvo deve estar necessariamente implícito em todas as etapas de execução de uma obra terminográfica. Ou seja, tudo em um dicionário ou glossário, em termos de estrutura, deve ser pensado e considerado tendo como referência três aspectos: a terminologia em questão, o público-alvo e as relações entre esse campo do conhecimento e esse consulente que os estudiosos dessa área querem atingir.

---

[79] Particularmente com relação ao Dicionário de Lingüística da Enunciação, podemos dizer que esse trabalho está sendo feito das duas maneiras: análise do produto e do processo. Um exemplo de como o produto está sendo analisado é o artigo "Estudo terminológico da tradução de *Problemas de lingüística geral* de Émile Benveniste", de Daniel Costa da Silva, bolsista de apoio técnico (NS – CNPq) que trabalha no projeto do dicionário. Esse artigo (SILVA, 2007), que discute questões terminológicas que envolvem verbetes do Dicionário de Lingüística da Enunciação a partir de questões de tradução foi apresentado no IV CIATI (Congresso Inter-Americano de Tradução e Interpretação), realizado em maio de 2007, em São Paulo (SP). Quanto aos processos, esta dissertação procura cobrir alguns de seus elementos. Esperamos, dessa maneira, colaborar para o aprimoramento do dicionário ao refletir sobre algumas das escolhas em relação ao seu fazer.

Além disso, a atenção ao usuário da obra é um fator importante para a qualificação de um dicionário em termos de produto destinado a um mercado, já que é em função de que a obra é desenvolvida. As orientações, portanto, devem dar condições para que esse usuário compreenda os códigos, a ordenação e a organização do corpo do verbete, além de ter uma visão que faça com que ele entenda o todo da obra e que, inclusive, se sinta estimulado a aprofundar conhecimentos e a fazer leituras relacionadas a uma dada terminologia.

Especificamente no *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, os consulentes pretendidos, como apontamos em 4.3.1, são alunos de graduação de Letras em final de curso, alunos iniciantes de pós-graduação em nível de mestrado e professores em geral. O objetivo que se tinha quando se formou uma equipe de coordenação em que estava presente um responsável técnico da área de Terminologia era exatamente alcançar da melhor maneira possível o usuário. Dessa maneira, o todo do dicionário – desde a seleção dos autores, a seleção de termos, passando, enfim, por toda a estrutura – é pensado a partir da relação entre o campo e o consulente.

Como vimos a partir da descrição do dicionário, muitos itens se ligam de forma mais evidente a esse usuário. Assim, são elementos da macroestrutura as apresentações da obra e da equipe, a árvore de domínio (da qual trataremos no capítulo 5), as “Orientações para o usuário”, o “Guia do usuário”, a lista de “Abreviaturas, siglas e sinais”, os índices remissivos, para consulta por autor e por termos. Na microestrutura, ao apresentar ao consulente, dentro do verbete, que, por exemplo, há outras denominações possíveis para o mesmo termo, que o mesmo termo pode ocorrer também em outros autores e termos relacionados, o que se faz é situar esse usuário em relação ao campo de estudos coberto pelo dicionário. Já fontes, equivalentes em outras línguas e leituras recomendadas dão ao leitor autonomia para buscar novos dados que possam lhe interessar.

Como exemplo, destacamos a apresentação da obra, em que é possível colocar um esquema que mostra a listagem de verbetes de maneira muito similar a uma árvore de domínio, uma vez que a seleção dos termos é mediada pela imagem que se tem do usuário, mas, ao mesmo tempo, deve espelhar um quadro conceitual. Assim, trazemos, na Figura 4, quatro autores com alguns de seus termos, para mostrar, a título de exemplificação, como os termos poderiam ser explicitados na apresentação da obra.
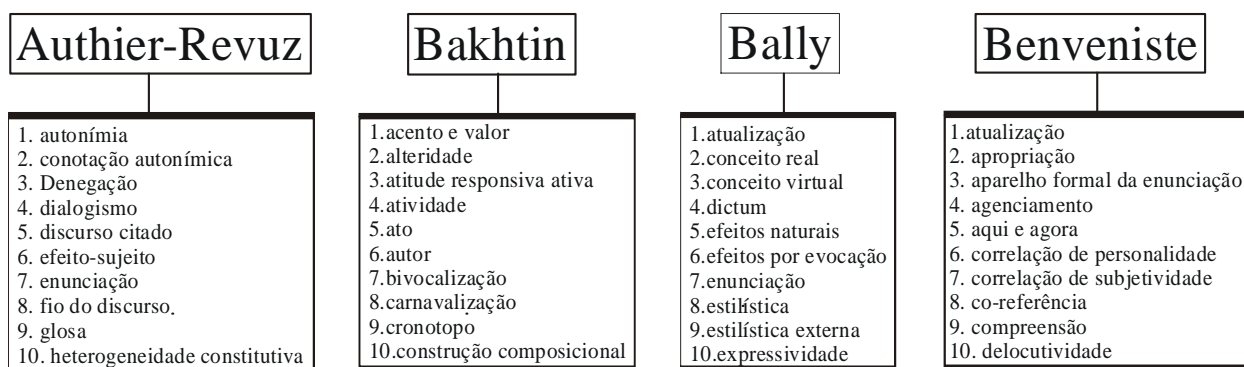
FIGURA 4 – Listagem dos autores comunicação termos para o usuário

Se analisássemos item por item da estrutura do dicionário, veríamos em cada um deles uma razão de existência na direção do consulente e de sua relação com o campo que o dicionário se propõe a mostrar. Com esse olhar, em busca de uma adequação da obra para o consulente, fazemos as análises do capítulo seguinte. Entretanto, não há como abarcar todas as possibilidades de estudo, é necessária uma seleção.

4.4 Dos itens do dicionário selecionados para análise

Diante dos objetivos que temos nesta dissertação, além da evidente impossibilidade de analisar todos os elementos do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, precisamos fazer um recorte; para isso, levamos em conta a relação Terminologia/Lingüística da Enunciação. Concluímos que nos são particularmente relevantes três itens: a árvore de domínio, a apresentação dos autores e o tratamento de unidades cuja forma é a mesma, mas o sentido é diferente.

A árvore de domínio é uma ferramenta usada pela Terminologia especialmente para que todos os executores de uma obra terminográfica sigam os mesmos paradigmas conceituais, além de servir como guia para o usuário ao final do trabalho. Na apresentação dos autores, analisaremos a maneira como eles são dispostos no corpo da obra. O uso da mesma denominação de termos, seja em mais de um autor, seja em um mesmo autor é problematizada, porque a forma como esses termos são apresentados em um dicionário também interfere diretamente em sua recepção.

Essa escolha, portanto, deve-se ao fato de que, a partir desses itens, é possível ter uma noção de que visão de contextualização epistemológica de campo está sendo passada ao

usuário pelo dicionário. Da mesma maneira, podemos verificar se essa visão está condizente com a construção epistemológica que realizamos ao longo dos três primeiros capítulos.

Acreditamos, enfim, que esses três elementos nos ajudam a alcançar os objetivos desta dissertação, quais sejam, verificar em que sentido podemos afirmar a existência do campo *Lingüística da Enunciação*, apresentando uma visão epistemológica da área, e avaliar criticamente a execução do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, analisando a sua pertinência e a sua adequação em relação a tal campo, verificando, dessa forma, se o dicionário efetivamente cumpre uma função de referência e divulgação do campo.

Analisaremos os elementos selecionados a partir de dois referenciais: o da Terminologia e o da Lingüística da Enunciação. Para tanto, assumimos uma atitude teórico-conceitual-descritiva, o que significa que, dentro de cada item escolhido, haverá uma parte teórico-conceitual seguida de uma parte descritiva, além de sua posterior avaliação no contexto do dicionário. São três momentos de análise reunidas no mesmo item de cada elemento escolhido.

A árvore de domínio diz respeito ao lado epistemológico, então, para analisá-la, é necessário que retomemos a teoria presente nos capítulos iniciais deste trabalho. Essa teoria estará especialmente presente nesse item de análise. Nos dois elementos seguintes, a análise diz respeito mais estreito à Terminologia, ainda que não possamos, em nenhum momento, deixar de lado um olhar da Lingüística da Enunciação sobre os fenômenos estudados.

Capítulo 5

ELEMENTOS DO DICIONÁRIO DE LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para o concertar consertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo.

Guimarães Rosa, Grande sertão: veredas

5 ELEMENTOS DO DICIONÁRIO DE LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

No capítulo anterior, realizamos uma descrição do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*. Haveria, dentro dos elementos descritos, inúmeros pontos que diriam respeito à relação entre a Lingüística da Enunciação e a maneira como ela é retratada nesse dicionário, logo, passíveis de análise aqui. Dentre essas possibilidades, nosso interesse diz respeito ao que interfere diretamente na recepção que a obra terminográfica pode vir a ter no seu público-alvo, especificamente em relação aos itens que introduzimos em 4.4. Assim, reservamos o item 5.1 para uma discussão sobre a disciplinarização[80] do campo da Lingüística da Enunciação. Depois dessa contextualização, fazemos o trabalho de análise propriamente dito. Dentre as possibilidades de questões que nos interessariam discutir neste trabalho sobre o dicionário, selecionamos três questionamentos da obra. O primeiro diz respeito à árvore de domínio, de que trataremos em 5.2; o segundo se refere à forma de apresentação dos autores que compõem o dicionário, o que analisaremos em 5.3; em 5.4, examinaremos a forma de apresentação dos verbetes cuja forma é a mesma mas os sentidos diferentes. Finalmente, fazemos uma breve conclusão acerca das análises, em 5.5.

Realizamos aqui análises cujo enfoque são elementos que fazem parte do escopo da Terminologia. É importante destacar, entretanto, que o fazemos sempre a partir da mediação da Lingüística da Enunciação. Sentimo-nos autorizados a elaborar reflexões acerca do fazer terminográfico e do corpo conceitual ligado a esse fazer sob esse ponto de vista especialmente porque tratamos desses temas em relação a um caso específico, ligado justamente à elaboração de um produto que identifica a terminologia da Lingüística da Enunciação para um determinado usuário. Além disso, se, como afirma Benveniste (1989, p.86, 90), o aparelho formal da enunciação constitui a língua toda, ele o faz em todos os seus

[80] Falamos de disciplinarização como ação de reconhecimento de um campo de estudos como disciplina autônoma (PUECH, 1997).

usos, inclusive no pensar a Terminologia. Autores como Bally e o próprio Benveniste destacam a relevância de estudar unidades lexicográficas, fraseológicas e usos especializados da linguagem[81], assim, temos razões para crer que nossa análise cabe perfeitamente em um estudo enunciativo. Destacamos, ademais, que fazemos, neste trabalho, uma interface Lingüística da Enunciação/Terminologia, o que torna definitivamente válida a nossa reflexão sobre as questões propostas.

5.1 O papel de um dicionário de Lingüística da Enunciação

No artigo “Gênese do termo ‘scientifique’”, Benveniste declara:

> A constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma *ordem* de fenômenos, um *domínio* novo ou um modo novo de *relação* entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e a última operação de uma ciência. (BENVENISTE, 1989, p.252)

Benveniste destaca a questão da legitimidade da ciência pela fixação de sua terminologia. Se as teorias da Enunciação já realizaram a *primeira operação*, isto é, têm seus conceitos criados ou, no caso dos autores em atividade, em constante renovação, é relevante a elaboração de um dicionário que abarque todos esses teóricos que, de uma forma ou de outra, estão ligados ao campo, trazendo a conhecimento esses termos. É a *última operação* do campo científico na direção de sua delimitação. É também, certamente, um novo começo no sentido do “estabelecimento de uma metalinguagem mínima que auxilie o aprimoramento teórico da área no Brasil” (FLORES, 2006). Além disso, como destaca Flores,

> um dicionário de termos da enunciação – obra de referência que serve, entre outras coisas, de instrumento de apoio à leitura das teorias do campo – deverá contribuir com a sistematização do conhecimento de base da área,

[81] Há muitas menções nesse sentido nas obras desses autores. Apenas a título de exemplificação, citamos duas ocorrências. Diz Benveniste (1989, p.90): “Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca freqüente, talvez necessária, da ‘oralidade’”. Já Bally (1951, p.100) afirma que a importância do estudo de elementos como as fraseologias está na busca de ver a língua da mesma forma que o sujeito falante, isto é, sem referência a epistemologias e adequando-a às situações em que esse sujeito se encontra no momento do uso.

> impedindo o estabelecimento de falsas homonímias e/ou de equivalências teóricas, além de, ao oferecer subsídios para maior precisão terminológica, contribuir para o ensino da Lingüística da Enunciação.

É, portanto, de grande valia a existência de um dicionário para a área da Lingüística da Enunciação no Brasil, não apenas para consolidar um campo teórico, mas para auxiliar na sua divulgação nos meios acadêmicos. Krieger e Finatto (2004) corroboram esse ponto de vista quando afirmam que "a existência e a circulação de terminologias em distintos cenários comunicativos são testemunhas de que essas cumprem, prioritariamente, a dupla função de fixar o conhecimento técnico-científico e de promover sua transferência de modo pontual" (p.19). A fixação dos termos de um campo – o que pode ser feito a partir de obras terminográficas, como os dicionários – colabora, portanto, com a disciplinarização desse campo[82].

Chiss e Puech, em "La linguistique structurale, du discours de fondation à l'émergence disciplinaire" (2001), expõem que uma disciplina se funda em três aspectos:

> 1. A **filiação empírica** é um primeiro modo de apresentação de si da disciplina: reivindica-se a continuidade de uma tradição nacional, de uma Escola de pensamento, de uma corrente ou de uma série de correntes literárias e/ou lingüísticas instaladas a longo prazo...
>
> 2. A **repartição**, a **demarcação disciplinar**, no tempo ou em sincronia, fornece à disciplina sua ancoragem em um setor do real e em uma família de disciplinas simultaneamente: as relações com a filologia, a psicologia, a sociologia, a lógica... desenham então um campo diferencial em que se negociam ao mesmo tempo sua autonomia e suas articulações.
>
> 3. A **refundação conceitual**, em que a figura do antecessor não é mais aquela de um antecessor empírico, mas aquela de um fundador que legitima uma refundação por reapropriação/reação. É na ordem da legitimação que se situa então a disciplina, mais perto da definição do objeto e, na maior parte do tempo, do horizonte de projeção da disciplina (o que ela deveria/poderia ser). (CHISS; PUECH, 2001, p.106)

Ou seja, a legitimação de uma disciplina está calcada em três aspectos: a filiação empírica, a demarcação de suas fronteiras e a refundação conceitual. Segundo os autores (p.107), o primeiro aspecto é a maneira mais simples de apresentação de uma disciplina e consiste na exposição das circunstâncias de seu nascimento, de seu crescimento e dos eventos que levam a seu desenvolvimento. Acreditamos que isso já foi tratado aqui, à medida que

[82] Giacomelli (2004) faz um questionamento nesse sentido. No artigo, a autora busca a disciplinarização do campo da Lingüística da Enunciação com base na obra de Émile Benveniste.

mostramos um olhar sobre a filiação das teorias da Enunciação ao Estruturalismo (ou, como já destacamos, ao Saussurianismo). Com efeito, Chiss e Puech destacam (p.107) que fazer uma história linear da lingüística implica a adoção de um ponto de vista.

O novo olhar acaba também por delinear os limites da disciplina, o que remete ao segundo e ao terceiro aspectos, a demarcação das fronteiras do campo e a refundação conceitual. Essa configuração foi igualmente apresentada, uma vez que uma nova visão acerca das noções – como a língua, a linguagem, o sujeito, por exemplo – acabam por delimitar o exterior ao campo. Estão, assim, as suas fronteiras delimitadas com a definição do objeto, do ponto de vista e dos modelos de análise que surgem a partir desses dois elementos. Pensamos, portanto, que esses aspectos tenham sido desenvolvidos ao longo desta dissertação.

A questão sobre a qual buscamos refletir, então, é de que forma o *Dicionário de Lingüística da Enunciação* é uma obra terminográfica elaborada de modo a atender às necessidades de disciplinarização do campo. Isso envolve, obrigatoriamente uma reflexão em torno do usuário, posto que uma área de estudos somente é reconhecida se o público a quem se destinam os estudos e obras feitos nesse campo são vistos como pertencentes a ele.

Um dicionário tem um forte papel no reconhecimento de uma área, porque se trata de um instrumento de divulgação não apenas da terminologia, como dos autores e de uma visão do próprio campo em si, como um todo. Tal espécie de obra, assim como artigos e todo tipo de obra de referência, contribui na constituição de um saber, mostrando o lugar epistemológico do campo. Quanto maior é a adequação das ferramentas de fixação de um campo – isto é, quanto maior é a qualidade das obras de referência –, maior é a possibilidade de sucesso no que concerne ao reconhecimento da disciplina, do campo de estudos.

Desse modo, a forma de apresentação dos elementos e qualquer tipo de escolha relacionado à obra terminográfica em questão faz diferença. Dependendo da forma como os dados são selecionados e/ou dispostos no corpo do dicionário, os aspectos que evidenciam a constituição do campo em questão pode não se dar.

Diante disso, queremos analisar a forma de organização que está sendo utilizada na elaboração do dicionário em termos de adequação à visão epistemológica do campo da Lingüística da Enunciação que construímos nos capítulos precedentes. Essa organização é o nosso foco de apreciação nas análises que se seguem.

5.2 A árvore de domínio

5.2.1 *O papel da árvore de domínio*

Vimos, no capítulo 4, que a árvore de domínio é um dos itens que guia a produção, a concepção e a concretização da macroestrutura do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*. Krieger e Finatto (2004) explicam que

> Uma árvore de domínio é um diagrama hierárquico composto por termos-chave de uma especialidade, semelhante a um organograma. Em geral, vemos nas normas ISO sobre trabalho terminográfico a recomendação de sua utilização para que se tenha uma aproximação inicial a uma área de conhecimento. É, assim, algo que deve ser feito antes de propriamente começar a composição de um dicionário. (p.134)

A árvore de domínio é, então, uma representação, um recurso metodológico fundamental da terminografia, pois funciona como uma ferramenta para situar a equipe que elabora o desenho da obra e os verbetes. Além disso, é um elemento que pode auxiliar o usuário do dicionário, à medida que situa um dado campo de conhecimento, suas denominações e suas inter-relações, ainda que as mais básicas, por ser sempre *uma aproximação inicial* de um campo.

Há, assim, duas grandes funções desse elemento. A primeira é, como sugere a citação anterior, auxiliar a equipe no processo de concepção geral do trabalho e na elaboração dos verbetes. Como diz Castillo (1997), "a árvore conceitual, ou árvore de campo, é uma representação esquemática da realidade do âmbito que se investiga, donde se retiram as principais esferas (ramos da árvore) que conformam a área em questão" (p.21). A segunda função podemos depreender do fato de a árvore de domínio poder ser um elemento publicado no dicionário: auxiliar o consulente a ter uma idéia da conformação conceitual do campo de estudos do objeto terminográfico – dicionário ou glossário –, de modo que se consiga identificar a pertinência de um dado termo para uma determinada divisão do campo em foco.

Relacionado à questão da disciplinarização em si, que foi tratada no item anterior, há, ainda, um terceiro fator em jogo, decorrente dela. Diz Puech (1997) que "o discurso de especialidade nunca ignora completamente a necessidade exotérica de se situar para se transmitir" (p.386). Isto é, situar epistemologicamente uma disciplina, processo que é realizado, em certa medida, também pela árvore de domínio, é uma atitude diretamente ligada à sua fixação.

Sendo uma árvore de domínio uma representação de uma área, ela pode servir para que se tenha uma visão epistemológica de um campo. Por isso mesmo, é importante que o grupo de elaboração tenha pelo menos uma versão como referência. Assim, as teorias e as concepções de um campo que se busca reconhecer podem ser expostos, convergindo para uma mesma direção; essa convergência torna o dicionário coerente. É, em síntese, um recurso de referência para que todos de um grupo se situem tanto no que concerne ao seu trabalho como ao trabalho dos demais integrantes do grande grupo, sobretudo quando as pessoas que elaboram verbetes não trabalham juntas. Afirma Dubuc (1985) que

> a árvore de domínio servirá não somente para estruturar o vocabulário, mas também para avaliar a pertinência das unidades terminológicas e para restringir os ruídos (quer dizer, as informações parasitas, não ligadas ao tema da pesquisa) e os silêncios (quer dizer, a lacunas referentes à informação de que se teria necessidade, mas que não figuram nos temas da pesquisa). (p.53)

Isso, contudo, não impede que uma árvore seja revista ao longo do processo de elaboração de uma obra terminográfica. Há autores, inclusive, que põem como critério de qualidade do processo a revisão desse elemento. Segundo Dubuc (1997), "à medida que a pesquisa progredir, pode-se ser levado a modificar a árvore, seja cortando os galhos que se revelam estéreis, seja acrescentando galhos que não se tinha julgado pertinentes no momento de elaboração da árvore" (p.54).

5.2.2 *Por uma representação da Lingüística da Enunciação*

Na elaboração do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, a primeira árvore de domínio apresentada ao grupo de trabalho, no início das discussões sobre o perfil da obra, é a que mostramos na Figura 5 (na próxima página):

ÁRVORE DE DOMÍNIO - LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

CIÊNCIAS HUMANAS

FILOSOFIA
PSICANÁLISE
ESTUDOS DA LINGUAGEM
SOCIOLOGIA
N

Lógica
Analítica
N
Lacaniana
Freudiana
N
N
N

Aquisição da linguagem
Teorias Pragmáticas
Lingüística diacrônica
Lingüística sincrônica
AD
N

Estruturalismo
Funcionalismo
Gerativismo
N

Morfologia
Sintaxe
Semântica
Lingüística do texto
Lexicologia
Fonologia
N

Semiótica narrativa
Lingüística da Enunciação
Semântica estrutural
N

Teoria A
Teoria B
Teoria N

FIGURA 5 – Árvore de domínio inicial

Durante a realização do dicionário e a escrita desta dissertação, processos simultâneos, fomos, assim, instigados a investigar, juntamente à caracterização epistemológica da área, outra(s) maneira(s) de representação arbórea do campo para o usuário do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*. Nessa investigação, algumas dúvidas e ponderações surgiram. É sobre esses aspectos que trataremos neste momento.

O maior obstáculo que se apresenta decorre do próprio fato da representação mesma do campo. Isto é, a dificuldade está na própria concepção da Lingüística da Enunciação como um campo de estudos que representa a junção de diferentes pontos de vista. Trata-se do agrupamento, sob um mesmo rótulo, de teorias muito distintas entre si, formando um todo heterogêneo, que se busca explicitar no *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, mas é de difícil representação.

Assim, dentro da perspectiva da árvore de domínio, buscamos entender o que ela supõe, qual a proposta de visão de campo que a árvore apresenta. O que tencionamos, enfim, é entender a proposta do *Dicionário de Lingüística da Enunciação* e o sentido em que se defende a existência de tal campo.

Uma primeira questão que colocamos acerca da representação propriamente dita é em relação ao ponto de partida da árvore de domínio apresentada no início dos trabalhos (Figura 5, p.121). Por que se parte do sintagma “estudos da linguagem” ao invés de do termo “Lingüística”?

Esse aspecto, na realidade, é mais complexo do que aparenta ser. Quando se escolhe “estudos da linguagem”, omite-se uma discussão mais profunda: a que noção se remete quando se fala em Lingüística?

Sendo “lingüístico” um caráter genuinamente atribuído, *a priori*, apenas a elementos e estudos originalmente ligados à língua tal qual definida por Saussure no CLG, o sintagma “estudos da linguagem” parece mais adequado para designar um conjunto de estudos que tem inúmeros e diferentes objetivos. Essas variadas linhas se relacionam às mais diversas concepções de linguagem e de língua, donde partem para definir o próprio objeto, seguindo a máxima saussuriana de que “o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, [1916], p.15).

Nessa medida, será que se podem chamar “Lingüísticas” estudos que divergem quanto ao sentido mesmo de língua? Retornaremos à questão do termo “Lingüística” em breve. Por ora, deixamos marcada a questão da diversidade de estudos que se desenvolve desde o estabelecimento, com o CLG, da ciência lingüística.

Outro ponto que queremos levantar é em relação à divisão que é feita após o sintagma “ciências humanas”. A árvore de domínio apresentada é elaborada, evidentemente, por lingüistas, que são os teóricos autorizados e capazes de localizar os seu objeto de estudo dentro da diversidade do conhecimento humano. De certa forma, eles têm a obrigação de fazê-lo, à medida que são os especialistas no assunto. Se já é suficientemente complexo delimitar os “estudos da linguagem” ou as “Lingüísticas” por esse grupo, como se sentem os lingüistas aptos e autorizados a localizar e a delimitar áreas distintas como a Sociologia e a Psicanálise?

Pensamos que não seja necessário, para a caracterização do campo Lingüística da Enunciação, inserir áreas que não têm uma relação direta com as "Lingüísticas" ou com os "estudos da linguagem", uma vez que os teóricos desses campos não têm, em princípio, um conhecimento que seja suficiente para autorizar quaisquer divisões e contextos de campos paralelos.

Dando seqüência aos caracteres a serem apontados da árvore de domínio inicial, destacamos agora o termo "Estruturalismo", que se segue a "Lingüística Sincrônica". De fato, a escola estruturalista está bem posicionada tendo sido inserida em "lingüística sincrônica", afinal, todos os estudos estruturalistas são sincrônicos. Entretanto, questionamos fortemente o fato que se origina a partir daí. A representação, tal qual elaborada, termina por colocar a Lingüística da Enunciação como uma área derivada do Estruturalismo. Não concordamos com esse posicionamento, pelo menos não tão categoricamente.

O Estruturalismo europeu[83] é uma escola bastante representativa, a maior que já surgiu dentre os estudos voltados às questões de língua. Devemos muito aos teóricos que, a partir da leitura do CLG, brilhantemente desenvolveram pensares e teorias que promoveram uma larga escala de estudos e conhecimentos sobre as línguas – e continuam fazendo-o. Sua abordagem foi (e é) de uma importância tão grande que acabou servindo de paradigma para todas as ciências humanas, justamente por dar caráter científico a esse ramo.

A Lingüística da Enunciação, contudo, não deriva propriamente do Estruturalismo. Os estruturalistas realizaram *uma* leitura da obra de Ferdinand de Saussure[84], que não é exatamente aquela que é feita pelos pensadores enunciativos. Não se trata, propriamente, de uma discordância, mas de uma mudança de perspectiva.

Os estruturalistas buscavam (e buscam) estudar da língua basicamente aspectos ligados à forma. Afirma Benveniste que

---

[83] Ainda poderíamos destacar, neste ponto, o reducionismo do termo "Estruturalismo", à medida que há duas linhas estruturalistas – a européia (francesa), derivada das noções saussurianas, e a norte-americana, ligada aos estudos de Leonard Bloomfield (também denominada Distribucionismo). Tais Estruturalismos seguem paradigmas diferenciados, e, até mesmo, discordantes. Afirmam Ducrot e Todorov (1972, p.41) que a linha norte-americana "apresenta não poucas analogias – ao lado de diferenças flagrantes – com o Saussurianismo e, sobretudo, com a interpretação formalista, glossemática, deste último". Para uma visão breve do Estruturalismo norte-americano, ver Ducrot e Todorov (1972, p.41-45).

[84] Falamos aqui dos estudos derivados da obra de Louis Hjelmslev, a quem se deve o termo "estrutura". Como diz Benveniste, "Chamou-se a Saussure, com razão, precursor do estruturalismo moderno. Ele o é, seguramente, exceto num ponto.(...) Saussure jamais empregou, em qualquer sentido, a palavra *estrutura*. Aos seus olhos, a noção essencial é a de *sistema*" (BENVENISTE, 1995, p.98).

> Para nos limitarmos ao emprego que geralmente se faz da palavra *estrutura* na lingüística européia de língua francesa, sublinharemos alguns traços susceptíveis de constituir uma definição mínima. O princípio fundamental é que a língua constitui um sistema do qual todas as partes são unidas por uma relação de solidariedade e dependência. Esse sistema organiza unidades, que são os signos articulados, que se diferenciam e se delimitam mutuamente. (BENVENISTE, 1995, p.104)

Para pesquisadores estruturalistas, apenas o estudo da língua como ditado por Saussure no CLG pode ser efetivamente realizado e, quando se parte para a fala, perde-se o caráter científico dos estudos. Percebemos, assim, que a diferença fundamental entre o Estruturalismo e a Enunciação se encontra na questão da quebra da dicotomia língua/fala (que abordamos em 2.2).

Na leitura que fazem os teóricos da Enunciação, ao estudar o uso a partir da noção de representação do sujeito e do mundo não se sai do lingüístico, mas se o estende, pondo-se o sujeito *na* língua. Sob esse ponto de vista, não é adequado classificar a Lingüística da Enunciação como derivada epistemologicamente do Estruturalismo. Mais apropriado seria dizê-la derivada do pensamento saussuriano, de um *Saussurianismo*[85].

Outro aspecto marcante que queremos destacar se refere à derivação que é feita a partir de "Estruturalismo". Em uma mesma linha, decorrendo diretamente da escola, estão "Morfologia", "Sintaxe", "Semântica", "Lingüística do texto", "Lexicologia" e "Fonologia". Se observarmos atentamente, há uma grande mistura de critérios para que se apresentem tais derivações. Ao mesmo tempo em que se coloca, por exemplo, a "Lingüística do Texto", acrescentam-se níveis de análise ("Morfologia", "Sintaxe" e "Fonologia"). Mais importante ainda, a "Semântica" está ali posta.

Poderíamos, neste momento, questionar: o que, afinal, é a Semântica? Não entraremos, contudo, nessa discussão. Tal atitude exigiria uma visão mais ampla do que a que queremos analisar, e mesmo do que a que temos condições de fazer neste momento. Certamente, realizaríamos uma simplificação grosseira, posto que, sob o termo "Semântica", está uma diversidade de acepções distintas e, mesmo, opositivas.

O que, sim, podemos e queremos investigar, à medida que reflete na representação do campo, refere-se a outro ponto. Quando falamos em nível de análise lingüística, de que estamos tratando? Em Enunciação, pode a Semântica ser considerada um nível de análise?

---

[85] Termo, aliás, usado por Ducrot e Todorov (1972, p.41). Ver a nota de rodapé de n.83, na p.123 deste trabalho.

Para investigar tais questões, realizaremos um recorte. Buscaremos algumas respostas através de uma das perspectivas enunciativas: a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste.

Em "Os níveis da análise lingüística", Benveniste define um nível de análise a partir da coincidência com o seu objeto; por exemplo, o fonema é a unidade de análise do nível fonemático. Dessa forma, o fonema define a Fonologia como um nível de análise, da mesma maneira que o morfema e a frase o fazem com a Morfologia e a Sintaxe, respectivamente.

O autor constata que o procedimento de análise dos níveis consiste em duas operações: a de segmentação e a de substituição. Com a segmentação, o que se faz é dividir o texto "em porções cada vez mais reduzidas até os elementos não decomponíveis" (BENVENISTE, 1995, p.128). O outro procedimento é realizar a substituição desses elementos:

> Progressivamente, de um signo a outro, destaca-se a totalidade dos elementos e para cada um deles a totalidade das substituições possíveis. É esse, em resumo, o método de distribuição: consiste em definir cada elemento pelo conjunto do meio em que se apresenta, e por intermédio de uma relação dupla, relação do elemento com os outros elementos simultaneamente presentes no enunciado (relação sintagmática); relação do elemento com outros elementos mutuamente substituíveis (relação paradigmática). (p.128)

A partir dessas duas operações, distingue-se uma característica dos níveis de análise lingüística: as unidades de cada nível se constituem de unidades de um nível inferior e têm a capacidade de integrar um nível superior. Entretanto, há dois níveis especiais, níveis-limite, chamados por Benveniste de merismático e categoremático.

O nível merismático tem por unidades os merismas, que são os traços distintivos dos fonemas – como, por exemplo, a dentalidade e a labialidade. Essas unidades podem apenas integrar um nível superior, mas não podem ser segmentadas e, portanto, não são constituídas de unidades menores, já que são elas mesmas as mínimas unidades possíveis de serem segmentadas. Diz Benveniste que "pelo fato de não serem segmentáveis, os traços distintivos não podem constituir classes sintagmáticas; mas pelo fato de serem substituíveis, constituem classes paradigmáticas" (p.129).

O nível categoremático, por seu turno, é o nível da frase. A frase é o extremo oposto do merisma, já que pode ser decomposta em unidades menores, que são seus constituintes, mas não pode, ela mesma, integrar um nível superior. A frase, assim, é elemento constitutivo do maior nível, não há outro acima do categoremático.

É necessário, entretanto, explicitar o porquê de o categoremático e de o merismático serem, de fato, níveis-limite. O que impede um traço distintivo de ser segmentado? E o que faz com que uma frase não possa integrar um nível superior? A resposta a ambas as perguntas é a mesma: trata-se da questão do sentido.

É o sentido que define uma unidade, não importa em que nível de análise ela se encontre. Esta é a razão de haver níveis-limite: só há diferentes níveis enquanto houver sentido. Afirma Benveniste que "o *sentido* é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* lingüístico" (p.130). Não há, assim, forma sem sentido, nem sentido sem forma. "Forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se junto em toda a extensão da língua" (p.135). Precisemos mais esse caractere.

Sustenta Benveniste que

> A *forma* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior.
>
> O *sentido* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de integrar um nível superior.
>
> Forma e sentido aparecem assim como propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente, inseparáveis no funcionamento da língua. As suas relações mútuas revelam-se na estrutura dos níveis lingüísticos, percorridos pelas operações descendentes e ascendentes da análise e graças à natureza articulada da linguagem. (p.135-136)

Forma e sentido, então, andam sempre juntos em todos os níveis de análise lingüística.

Quando se chega à frase, entramos no nível categoremático. Isso exige uma análise mais detalhada para que se entenda como chegamos ao seu sentido – e à natureza desse sentido. Uma frase não pode, como dissemos, integrar uma unidade superior. "Isso se prende", explica Benveniste, "antes de tudo ao caráter distintivo entre todos, inerente à frase, de ser um *predicado*" (p.137) e "o predicado é uma propriedade fundamental da frase, não é

uma unidade de frase” (p.138). Dessa maneira, “a frase não é uma classe formal que teria por unidades ‘frasemas’ delimitados e *oponíveis entre eles*” (p.138). Diz Benveniste que

> o nível categoremático comporta somente uma forma específica de enunciado lingüístico, a proposição; esta não constitui uma unidade de classes distintivas. É por isso que a proposição não pode entrar como parte numa totalidade de ordem mais elevada. Uma proposição pode apenas preceder ou seguir outra proposição, numa relação de seqüência. Um grupo de proposições não constitui uma unidade de uma ordem superior à proposição. Não há nível lingüístico além do nível categoremático. (p.138)

Não apenas inexiste a possibilidade de uma frase integrar um nível superior. Seu sentido é sempre dependente da referência dada pelo sujeito na instância do discurso, na situação de enunciação. Ela é, assim, “uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação” (p.139-140). O nível da frase é o do discurso, o do uso, o da língua posta em atividade pelo sujeito.

Afirma Benveniste que

> Quando se diz que um determinado elemento da língua, curto ou extenso, tem um sentido, entende-se uma propriedade que esse elemento possui, enquanto significante, de constituir uma unidade distintiva, opositiva, delimitada por outras unidades, e identificável, para os locutores nativos, de quem essa língua é *a língua*. Esse “sentido” é implícito, inerente ao sistema lingüístico e às suas partes. Ao mesmo tempo, porém, a linguagem refere-se ao mundo dos objetos, ao mesmo tempo globalmente, nos seus enunciados completos, sob forma de frases, que se relacionam com situações concretas e específicas, e sob forma de unidades inferiores que se relacionam com “objetos” gerais ou particulares, tomados na experiência ou forjados na convenção lingüística. Cada enunciado, e cada termo do enunciado, tem assim um *referendum*, cujo conhecimento está implicado pelo uso nativo da língua. Ora, dizer *qual* é o *referendum*, descrevê-lo, caracterizá-lo especificamente é uma tarefa distinta, freqüentemente difícil, que não tem nada de comum com o manejo correto da língua. (p.136-137)

A Semântica portanto, em uma visão enunciativa, não é una. Ela é dupla. A Semântica da língua se ocupa da delimitação de unidades, do sentido semiótico, aquele em que os elementos ou têm sentido ou não o têm, pertencendo ou não à língua. A Semântica do discurso, da linguagem, da *enunciação* se ocupa da caracterização do sentido semântico, com

a delimitação, a descrição e a caracterização da referência lingüística, a instaurada pelo sujeito na instância do discurso[86].

Dessa maneira, na análise dos níveis que se ocupam dos merismas, dos fonemas, dos morfemas e dos signos, efetua-se a Lingüística da Língua, sendo o sentido relacionado a ela o semiótico. Já no nível categoremático, da frase, do discurso, em que se apresenta o sentido semântico, efetua-se a Lingüística do discurso, a *Lingüística da Enunciação*.

Portanto, a partir da visão benvenistiana – e, parece-nos, esse dado pode ser estendido a todas as teorias enunciativas –, não se pode aceitar a forma como é posta a "Semântica" na árvore de domínio inicial, uma vez que, sob a perspectiva enunciativa, a Semântica não é um nível de análise, mas a condição mesma de existência da língua e, assim, está presente em todos os níveis de análise, fazendo, inclusive, com que esses níveis sejam reconhecidos como tais. Isto é, as teorias da Enunciação são sobre a língua, não sobre a Semântica, porque a Semântica não é um nível, mas é a própria teoria. A Semântica, na Enunciação, *é a teoria*, ela perpassa a língua toda.

A Lingüística da Enunciação, e isso é comum a todas as teorias que a constituem, não vê a linguagem estratificada. Podemos estudar qualquer nível da linguagem a partir da Enunciação, pois sempre há sentido. Ao estudar, por exemplo, algo genericamente denominado "Morfologia", "Sintaxe", "Fonologia", em quaisquer desses estudos sempre haverá sentido. Entretanto, não há como estudar "Semântica", ela não é um nível, mas atravessa a língua toda. É esse o ponto de vista do qual a Enunciação vê a linguagem.

Essa não é uma afirmação isolada. Ela está intrinsecamente ligada à teoria saussuriana, da qual, já destacamos, deriva a Enunciação. Diz Simon Bouquet que

> a teoria da linguagem que se anuncia em Saussure é uma teoria do espírito. Mais precisamente, ela aparece como uma hipótese metafísica ligada à sua epistemologia programática, rompendo com o paradigma comparatista assim como com a metafísica clássica da representação, para renová-las simultaneamente no que pode ser efetivamente considerado como uma nova gramática geral – *geral* enquanto universal em seu princípio, é certo, mas também enquanto transversal aos diversos "mecanismos" da língua e, por isso, própria a ser articulada sem resíduo a uma teoria da fala, ou seja, finalmente, a uma lógica. O princípio dessa gramática geral é o da generalidade do específico – em outras palavras, um princípio segundo o

[86] Lembramos que, neste espaço, dedicamo-nos às concepções relacionadas de forma direta ao campo da Lingüística da Enunciação, o que faz com que não coloquemos em discussão as demais acepções de "Semântica", como, por exemplo, a Semântica Formal, a Semântica Lexical, dentre tantas outras.

> qual o que pode ser concebido como “sentido” (ou “significação”, ou “conceito”) é um objeto construído pelo sistema da língua, um objeto específico a uma língua específica. A esse objeto “sentido”, objeto transversal de uma gramática unificada, corresponde uma teoria precisa (...): a teoria do valor. (BOUQUET, 2004, p.252-253)

Ou seja, a teoria de Saussure, segundo o autor supracitado, é uma teoria do sentido. O sentido é transversal à língua toda. O sentido não é uma unidade de um nível de linguagem, mas uma característica, uma propriedade inerente ao todo da língua.

O que podemos dizer, em meio a essa caracterização, da diferença entre os sintagmas “Semântica da Enunciação”, “Lingüística da Enunciação” e mesmo “Teoria da Enunciação”?

Entendemos que toda e qualquer Lingüística da Enunciação seja obrigatoriamente uma Semântica, já que não há nível lingüístico que não seja perpassado pelo sentido. Entretanto, nem toda Semântica é uma Lingüística, pois, como já apontamos, há variadas Semânticas, com pontos de vista bastante diversos.

Quando se fala em “enunciação” (grafada com inicial minúscula), não se está falando de um termo exclusivo ao campo da Enunciação (grafada com inicial maiúscula). Se há inúmeras maneiras de definir tal termo dentro dessa área, isso também ocorre em outros campos dos chamados estudos da linguagem.

Entretanto, “Enunciação” remete, necessariamente, a uma Lingüística, posto que o nível do discurso está contido na linguagem. Não se sai do lingüístico no campo da Lingüística da Enunciação, conforme exteriorizamos a partir da noção de representação do sujeito – actante da enunciação –, e da conseqüente representação de mundo e interlocução oriundas desse sujeito.

Pensamos, assim, que tanto o sintagma “Lingüística da Enunciação” quanto “Semântica da Enunciação” podem ser apropriadamente utilizados para designar cada uma das teorias da Enunciação, uma vez que se constituem todos de estudos lingüísticos que pressupõem o sentido como constitutivo da linguagem. Essa afirmação é avalizada pela utilização por Antoine Culioli do sintagma “Lingüística da Enunciação” para denominar a sua teoria (CULIOLI, 1990). O autor chama os três volumes que compõem a compilação de seus estudos de *Pour une linguistique de l’énonciation*, ou seja, *Por uma lingüística da enunciação*.

Quanto a “Teoria da Enunciação”, parece-nos que se trata de mais uma forma de denominar as “teorias”, cada uma delas consistindo em uma maneira particular de tratar o objeto “enunciação”, sempre com um método específico.

Há ainda um uso peculiar do sintagma “Lingüística da Enunciação”, que tem sido feito ao longo deste trabalho: como designação de campo. Nesse sentido, essa denominação somente é válida de um modo muito restrito. Ela tem sido utilizada para designar o conjunto de autores que faz uma reflexão em torno da enunciação, inclusive reflexões com uma ligação não unânime ao campo, e que, de alguma forma, poderiam ser até questionadas por estarem sendo listados como autores da área[87]. Seria uma forma de denominar de uma maneira abrangente um grupo de teorias que, salvaguardadas as muitas diferenças, apresenta algumas características comuns[88], dentro de um conjunto de obras de referência que procuram divulgar essas teorias. Dentre essas obras, encontra-se o *Dicionário de Lingüística da Enunciação*.

Podemos, neste momento, retomar uma questão apresentada no início desta reflexão. Por que se usa, na representação arbórea inicial, o termo “estudos da linguagem”? A que noção se remete quando se fala em “Lingüística”?

Como mencionamos, o termo “lingüístico” poderia ser aprioristicamente atribuído somente a estudos ligados à língua como definida por Saussure no CLG. De fato, concordamos que a denominação “Lingüística” denomina os estudos que se ocupam da Lingüística da Língua. Entretanto, acreditamos que “Lingüístico” pode, sim, nomear estudos que se originam de uma leitura diferenciada da obra saussuriana. Diz Benveniste:

> Os estudos lingüísticos tornam-se hoje cada vez mais difíceis, (...) porque os lingüistas descobrem que a língua é um complexo de propriedades específicas que devem ser descritas por métodos que é preciso forjar. São tão particulares as condições próprias da linguagem que se pode estabelecer como um fato que há não apenas uma, porém várias estruturas da língua, cada uma das quais possibilitaria uma lingüística completa. (p.17) (...)
>
> É provável que todas essas diversas teorias venham a coexistir, embora num ou noutro ponto do seu desenvolvimento devam necessariamente encontrar-se, até o momento que se imponha o *status* da lingüística como ciência, não ciência dos fatos empíricos mas ciência das relações e das deduções, reencontrando a unidade do plano dentro da diversidade dos fenômenos lingüísticos. (p.18)

[87] Ver mais sobre isso no item 5.4, sobre os autores que compõem o *Dicionário de Lingüística da Enunciação*.
[88] Não é demais lembrar que o que há de comum a esses estudos é o fato de todas as teorias produzirem um quadro figurativo, abordando de maneira particular o mesmo objeto – a enunciação –, considerando a quebra da dicotomia língua/fala, inserindo, assim, o sujeito na linguagem.

Dentro dessa gama de possibilidades aberta por Benveniste, que se situa em uma visão diferenciada de ciência, pensamos que quando se usa “lingüístico” associado a “enunciação” se delimita e marca uma outra Lingüística, um campo que designa estudos derivados da Lingüística saussuriana por meio de sua expansão. Mais especificamente, o fato de os estudos enunciativos assumirem uma visão de língua-discurso, utilizando esse ponto de vista particular para analisar os níveis lingüísticos (e mesmo um ponto de vista particular *dos* níveis lingüísticos) autoriza o uso de “Lingüístico”.

Nessa medida, acreditamos, como Benveniste, que deve ser feita uma larga reflexão em torno do termo “Lingüística”, e preferimos seu uso ao do sintagma “estudos da linguagem”. Esse último poderia mais adequado para designar, dentro de uma árvore de domínio destinada ao usuário, o conjunto de estudos que se ocupa da linguagem de inúmeros e diferentes formas, a partir de variados objetivos e, conseqüentemente, objetos.

Contudo, essa seria uma representação simplificada, uma caracterização sumária, uma vez que “estudos da linguagem” é uma denominação insuficiente[89]. Dizemos isso por esse sintagma pretender congregar em si estudos muito diversos, alguns dos quais relacionados, por exemplo, a outras áreas das chamadas ciências humanas – como Psicanálise, Sociologia, Filosofia –, que, pensamos, não caberiam em uma caracterização tão elementar. Essa contudo, é uma discussão muito longa, que não faremos aqui. Apenas desejamos apontar para o fato de ser necessária uma reflexão mais profunda acerca desse assunto.

Voltando mais uma vez a abordar diretamente a questão da árvore de domínio, podemos dizer que há, portanto, mistura de critérios quando são postos lado a lado, em uma mesma linha, uma teoria, a Lingüística Textual, níveis de análise (Morfologia, Sintaxe e Fonologia) e a Semântica, da qual nos ocupamos acima.

A Lingüística Textual é, como a Lingüística da Enunciação e como tantas outras áreas, um ponto de vista a partir do qual quaisquer níveis da língua podem ser analisados. A Sintaxe, a Morfologia e a Fonologia não são autônomas. Elas são níveis de análise que precisam de um referencial teórico a partir do qual podem ser analisados.

A Semântica, por sua vez, não é um nível de análise, mas é inerente a todos os níveis de análise. No que se refere à Enunciação, ela é necessariamente uma Semântica.

[89] Vale destacar, aliás, que é essa a razão do uso, neste trabalho, do sintagma com iniciais minúsculas, enquanto Lingüística, Enunciação, entre outras áreas são grafadas com iniciais maiúsculas.

Pensamos que a complexidade dessa questão não é passível de exposição em um organograma tão simplificado como uma representação arbórea.

O penúltimo ponto que queremos destacar da árvore inicial é o elemento "Semiótica Narrativa". Tal Semiótica é referente à teoria de Algirdas Julien Greimas. Não podemos deixar de citar que alguns pontos dessa teoria não só se enquadram na Lingüística da Enunciação como aparecem no *Dicionário de Lingüística da Enunciação*. Assim, a teoria, de certa forma, aparece duas vezes na árvore. Não pensamos que seja necessário explicitar a Semiótica Narrativa na árvore de domínio da Lingüística da Enunciação, da mesma que muitas outras teorias que também coexistem à LE. Esse não é um dado essencial.

Por fim, destacamos o fato de a árvore mostrar a Lingüística da Enunciação como ponto de partida para as teorias que a compõem. Discordamos dessa forma de apresentação, uma vez que, como já dissemos, o ponto de vista é inverso. São as teorias da Enunciação que, ao convergirem para um mesmo ponto, constituem a Lingüística da Enunciação (como campo), que deveria ser, então, o ponto de chegada.

Dentro do contexto dessa busca que realizamos chegamos, então, a algumas conclusões que retomamos brevemente neste momento, a título de resumo:

1. Discordamos do uso de "estudos da linguagem", ainda que apenas para um uso didático e simplificado na árvore de domínio para o usuário do *Dicionário de Lingüística da* Enunciação. O mais adequado seria "Lingüística";

2. Pensamos que o Estruturalismo não seja a real influência da Lingüística da Enunciação. O mais adequado seria dizer que a LE é derivada do Saussurianismo;

3. A árvore inicial apresenta inadequação com relação à mistura de critérios, o que faz com que níveis de análise lingüística estejam lado a lado com a Lingüística da Enunciação e com a Lingüística Textual, que são pontos de vista. Além disso, também a Semântica aparece na mesma linha;

4. A questão da Semântica é muito mais ampla e complexa do que mostra a árvore inicial, e mesmo do que é possível fazer em uma representação arbórea;

5. Há elementos excessivos e desnecessários a uma caracterização do campo Lingüística da Enunciação.

5.2.2.1 A busca de uma árvore de domínio para o dicionário

Durante o processo de busca de uma representação mais adequada da Lingüística da Enunciação para o usuário do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, surgiram, evidentemente, novas possibilidades de árvores. Algumas dessas possibilidades, mostramos aqui, a caráter de ilustração da busca por árvores de domínio. Selecionamos quatro versões, de diferentes momentos da pesquisa, não necessariamente apresentados em sucessão cronológica, para dar um panorama do que procurávamos encontrar.
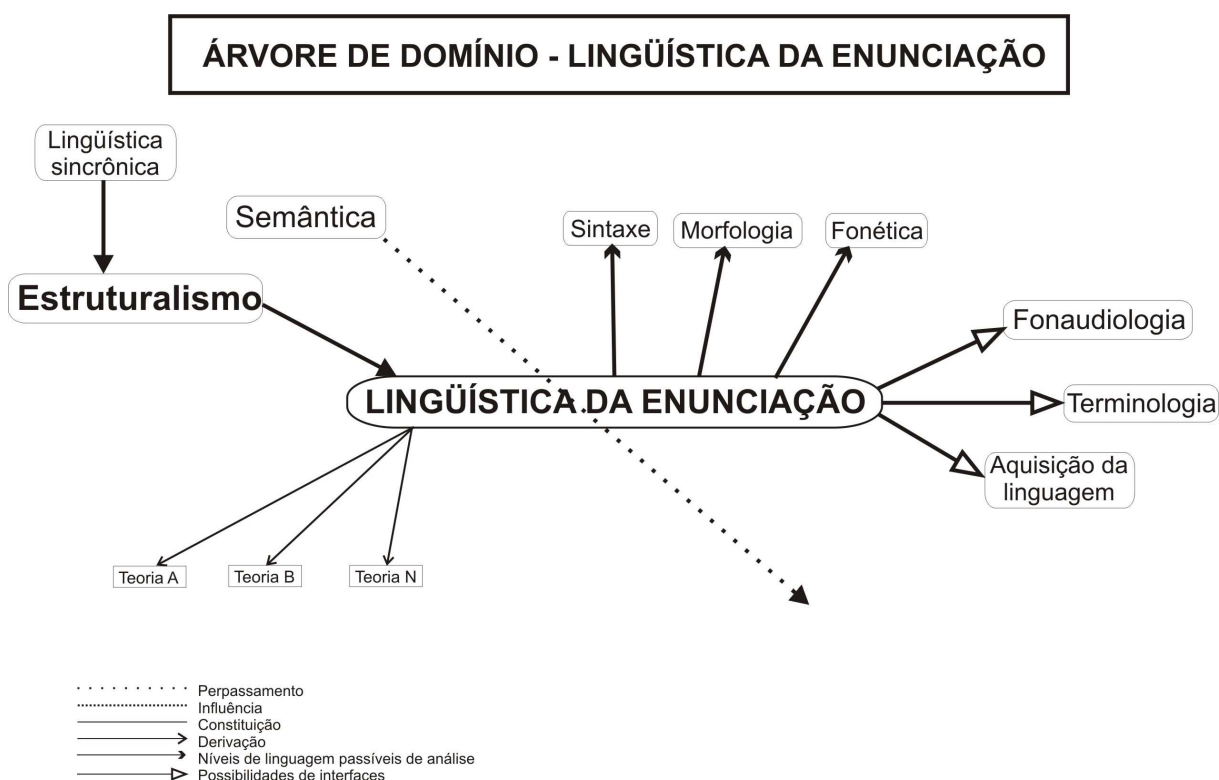
FIGURA 6 – Árvore de domínio A

Observando inicialmente a **Árvore A** (Figura 6), podemos verificar que tentávamos mostrar:

1. O domínio epistemológico → Notamos a incompletude da representação para esse objetivo, uma vez que só aparecem como constituintes da área a *lingüística sincrônica* e o *Estruturalismo*, que se encontra ainda representado;

2. O fato de a Lingüística da Enunciação ser uma Semântica, pois não há enunciação sem sentido → Notamos a inadequação da representação, que não dá conta da complexidade da questão da Semântica;

3. Os diferentes níveis de linguagem como passíveis de análise através das teorias do campo, e a Lingüística da Enunciação abrindo múltiplas possibilidades de interfaces, com áreas muito diversas → Atentamos ao excesso de informação que esses dados representam;

4. As múltiplas teorias de que é composto o campo → Observamos a inadequação da representação, já que as teorias *saem* do campo, não *convergem* para ele.
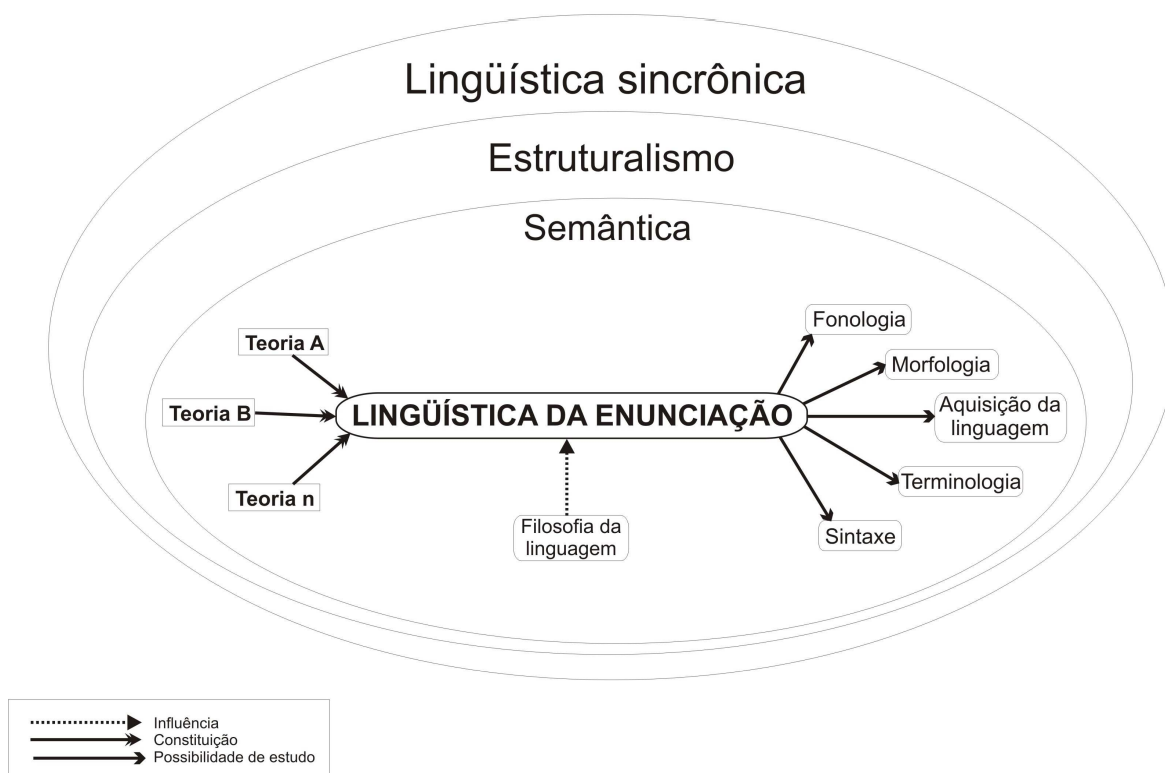
FIGURA 7 – Árvore de domínio B

Na **Árvore B** (Figura 7), percebemos que, apesar de, nesse modelo, as teorias que constituem o campo aparecerem convergindo para ele, ocorrem três problemas:

1. A área aparece abarcada pela Semântica, que se caracteriza como una;

2. O domínio epistemológico continua falho, problema que, de certa forma é insolúvel, porque as relações constitutivas da Lingüística da Enunciação são muito complexas para serem expressas através de uma representação arbórea que deve, além disso, ser simples, direta e objetiva, devido ao público que o *Dicionário de Lingüística da Enunciação* quer atingir[90];

3. Há confusão entre níveis de análise da língua (sintaxe, morfologia etc.) e áreas com as quais a Lingüística da Enunciação pode interagir, com suas interfaces (Terminologia, Aquisição da Linguagem etc.). Ainda há, vemos, inadequação quanto ao tipo de informação que deve ser explicitada.

Nas Árvores A e B, o domínio epistemológico era visível. As representações C e D, por sua vez, trazem apenas o campo Lingüística da Enunciação e os autores que o constituem. Na **Árvore C** (Figura 8), a primeira dessa série, os autores que constituem a área são explicitados.
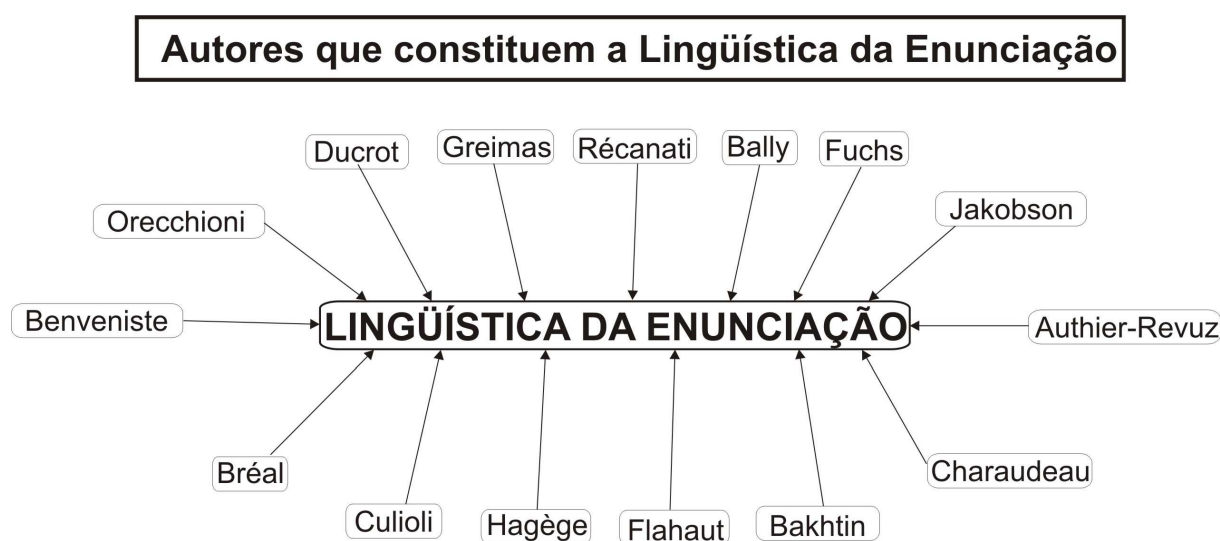
FIGURA 8 – Árvore de domínio C

Já na **Árvore D** (Figura 9), vemos elementos a mais: os demais campos a que se ligam esses teóricos. Vale destacar que a intenção era mostrar que os autores que formam a Lingüística da Enunciação não necessariamente trabalham *apenas* com ela. A falha da representação está no fato de que os campos ligados aos teóricos, que são exteriores à LE, parecem, pela figura, ser também constitutivos dela.

[90] Lembramos que o perfil de consulente que o *Dicionário de Lingüística da Enunciação* visa a atingir é o aluno de final do curso de graduação ao início do mestrado de Letras.

Vinculações tóricas do autores que constituem a Lingüística da Enunciação

FIGURA 9 – Árvore de domínio D

Acreditamos que a investigação e a busca por diferentes árvores foi de grande valia como forma de pensar o campo. À medida que elaborávamos novas representações, muitos elementos constitutivos e relevantes da área se mostravam. Ao final do processo, contudo, chegamos a um questionamento. Seria possível apresentar uma árvore de domínio efetivamente consistente e eficaz como representação epistemológica? Em que medida uma árvore de domínio seria verdadeiramente útil?

Pensamos que um campo como a Lingüística da Enunciação não seja passível de uma representação linear, especialmente porque muitos de seus aspectos e características não podem ser facilmente planificados. Ainda que a busca por diferentes representações possa ser bastante útil em termos de investigação teórica e para que o grupo que elabora o dicionário convirja para uma mesma direção em termos epistemológicos, não acreditamos que uma árvore de domínio consiga dar conta da totalidade de um campo, especialmente se estivermos pensando em uma representação que chegará ao usuário e que lhe deveria bastar para uma visão epistemológica.

Apesar disso, diante da necessidade de uma árvore de domínio para o usuário do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, até mesmo porque a árvore consiste em um critério e uma exigência relativos às normas ISO de qualidade de uma obra terminográfica, elaboramos um modelo de árvore (Figura 10). Temos plena consciência, no entanto, de que tal representação, assim como a inicial e todas as que se seguiram (inclusive as que não retratamos aqui), não consegue abarcar a totalidade de dados que deveriam estar presentes. Trata-se de um modelo simplificado, buscando ser mais didático, e que tem como objetivo situar o consulente.
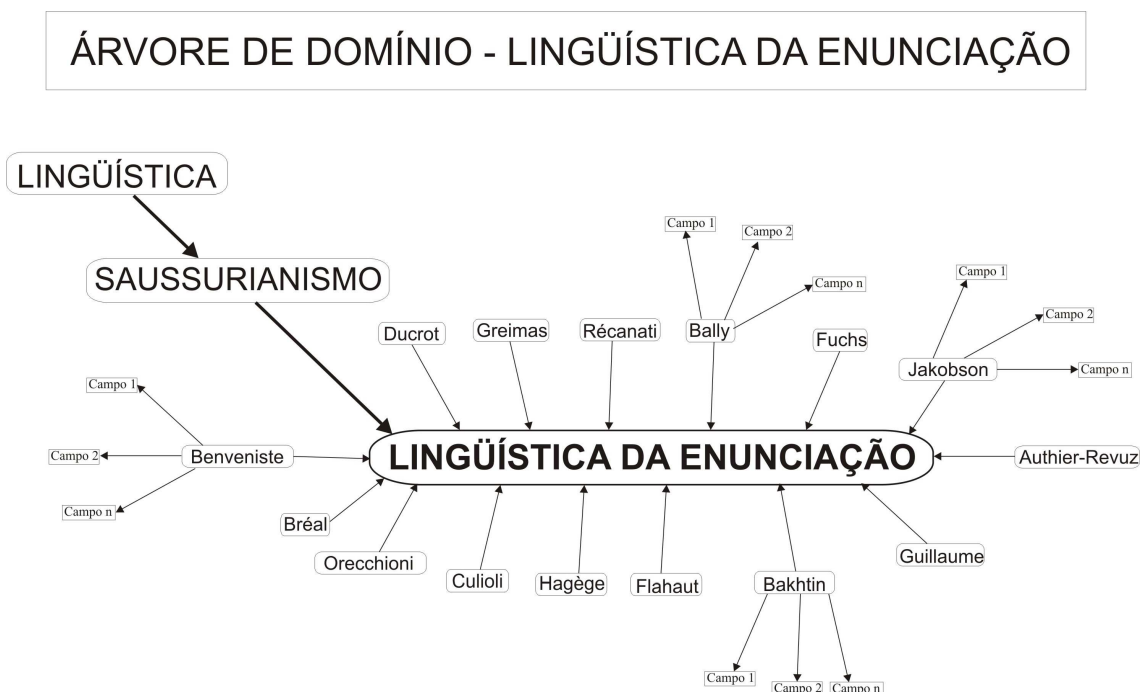
FIGURA 10 – Proposta de uma árvore de domínio

Podemos ver que o problema de confusão entre os campos a que se ligam os autores, que havia na representação D, foi solucionado nesse modelo. Ainda que não mostremos as diversas áreas específicas a que se ligam os autores constitutivos da Lingüística da Enunciação, ilustramos que há tal fato, e esses campos aparecem como destino, pois as setas partem dos autores, de forma idêntica às setas que chegam na LE, partindo desses teóricos.

Nesse modelo, abdicamos da representação da Semântica, pelo grande inconveniente da questão. Acreditamos que seria fundamental mostrar a relação da Lingüística da Enunciação com a Semântica, mas o fato de ela ser um transpassamento por todo o campo fez com que optássemos por retirá-la da representação. Caberia, contudo, uma explicação acerca do assunto para o consulente do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, junto à árvore de domínio, em forma de texto.

Restam no modelo as relações com a Lingüística e com o Saussurianismo. Esse último, por sinal, já provoca um novo impasse. Não seria mais claro para o consulente o uso de “Estruturalismo”, por ser um termo mais conhecido, embora tenhamos explicado claramente as razões pelas quais acreditamos na correção do uso de “Saussurianismo”?

Como expressar em uma representação como essa as complexas relações que constituem o que se denomina aqui de Lingüística da Enunciação?

Acreditamos que a árvore seja um recurso interessante para os estudiosos da Enunciação, como forma de constante busca de um maior entendimento da área. Entretanto, à revelia das normas ISO para a elaboração de dicionários terminológicos, não seria mais adequado abdicar de tal recurso como forma de exposição para o consulente, à medida que, diante de tantas impossibilidades, a representação pode levar a conclusões incompletas ou errôneas sobre a representação da área?

Como vemos, uma árvore de domínio é uma forma sempre imperfeita e incompleta de caracterização de um campo. Apesar de a busca por representações ser útil para o teórico, há problemas insolúveis na tarefa de sua constituição que fazem com que não se consiga uma representação fiel, pelo menos no que concerne à Lingüística da Enunciação.

5.3 A apresentação dos autores

Vimos, em 1.2, que há múltiplas teorias que, ao apresentar alguns aspectos em comum, que destacamos em 2.2, compõem a Lingüística da Enunciação. Como esses aspectos podem ser abordados das mais diversas maneiras, a LE é um campo que tem na heterogeneidade uma grande marca.

Comentamos que haveria a possibilidade de separar os autores que consideramos enunciativos entre aqueles que se dedicam (ou se dedicaram) exclusivamente à Enunciação, os que a abordam (ou abordaram) dentre outros tipos de estudos que realizam (ou realizaram) e aqueles cujas reflexões ligadas à Lingüística da Enunciação são (foram) incidentais. Dissemos que essa é uma perspectiva pertinente, mas inversa da que usamos aqui.

Pois bem. Neste momento, propomos fazer o movimento contrário do que vimos realizando até agora. Isto é, partiremos da Lingüística da Enunciação para chegar aos seus autores e não dos autores para chegar ao campo. Da mesma forma que ir dos autores para chegar à LE foi necessário para uma visão da unidade do campo, a desconstrução é agora necessária para que analisemos a maneira como esses autores são postos no *Dicionário de Lingüística da Enunciação*.

O *corpus* do dicionário é constituído de textos que representam as teorias da Enunciação selecionados a partir de dois critérios: as obras são delimitadas a partir de autores cujas teorias desenvolvem uma reflexão que tematiza, de alguma maneira, a enunciação e, além disso, teóricos com a preocupação de formular um modelo de análise (FLORES, 2006).

Os dois critérios, portanto, estão diretamente ligados a uma caracterização, em primeiro lugar, da Lingüística da Enunciação como um campo, pois os autores incluídos devem, de alguma forma, tematizar o objeto dessa área. Em segundo lugar, a seleção revela uma preocupação de mostrar de que maneira esse campo é formado, ou seja, de teorias de diferentes autores, que tratam o objeto de forma heterogênea, com diferentes modelos de análise.

Evidentemente, se há diferenças, e até divergências, nas formas de análise, há também diversidade quanto ao grau de aprofundamento das teorias, o que interfere diretamente na representatividade diferenciada das teorias que compõem a Lingüística da Enunciação, e, conseqüentemente, o dicionário. O que dizemos é que a seleção de termos é mediada por diferentes fatores. Em relação à Lingüística da Enunciação em si, podemos citar o grau de ligação do autor com o campo, a importância do autor no contexto geral da LE, a complexidade da teoria. No que concerne à Terminologia, lembramos que a obra tem de passar uma visão da LE que seja coerente com aquela que têm os autores dos verbetes. Esses autores, no entanto, elaboram seus verbetes isoladamente, o que pode causar discrepância entre as abordagens das diferentes teorias, e isso deve ser mediado pelo terminólogo, o que significa que o número de verbetes inicialmente elaborado em cada equipe pode precisar ser modificado, para mais ou para menos.

Podemos verificar, na Tabela 2, o número de verbetes de cada autor inicialmente definido, apresentado pelos coordenadores do grupo de cada autor de uma teoria diferente.

AUTOR	TERMOS
Antoine Culioli	14
Catherine Fuchs	3
Catherine Kerbrat-Orecchioni	11
Charles Bally	19
Claude Hagège	9
Émile Benveniste	52
François Flahault	7
François Récanati	17
Algirdas Julien Greimas	49
Jaqueline Authier-Revuz	24
Michel Bréal	4
Mikhail Bakhtin	50
Oswald Ducrot	72
Patrick Charaudeau	7
Roman Jakobson	23

TABELA 2 – Autores e número de termos

Em relação a esses autores, assim, foram dadas duas opções possíveis[91] de apresentação dos autores no dicionário[92], segundo os critérios relacionados às bases terminológicas e terminográficas que sustentam a elaboração do produto. Ambas foram mostradas em uma reunião em que estavam os responsáveis pela coordenação da elaboração dos verbetes de cada autor. Na primeira, os autores aparecem em ordem alfabética, seguidos dos verbetes de seus respectivos termos, conforme exemplificamos na Figura 11.

CLAUDE HAGÈGE

diálogo 3 *s. m.*
Outras denominações: relação de interlocução
Ocorre também em: Authier-Revuz, Bakhtin, Benveniste.
Definição: construção lingüística solidária de um sentido que caracteriza a atividade lingüística dos parceiros.
Fonte da definição: Cf. HAG90: 207.
Nota explicativa: Deve ser entendido em sentido amplo, como interlocução em geral, portanto, não apenas como o par pergunta/resposta. Não se limita necessariamente a dois parceiros, nem a interações frente a frente. Do ponto de vista das estratégias utilizadas, considera-se que as interrogações, injunções e negações desempenham um papel importante na construção do sentido.
Fonte da nota: Cf. HAG90: 207-208.
Leitura recomendada: HAG90.
Termos relacionados: enunciador psicossocial

domínios de constrangimentos *s. m.*
Definição: componente da lingüística sócio-operativa que reúne os elementos condicionadores das iniciativas lingüísticas dos enunciadores em situações de fala.
Fonte da definição: Cf. HAG90.
Nota explicativa: Os domínios de constrangimento são considerados obrigatórios no uso lingüístico e escapam ao controle do utilizador, esses domínios dividem-se em: a) sistema da língua (fonologia, morfologia, sintaxe, léxico); b) circunstâncias dialogais; c) fatores biológicos e d) imaginário lingüístico. O sistema da língua e as circunstâncias dialogais correspondem ao lado social do modelo desenvolvido por Hagège. O primeiro apresenta-se para o enunciador como um campo de servidão, definidor da gramática como o que é obrigatório. Por exemplo, independe da vontade do enunciador decidir que o verbo e o nome não concordam numa língua em que esta concordância seja regra. O segundo, diz respeito a regras de construção dos enunciados. Por exemplo, relações entre enunciados ligados ao ambiente familiar por relações de conversão. Os fatores biológicos são relativos às variáveis ligadas ao biológico (sexo e idade) tal como a língua o interpreta. Expressam-se através de índices biolectais pertencentes a uma zona sistematicamente codificada, por exemplo: em japonês, várias partículas modalizando o enunciado segundo o grau de certeza, de dúvida, de interrogação, variam em função do sexo do enunciador ou do auditor.O imaginário lingüístico diz respeito a variáveis que decorrem da aptidão humana para construir relações entre indivíduos, entre grupos, assim como entre estes e o ambiente (índices sócio-lectais como as formas de familiaridade); que refletem a relação simbólica do enunciador com a língua (índices simbolectais como a adoção de pronúncia considerada mais conveniente para determinado papel social); que decorrem dos estatutos e opções políticas (índices poliolectais como fenômenos de hipercorreção).
Fonte da nota: Cf. HAG90: 212-214; 237-252.
Leitura recomendada: HAG90.
Termos relacionados: diálogo 3, domínios de iniciativas, lingüística sócio-operativa.

domínios de iniciativas *s. m.*
Definição: componente da lingüística sócio-operativa que reúne os elementos que interferem na realidade do exercício discursivo tendo em vista as iniciativas do homem em situação de diálogo com seu semelhante.
Fonte da definição: Cf. HAG90: 212.
Nota explicativa: apesar de todos os constrangimentos impostos, percebe-se a iniciativa do enunciador em dois momentos: a) na construção do sistema da língua que pode se dar por enunciador coletivo (agente inconsciente das mudanças em longos períodos), por grupo de enunciadores formando sociedades caracterizadas (gênese dos crioulos, nascimentos de línguas especiais) e/ou por enunciadores individuais por ocasião de ações conscientes (criação neológica, atividade poética etc.); b) na participação que tem na criação das situações de variação lingüística e de uso da palavra como instrumento de poder.
Fonte da nota: Cf. HAG90: 212.
Leitura recomendada: HAG90.
Termos relacionados: domínios de constrangimentos, enunciador psicossocial, lingüística sócio-operativa.

enunciador psicossocial *s. m.*
Definição: o homem em situação dialogal com seu semelhante.
Fonte da definição: Cf. HAG90: 210.
Nota explicativa: Designação geral para o princípio de que o sujeito deve estar no cerne das preocupações da lingüística como enunciador e não como pura subjetividade. A noção de psicossocial

FIGURA 11 – Apresentação por autores

[91] Pensamos ser prudente lembrar que as escolhas de apresentação dos verbetes são sempre aleatórias em princípio, pois não há uma regra que estipule essa ou aquela forma. São, portanto, técnicas, decorrentes da mediação entre a adequação ao usuário e a terminologia que se busca explicitar, isto é, há diferentes possibilidades, a escolha é mediada pela imagem do público-alvo e pela idéia de “fidelidade” ao campo.
[92] Ressaltamos que tratamos de um produto em fase de realização e, portanto, quaisquer alternativas e escolhas estão sujeitas a alterações.

Na segunda opção, os verbetes são postos em ordem alfabética com o nome do autor a que se refere o termo ao seu lado, como na Figura 12.

A

actante da enunciação *s. m. Greimas*
Outras denominações: actante da comunicação
Definição: parceiro do ato enunciativo: o eu e o tu.
Fonte da definição: Cf. GRE79a: 3.
Nota explicativa: Os actantes da enunciação aparecem em três níveis distintos: 1) o autor e o leitor implícitos, que são pressupostos pela própria existência do enunciado, chamados enunciador e enunciatário; 2) aquele que narra e aquele para quem se narra, que estão projetados no interior do enunciado, denominados narrador e narratário; 3) as personagens que dialogam entre si no interior do texto, nomeados de interlocutor e interlocutário.
Fonte da nota: Cf. FIO04a
Leitura recomendada: FIO96: 59-72; GRE79a: 3-4.
Termos relacionados: enunciador 4, enunciatário, interlocutor.

actante do enunciado *s. m. Greimas*
Outras denominações: actante da narração
Definição: aquele que realiza ou sofre uma ação, independentemente de qualquer outra determinação semântica: um ele
Fonte da definição: Cf. GRE79a: 3.
Nota explicativa: O conceito de actante do enunciado substitui, na Semiótica Francesa, o de personagem, porque, de um lado, ele engloba não somente seres humanos, mas também animais, objetos ou conceitos; de outro, é anterior aos investimentos semânticos que constroem as personagens. É uma posição narrativa, um ele.
Fonte da nota: Cf. GRE79a: 3-4.
Leitura recomendada: BAR02b: 28-43; BER03: 287-303; FIO05: 27-41.
Termos relacionados: actante da enunciação, enunciador 4, enunciatário.

actorialização *s. f. Greimas*
Definição: processo de instituição dos atores do discurso
Fonte da definição: Cf. GRE79a: 8-9.
Nota explicativa: A actorialização é um dos componentes da discursivização. É o processo pelo qual se instituem os atores do discurso, seja os da enunciação (aquele que fala ou aquele para quem se fala), seja os do enunciado (aqueles de quem se fala).
Fonte da nota: Cf. FIO96: 117-118.
Leitura recomendada: FIO96: 59-126; GRE79a: 8-9.
Termos relacionados: aspectualização, ator da enunciação, discursivização.

agenciamento *s. m. Benveniste*
Definição: Processo de organização sintática de palavras que, por sua ação umas sobre as outras, constituem o enunciado.
Nota explicativa: Essa organização efetua-se tanto a partir da liberdade na enunciação do sentido quanto a partir da restrição das regras lingüísticas de organização das palavras. Assim, as palavras ter e perder, tendo sentidos incompatíveis em enunciados diferentes, podem na enunciação Eu tenho perdido meus livros, organizarem-se sintaticamente na constituição de um terceiro sentido. No entanto, as regras lingüísticas da Língua Portuguesa não permitem a construção Eu tenho perdendo meus livros.
Termos relacionados: língua-discurso, referência, sintagmatização.

alocutário 1 *Ducrot*
Ocorre também em: Benveniste
Definição: aquele para quem as palavras do locutor são ditas.
Nota explicativa: O termo é apresentado por Ducrot na leitura que faz dos atos ilocutórios em 1980. Nesse momento, postula, na noção genérica de intelocutor, a distinção entre os pares locutor/alocutário; enunciador/destinatário. Ex.: o enunciado "a ordem será mantida custe o que custar", supostamente dita por um ministro de estado, em decorrência de desordens, realiza dois atos: o de promessa e o de ameaça. O locutor (inscrito no dizer do ministro) dirige-se ao alocutário (representado pelo povo em geral), produzindo os atos de promessa e de ameaça, respectivamente dirigidos a dois destinatários distintos: bons cidadãos e desordeiros.
Termos relacionados: destinatário 1, interlocutor 1, locutor.

alocutário 2 *Ducrot*
Ocorre também em: Benveniste
Definição: personagem-alvo da enunciação, representado no sentido do enunciado pelo locutor (personagem-fonte).
Nota explicativa: O alocutário é um ser do discurso distinto do ser empírico (ouvinte). É indicado no enunciado como aquele a quem se dirige a enunciação. Por isso, o alocutário é intralingüístico

FIGURA 12 – Apresentação por termos

A opção escolhida pelo grupo foi a exemplificada na Figura 12, por ordem alfabética de termos. O grupo usou dois argumentos para justificar a sua escolha. O primeiro motivo foi acreditar que o campo da Lingüística da Enunciação estaria sendo mostrado como uno. A segunda razão foi haver muita discrepância entre o número de termos de cada autor.

Com efeito, a distribuição dos verbetes em ordem alfabética deixa os autores dispersos, e o foco se tornam os termos e o campo em si. No momento em que se apresentasse o dicionário por autores, a diferença entre o número de verbetes ficaria evidente. Mas, perguntamo-nos, evidenciar campo dessa forma é possível apenas com essa disposição? E, mais, focar nos verbetes seria, de fato, uma vantagem?

Pensamos que o número discrepante de termos entre os autores não tem apenas uma significação. Essa diferença pode ser interpretada como uma deficiência dos autores do dicionário, à medida que haveria um desconhecimento sobre alguns dos teóricos da enunciação, o que faria com que alguns autores tivessem uma grande quantidade de verbetes e outros, poucos.

Outra possibilidade de se ver essa situação é pensar que, como afirmamos, não há um tratamento homogêneo do objeto da Lingüística da Enunciação, ou seja, a enunciação é abordada diferentemente nas teorias e/ou estudos de cada um dos autores que constitui o campo. Além disso, cada autor tem um tipo diferenciado de relação com a Enunciação, isto é, como apontamos, os autores têm reflexões mais ou menos complexas, mais ou menos representativas dentro do campo.

Enfim, é importante pensar na obra terminográfica em si. Há que se considerar que os organizadores precisam fazer um “balanceamento” do número de verbetes, de modo que não se tenha, no caso específico do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, um dicionário de um ou de outro autor, mas do próprio campo. Ou seja, o usuário do dicionário deve receber um produto final que apresente um certo equilíbrio, o que também facilitará a visão de campo. A idéia de “recorte”, de uma seleção de elementos que seja mais representativa tanto para a área quanto para dar uma noção do próprio autor em questão, nesse sentido, é fundamental.

Colocar os autores com seus termos talvez evidenciasse uma fragilidade dos autores do dicionário, devido à imensas disparidades que fazem com que, por exemplo, uma autora como Fuchs tenha apenas três termos no dicionário, enquanto Ducrot apresente mais de 70 verbetes. Entretanto, não é apenas fragilidade que se expõe, mas também peculiaridades como o grau de aprofundamento das teorias e mesmo a sua importância dentro do campo, caracterizando de mais uma maneira a Lingüística da Enunciação; afinal, a seleção dos termos por autor também situa o usuário de alguma maneira na área.

Não podemos deixar sem registro aqui o fato bastante ilustrativo de que nem todos os autores que estão presentes no dicionário têm seu lugar ali unanimemente. Teóricos como Bakhtin, Greimas e Fuchs têm aspectos bastante controversos com relação ao espaço destinado a eles. Bakhtin, por exemplo, é referido na teoria de Jacqueline Authier-Revuz como um exterior à Lingüística. Quanto a Greimas, podemos lembrar o aspecto citado no item 5.2.2, no qual relatamos que sua Semiótica Narrativa não é completamente absorvida pela Lingüística da Enunciação. Fuchs, por sua vez, embora seja mais do que uma simples estudiosa, seja uma teórica e tenha efetivamente criado uma terminologia dentro de sua leitura de Culioli, não tem exatamente uma "teoria própria", mas trabalha com o referencial do autor.

As especificidade das teorias são tamanhas que Dahlet (1997), como já comentamos em 2.2, faz uma divisão entre as diferentes perspectivas enunciativas: a indicial, em que enquadra Benveniste e Bally, e a operatória, de Culioli e Guillaume. Segundo Dahlet, a primeira concebe a enunciação como "produção da língua por sujeitos" (p.70), enquanto a perspectiva operatória vê a enunciação como sendo da alçada da linguagem, não do sujeito ou do discurso (p.76).

Há, ainda, no *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, por exemplo, um teórico como Ducrot, que busca defender uma tese – a de que a argumentação está na língua. Para tanto, o autor cria termos e conceitos de uma maneira muito diversa de, outro exemplo, Authier-Revuz. Essa autora faz uma leitura específica de cada uma das teorias que utiliza para analisar a língua. Isto é, sua teoria é produto de uma interpretação particular de outras teorias. Authier-Revuz não elabora uma teoria da mesma maneira que faz Ducrot, o que não é melhor ou pior, apenas diferente.

Poderíamos até mesmo dizer que a forma de teorização de Jacqueline Authier-Revuz, sua maneira de fazer ciência, seja muito próxima, quase uma síntese, da concepção da Lingüística da Enunciação como campo. Da mesma forma que a autora realiza uma multidisciplinaridade, ficando sobre uma espécie de *fronteira*, mas não deixa de ser uma teórica da Enunciação, a própria Lingüística da Enunciação congrega diferenças, funciona apenas como um rótulo para nomear um campo. A LE somente pode ser chamada de disciplina nos termos utilizados até aqui, isto é, no sentido de nomenclatura sob um certo ponto de vista. O sintagma, no sentido que é utilizado no corpo desta dissertação, também está sobre uma fronteira: somente tem fundamento para nomear o campo de uma forma muito específica, em termos de reconhecimento. Em outros contextos, tal sintagma apenas pode ser

usado para denominar teorias isoladas, como constatamos no item precedente, que tratou da árvore de domínio.

Enfim, os diversos autores, com suas teorias e estudos, colaboram diferentemente para a existência do campo. Todos esses fatos, entretanto, não descaracterizam o *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, já que o que se faz nessa obra é uma reunião de elementos e teorias que façam uma reflexão em torno da enunciação, sendo, nesse sentido, constitutivas do campo.

Portanto, se o campo Lingüística da Enunciação é composto heterogeneamente a partir de teorias dispersas, de abordagens diferenciadas, a unidade da área não fica prejudicada com a forma de apresentação por autores, mas, ao contrário, tem suas características singulares ainda mais expostas.

Nesse sentido, seria natural a apresentação por ordem de autores. Pensamos que a forma como os teóricos são tratados no dicionário homogeneíza, de alguma maneira, as teorias enunciativas, colocando-as todas em um mesmo patamar, e eliminando a possibilidade de o consulente de fato analisar e julgar a pertinência de cada estudo, a relação de cada autor com o campo, a própria constituição do campo em si e, mesmo, as limitações da equipe do dicionário.

5.4 A apresentação dos verbetes polissêmicos

Como já dissemos, uma das características mais marcantes da Lingüística da Enunciação é a heterogeneidade das teorias nas formas de abordagem do objeto. Sendo assim, a elaboração de um dicionário que reúna essas diferenças só enriquece a pesquisa no campo, à medida que se trata de um referencial complexo. Ao mesmo tempo, entretanto, essa heterogeneidade gera dificuldades, como, por exemplo, resolver a questão da apresentação dos verbetes que têm a mesma forma e sentidos diversos, estejam presentes na obra de diferentes autores ou de um mesmo autor.

Com relação ao tema desta seção, há três questões a serem abordadas. A primeira e a segunda a serem apresentadas são secundárias em relação à análise, consistindo na identificação da nomenclatura a ser utilizada em nosso trabalho, tanto na Terminologia (em 5.4.1) quanto na Lingüística da Enunciação (em 5.4.2): os verbetes que apresentam a mesma forma, mas distintos sentidos, são casos de polissemia ou de homonímia? O terceiro ponto

que se coloca é a análise propriamente dita (em 5.4.3): como devem aparecer os termos de distintos sentidos e formas idênticas no *Dicionário de Lingüística da Enunciação*?

5.4.1 *Homonímia e polissemia em Terminologia e Lexicografia*

Na Terminologia, a questão homonímia *versus* polissemia é um assunto do qual, de certa maneira, se desvia. O que normalmente se faz é colocar a questão sob o ponto de vista da oposição entre os critérios semasiológico e onomasiológico.

Pelo critério semasiológico, parte-se da análise das formas lingüísticas para se chegar às noções ou conceitos que correspondem a elas. Esse é o método de que se vale a Lexicografia, na maior parte dos casos[93]. Já a Terminologia faz uso do critério onomasiológico, ou seja, parte da análise das noções para, depois, encontrar as formas lingüísticas que correspondem a elas.

Uma conseqüência das diferentes metodologias é que, na Lexicografia, o critério para que uma unidade da linguagem conste em um dicionário dito "de língua geral" é a sua freqüência de uso em, por exemplo, jornais, revistas, livros (de ficção ou não). Já na Terminologia, como se parte de um *corpus* de textos de determinada área, o critério é que a noção expresse de fato um conceito que seja significativo para esse campo específico.

Outro resultado dessa diferença, e é o que particularmente nos interessa neste momento, é a relação entre a homonímia e a polissemia. Para analisá-la, precisamos trazer as definições desses fenômenos.

Bechara (2001, p.402) entende por polissemia "o fato de haver uma só forma (significante) com mais de um significado unitário pertencentes a campos semânticos diferentes. Ou, em outras palavras, a polissemia é um conjunto de significados, cada um unitário, relacionados com uma mesma forma". Cada um desses significados, complementa o autor, é preciso e determinado. A homonímia, por sua vez, é definida por Bechara como a propriedade de duas ou mais unidades de diferentes significados terem a mesma forma. Diz o autor que

---

[93] Há momentos em que a Lexicografia se vale do critério onomasiológico, como, por exemplo, nos dicionários analógicos, ou "de idéias afins", em que as palavras são categorizadas pela afinidade de idéias. Ademais, não podemos deixar de destacar que divisões muito estanques não são muito adequadas às áreas de Lexicografia e Terminologia.

> Todos apontam a dificuldade de nem sempre se poder distinguir a polissemia da homonímia. Têm sido propostos alguns critérios para aclarar se se trata de uma mesma palavra com dois ou mais significados diferentes (polissemia) ou de duas palavras distintas com idênticos fonemas (homonímia):
>
> a) critério histórico-etimológico – é o que fazem, em geral, os nossos dicionários;
>
> b) a consciência lingüística do falante;
>
> c) critério das relações associativas;
>
> d) critério dos campos léxicos. (BECHARA, 2001, p.403)

Barros (2004, p.229-230), em seu *Curso básico de Terminologia*, indo ao encontro das observações de Bechara, aponta três formas fundamentais de diferenciar a homonímia da polissemia. A primeira maneira seria o critério etimológico, que, como afirma a autora, somente serve a uma análise diacrônica. A segunda alternativa, a consciência lingüística do falante, apresenta, segundo a autora, o inconveniente de não ser um critério científico, "uma vez que a consciência lingüística do falante não é um dado objetivo" (p.229). Para Barros, a análise semântico-conceitual seria o melhor critério. Por ele, ocorre polissemia quando uma mesma forma apresenta diferentes sentidos, mas, em todos eles, há um traço semântico comum; na ausência de tal semelhança, trata-se de homonímia.

Com relação a esses critérios, na Lexicografia, o fenômeno normalmente é tratado por um viés diacrônico, isto é, pelo histórico-epistemológico. Pela etimologia das unidades léxicas, donde se parte, verifica-se se elas têm a mesma origem ou não. Se a origem for a mesma, a variação de sentido é considerada polissemia, e é feita uma entrada com as acepções listadas. Um exemplo, seria o verbo "ter", que, apenas no dicionário Houaiss, tem 54 acepções diferentes (1. entrar na posse de; receber; 2. estar na posse, ser proprietário ou estar no gozo de; possuir, usufruir; 3. ser senhor de; dispor do domínio de; 4. possuir para uso, serviço ou para estar à disposição de etc.). Se a origem for diversa, trata-se de homonímia, e são postas diferentes entradas. Como exemplo, citamos o verbo acerar, que tem duas entradas no mesmo dicionário Houaiss: *acerar 1* ("revestir ou guarnecer de aço, para dar maior dureza") e *acerar 2* ("moldar em cera")[94].

---

[94] Não nos posicionamos neste trabalho quanto aos métodos da Lexicografia, uma vez que nosso foco é a Terminologia. A Lexicografia apenas é trazida para um contraponto. Contudo, podemos ressaltar que o ponto de vista da Lingüística da Enunciação é sempre sincrônico, e que nossa visão sobre homonímia e polissemia se encontra no próximo item, 5.4.2.

Afirma Barros que

> Como tratamento terminográfico, normalmente a polissemia agrupa todas as acepções em um único verbete (...). A homonímia, por sua vez, é tratada de modo que cada conceito seja descrito em um verbete diferente. (...)
>
> Embora os critérios de tratamento terminográfico descritos sejam tradicionais em Lexicografia, em Terminologia o critério metodológico mais adotado é o de abrir tantos verbetes quantos forem os conceitos designados pelo termo. Essa também é uma possibilidade de tratamento da polissemia e da homonímia em obras terminográficas. (p.229-230)

Na Terminologia, portanto, o quadro que se apresenta é diferenciado. Com o uso do critério semasiológico, não é preciso fazer necessariamente uma diferenciação entre homonímia e polissemia, à medida que se parte de noções para se chegar à forma. Se as noções são diferentes, não importa que a forma das unidades seja idêntica, elas sempre terão diferentes entradas. Como dissemos, portanto, evita-se o problema ao registrar cada conceito em uma entrada diferente.

Ainda assim, o tema é recorrente nos manuais. O *Manual de terminología*, de Silvia Pavel e Diane Nolet, por exemplo, define “homônimo” como uma “palavra que tem a mesma forma que outra, mas distinto significado. Exemplo: gato (animal felino doméstico) e gato (utensílio para levantar grandes pesos a pouca altura)” (p.125). As autoras, entretanto, não problematizam a questão em relação à aplicação em dicionários terminológicos. A aplicação fica evidenciada quando Pavel e Nolet tratam do princípio da univocidade:

> A monossemia, conceito-termo, implica o princípio unívoco segundo o qual o terminólogo deve tratar um único conceito cada vez, seja em uma ficha terminológica unilíngüe ou multilíngüe, ou ainda em uma entrada de vocabulário especializado. Trata-se exatamente do fenômeno contrário ao princípio de polissemia que se aplica nos dicionários gerais nos quais a entrada lexicográfica é composta por uma série de acepções, cada uma das quais reflete um conceito diferente. (p.23-24)

De forma muito similar age Castillo (1997). Embora o autor dedique tópicos específicos para tratar da homonímia e da polissemia, bem como do tratamento que elas devem ter, essas indicações não se diferenciam muito do que afirmam Pavel e Nolet em termos de resultados práticos. O autor explica homonímia e polissemia simultaneamente, opondo-as. Para ele, a polissemia é um “fato sincrônico”, porque a mesma palavra apresenta, em um mesmo momento, distintos significados. Já a homonímia é um “fato de diacronia”,

porque sua explicação está no fato de que os diferentes significados para uma mesma forma seriam decorrentes de momentos históricos também diferentes (CASTILLO, 1997, p.124).

Quanto à distribuição dos termos em relação ao conceito dentro dos produtos terminográficos, Castillo afirma:

> Posto que um critério metodológico importante em terminografia é que em cada entrada somente deve definir-se um termo, se se aplica a explicação homonímica enunciada, **o registro dos supostos homônimos implicaria elaborar tantas entradas quantos significados houvesse** (...). Esse, sem dúvida, é um procedimento possível.
>
> Não obstante, **o mais adequado à realidade lingüística** (que é, definitivamente, o que pretende descrever o terminógrafo) **é registrar o termo em uma única entrada, e relacionar, no seu interior, o total de acepções que ele apresenta**. (CASTILLO, 1997, p.125-126) [Grifos nossos.]

Notemos a contradição na afirmação de Castillo. Inicialmente, o autor afirma que os verbetes devem ser registrados pelo critério *um conceito = uma entrada*. Em seguida, diz ele que o mais adequado seria registrar o termo somente em uma entrada e as diferentes acepções dentro dela.

Constatamos, assim que há contradições nos manuais de Terminologia que consultamos. Ainda que a área se valha do critério onomasiológico, a discussão polissemia versus homonímia está presente.

Como fazemos, nesta dissertação, uma interface entre duas áreas, queremos, apontar para alguns aspectos com a relação à homonímia e à polissemia no que diz respeito à Lingüística da Enunciação, mesmo que tal questão não seja fundamental para a Terminologia e para a análise que propomos em 5.4.3.

5.4.2 *A homonímia, a polissemia e a Lingüística da Enunciação*

Em relação à Lingüística da Enunciação, é necessário um parêntese para tratar de alguns aspectos teóricos sobre homonímia e polissemia.

Benveniste defende que há dois níveis distintos na linguagem – o semiótico e o semântico –, ainda que eles sejam inseparáveis na prática. A separação apenas pode ser feita para análises lingüísticas. O semiótico é o nível do sistema da língua, o nível dos signos. Nele,

só tem valor o que existe para o falante, ou seja, embora esse seja o nível do sistema, e não o do uso, o uso é o critério de validação de suas unidades (o que por si já mostra o engendramento dos dois níveis). O semântico, por sua vez, consiste no nível do uso, cujas unidades são as palavras. Para que as unidades se tornem palavras, é necessário que um sujeito se aproprie de um signo, cujo valor é geral e amplo, atribuindo-lhe referência e, portanto, sentido, um sentido mais restrito, devido à referência, cada vez única e irrepetível.

A questão com relação ao que a tradição chama de "homonímia" está no nível do discurso, do uso da língua. Tratam-se de diferentes sentidos atribuídos a um mesmo signo em decorrência de diferentes instâncias de discurso. Afirma Benveniste:

> Como a língua admite essa "polissemia"? Como o sentido se organiza? (...) A apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite. É algo de fundamental: o processo dinâmico da língua, que permite inventar novos conceitos e por conseguinte refazer a língua, sobre ela mesma, de algum modo.
>
> Refletimos a noção de sentido como com uma noção coerente, operando unicamente no interior da língua. Coloco que, de fato, há dois domínios ou duas modalidades de sentido, que distingo respectivamente como semiótico e semântico. (...) O nível semiótico é isto: ser reconhecido como tendo ou não um sentido. Isto se define por sim, não. (...)
>
> A semântica é o "sentido" resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. (...)
>
> Em francês *ril* não significa nada, não é significante, enquanto *rôle* é. Eis o nível semiótico, é um ponto de vista muito diferente do de distinguir *le rôle* [o papel] da ciência no mundo, *le rôle* [o papel] de tal ator. Aqui é o nível semântico: neste caso, é preciso compreender e distinguir. É nesse nível que se manifestam os 80 sentidos do verbo *faire* [fazer] ou do verbo *prendre* [tomar].Estas são as acepções semânticas. Trata-se, pois, de duas dimensões totalmente diferentes. E se não se começa por reconhecer esta distinção, creio que se fica na vaguidade. (BENVENISTE, 1989, p.20-22)

O que queremos dizer, ao buscar em Benveniste uma reflexão sobre o assunto, é que acreditamos que a dita "homonímia" é uma questão de uso. Trata-se do mesmo signo (nível semiótico, do sistema), mas não da mesma palavra (nível semântico, do uso, do discurso). O que importa é o ponto de vista sincrônico, que é o do falante, para quem não faz diferença a origem da palavra, mas o uso que dela se faz. Dizemos, portanto, que não há o que a tradição denomina "homonímia" sob o ponto de vista enunciativo: *o que ocorre é sempre polissemia*.

Benveniste define polissemia como resultado “desta capacidade que a língua possui de *subsumir* em um termo constante uma grande variedade de tipos e em seguida admitir a variação da referência na estabilidade da significação” (p.100). Assim, o sentido sempre depende do uso que se faz a cada instância de discurso. Ainda de Benveniste:

> O sentido de uma mesma palavra consistirá na sua capacidade de ser integrante de um sintagma particular e de preencher uma função proposicional. O que se chama de polissemia não é senão a soma institucionalizada, se pudermos falar assim, destes valores contextuais, sempre instantâneos, aptos a se enriquecer e a desaparecer, em resumo, sem permanência, sem valor constante. (BENVENISTE, 1989, p.232)

Todos os sentidos que os sujeitos atribuem aos signos – tornando-os palavras – são, assim, passíveis de aceitação ou não pela comunidade lingüística. As diferentes noções que vão sendo “acumuladas” por uma mesma unidade de língua são, então, polissêmicas.

A partir dessa análise, chamaremos, neste trabalho, o fenômeno trabalhado de *polissemia*. Sabemos, entretanto, que essa denominação não é essencial para as questões terminográficas, uma vez que, ainda que os teóricos discutam o assunto, o critério utilizado na prática pela Terminologia e, conseqüentemente, pela terminografia não diz respeito à diferença entre homonímia e polissemia, mas ao critério onomasiológico, o que faz com que necessariamente deva haver uma entrada para cada diferente conceito.

5.4.3 *A polissemia no Dicionário de Lingüística da Enunciação*

No que concerne à terminografia, surgem os seguintes problemas: se a cada conceito deve corresponder uma entrada, como fica a questão dos verbetes que foram sendo modificados ao longo de diferentes fases da teoria de um mesmo autor? Colocá-los separadamente não significa omitir esse trajeto teórico? E, ainda: como devem aparecer os verbetes de mesma forma, mas de diferentes autores, em um dicionário de termos? Esses aspectos serão abordados neste momento.

Há, ao que parece, dois tipos de polissemia entre os verbetes do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*. Uma primeira forma ocorre com termos que aparecem em mais de um autor, como mostra a Tabela 3. Denominamos esse tipo de polissemia *longitudinal*, pois esses termos apresentam-se ao longo da Lingüística da Enunciação como um todo.

TERMO	OCORRÊNCIAS
Comunicação	3 autores
Contexto	2 autores
Delocutividade	2 autores
Dialogismo	2 autores
Diálogo	3 autores
Discurso	4 autores
Discurso Citado	2 autores
Enunciação	10 autores
Enunciado	5 autores
Enunciador	3 autores
Estilo	2 autores
Frase	3 autores
Interlocutor	2 autores
Língua	4 autores
Linguagem	2 autores
Opacidade	2 autores
Plurivocidade	2 autores
Polifonia	2 autores
Sentido	2 autores
Significação	3 autores
Signo	2 autores
Sujeito	2 autores
Sujeito falante	2 autores
Tema	2 autores
Texto	3 autores
Transparência	2 autores

TABELA 3 – Termos com polissemia longitudinal

Da mesma forma, há autores que apresentam mais de uma definição para um mesmo termo. A esse segundo tipo de polissemia, chamaremos *transversal*, já que esses termos atravessam perpendicularmente a teoria de apenas um autor. O autor que escolhemos para representar esse tipo de polissemia é Oswald Ducrot, cujos termos polissêmicos transversos mostramos na Tabela 4.

TERMO	OCORRÊNCIAS
Alocutário	2 definições
Argumentação	2 definições
Discurso	2 definições
Enunciado	4 definições
Enunciador	3 definições
Modificador	2 definições
Operador	2 definições
Posto	2 definições
Pressuposto	2 definições

TABELA 4 – Termos com polissemia transversal

Assim como no caso da apresentação dos autores, duas alternativas foram dadas para que o grupo de coordenadores avaliasse e escolhesse. Na apresentação tal como ela é

organizada hoje, uma vez que os autores são mostrados em conjunto, há uma coincidência entre as apresentações: as duas trazem os verbetes em ordem alfabética. A primeira alternativa, conforme exemplificamos na Figura 13, consiste em mostrar o lema e, em seguida, o autor a que o termo se refere, seguido da explicação desse termo em suas diferentes acepções.

E

enunciado s. m.

Benveniste

1 ***manifestação da enunciação, é produzido cada vez que se fala.***
Fonte da definição: *EBE06.*
Outras denominações: ***frase***
Nota explicativa: ***Na medida em que a enunciação é processo, o enunciado pode ser considerado o produto da enunciação e inclui pessoa, tempo e espaço. O enunciado tem existência em um determinado momento em que a língua é mobilizada por um locutor.***
Fonte da nota: *EBE06.*
Termos relacionados: *atualização, enunciação, palavra.*

Ducrot

2.1 ***manifestação particular de uma frase.***
Fonte da definição: ***Cf.*** *DUC87b; EDU06.*
Nota explicativa: ***A noção de enunciado apresenta alterações nas diferentes fases do estudo semântico da língua de Ducrot. O enunciado 1 é definido com base na Teoria da Polifonia, vinculado à noção de frase. Nesse quadro teórico, o enunciado é tratado como uma entidade empírica, produto da enunciação. Desse produto, abstrai-se uma entidade abstrata, a frase, que, no escopo da Teoria, difere da acepção da tradição gramatical.***
Fonte da nota: ***Cf.*** *DUC87b; EDU06.*
Termos relacionados: *enunciação, frase, sentido.*

2.2 ***unidade argumentativa de sentido, composta de um segmento-argumento e um segmento-conclusão.***
Fonte da definição: ***Cf.*** *DUC88a; EDU06.*
Nota explicativa: ***O enunciado 2 está definido conforme a fase inicial da Teoria da Argumentação na Língua. Nesse quadro teórico, o enunciado constitui uma unidade argumentativa, formada por dois segmentos. No enunciado "O tempo está quente, vamos à praia", o primeiro segmento é o argumento e o segundo é a conclusão.***
Fonte da nota: ***Cf.*** *DUC88a; EDU06.*
Termos relacionados: *argumento, conclusão, Teoria da Argumentação na Língua.*

2.3 ***unidade argumentativa de sentido constituída por segmentos-argumentos, com um princípio argumentativo intermediário, que possibilita a passagem para segmentos-conclusões.***
Fonte da definição: ***Cf.*** *ANS95; EDU06.*
Nota explicativa: ***O enunciado 3 está definido com base na Teoria dos Topoï, em que o sentido do enunciado depende de um princípio argumentativo utilizado para pôr em relação argumento e conclusão. Como exemplo, podemos citar o enunciado "o tempo está quente, mas estou cansada", produzido em um contexto de recusa a um convite de ida à praia. Nesse caso, o primeiro segmento "o tempo está quente" produz a conclusão implícita "vamos à praia" não assumida pelo locutor, que, ao apresentar o segundo segmento "estou cansada", encaminha e assume a conclusão contrária "não vamos à praia". Esse trajeto de sentido entre os segmentos-argumentos e seus respectivos segmentos-conclusões ocorre devido ao princípio argumentativo de que "o tempo quente favorece a ida à praia", posto na relação entre os dois segmentos.***
Fonte da nota: ***Cf.*** *ANS95; EDU06.*
Termos relacionados: *argumento, segmento, Teoria dos Topoï.*

2.4 ***unidade argumentativa de sentido formada pela interdependência entre dois***

FIGURA 13 – Polissemia longitudinal sem repetição do termo

Na Figura 14, mostramos a segunda opção – a escolhida pelo grupo –, que consiste em repetir o lema, colocando uma numeração crescente ao lado do lema, antes do nome do autor.

E

enunciado 1 s. m. Ducrot
Ocorre também em: *Benveniste; Greimas; Récanati.*
Definição: *manifestação particular de uma frase.*
Fonte da definição: *Cf.* *DUC87b; EDU06.*
Nota explicativa: *A noção de enunciado apresenta alterações nas diferentes fases do estudo semântico da língua de Ducrot. O enunciado 1 é definido com base na Teoria da Polifonia, vinculado à noção de frase. Nesse quadro teórico, o enunciado é tratado como uma entidade empírica, produto da enunciação. Desse produto, abstrai-se uma entidade abstrata, a frase, que, no escopo da Teoria, difere da acepção da tradição gramatical.*
Fonte da nota: *Cf.* *DUC87b; EDU06.*
Termos relacionados: *enunciação 4, frase 3, sentido 2.*

enunciado 2 s. m. Ducrot
Ocorre também em: *Benveniste; Greimas; Récanati.*
Definição: *unidade argumentativa de sentido, composta de um segmento-argumento e um segmento-conclusão.*
Fonte da definição: *Cf.* *DUC88a; EDU06.*
Nota explicativa: *O enunciado 2 está definido conforme a fase inicial da Teoria da Argumentação na Língua. Nesse quadro teórico, o enunciado constitui uma unidade argumentativa, formada por dois segmentos. No enunciado "O tempo está quente, vamos à praia", o primeiro segmento é o argumento e o segundo é a conclusão.*
Fonte da nota: *Cf.* *DUC88a; EDU06.*
Termos relacionados: *argumento, conclusão, Teoria da Argumentação na Língua.*

enunciado 3 s. m. Ducrot
Ocorre também em: *Benveniste; Greimas; Récanati.*
Definição: *unidade argumentativa de sentido constituída por segmentos-argumentos, com um princípio argumentativo intermediário, que possibilita a passagem para segmentos-conclusões.*
Fonte da definição: *Cf.* *ANS95; EDU06.*
Nota explicativa: *O enunciado 3 está definido com base na Teoria dos Topoï, em que o sentido do enunciado depende de um princípio argumentativo utilizado para pôr em relação argumento e conclusão. Como exemplo, podemos citar o enunciado "o tempo está quente, mas estou cansada", produzido em um contexto de recusa a um convite de ida à praia. Nesse caso, o primeiro segmento "o tempo está quente" produz a conclusão implícita "vamos à praia" não assumida pelo locutor, que, ao apresentar o segundo segmento "estou cansada", encaminha e assume a conclusão contrária "não vamos à praia". Esse trajeto de sentido entre os segmentos-argumentos e seus respectivos segmentos-conclusões ocorre devido ao princípio argumentativo de que "o tempo quente favorece a ida à praia", posto na relação entre os dois segmentos.*
Fonte da nota: *Cf.* *ANS95; EDU06.*
Termos relacionados: *argumento, segmento, Teoria dos Topoï.*

enunciado 4 s. m. Ducrot
Ocorre também em: *Benveniste; Greimas; Récanati.*
Definição: *unidade argumentativa de sentido formada pela interdependência entre dois segmentos, constituindo o encadeamento argumentativo.*
Fonte da definição: *Cf.* *DUC97b; EDU06.*
Nota explicativa: *O enunciado 4 está definido com base na Teoria dos Blocos Semânticos. Nesse quadro teórico, o enunciado passa a ser considerado como uma unidade argumentativa, reunindo*

FIGURA 14 – Polissemia longitudinal com repetição do termo

Entendemos que, para a Terminologia, pelo princípio da univocidade, "uma ficha terminológica deve tratar um único conceito e todos os dados relacionados com um determinado conceito devem ser consignados na ficha" (PAVEL; NOLET, p.129). Assim, o *Dicionário de Lingüística da Enunciação* de fato segue os princípios terminológicos a que se propõe, e a sua ficha terminológica abre espaço para um termo de cada vez[95].

[95] Lembramos que, como dizem Krieger e Finatto,

> A ficha terminológica constitui (...) um núcleo de informações acerca de um termo ou expressão sob estudo. Com base nessa ficha são extraídas todas as informações para a composição de um verbete, mas nem todas as informações que nela constam precisam, necessariamente, ser repassadas para o usuário no momento da formulação do verbete. (KRIEGER; FINATTO, 2004, p.136)

A ficha terminológica, portanto, não é o verbete, é apenas uma ferramenta em que estão dados que não obrigatoriamente constarão do verbete, que, por sua vez, é uma visão de um termo.

Entretanto, neste momento, olhamos para o dicionário pelo viés da Lingüística da Enunciação e, mais, destacando o seu uso. Nesse sentido, questionamos o critério adotado para as polissemias. Pensamos que os verbetes com polissemia longitudinal, como conseqüência de nosso posicionamento em relação à apresentação dos autores, deveriam ser apresentados não um em seqüência ao outro, mas cada um com seu respectivo autor.

A polissemia transversal, por sua vez, também seria beneficiada por um tratamento diverso do que ela tem no dicionário. Acreditamos que se o verbete aparecesse apenas uma vez, junto ao seu autor de referência, seguido da explicação das diferentes acepções, seus contextos e relações entre eles, conforme exemplificamos na Figura 15, o usuário tiraria muito mais proveito de sua relação com o produto.

OSWALD DUCROT

enunciado

Ocorre também em: Benveniste; Greimas; Récanati.

1 *s. m.*

Definição: manifestação particular de uma frase.

Fonte da definição: Cf. DUC87b; EDU06.

Nota explicativa: A noção de enunciado apresenta alterações nas diferentes fases do estudo semântico da língua de Ducrot. O enunciado 1 é definido com base na Teoria da Polifonia, vinculado à noção de frase. Nesse quadro teórico, o enunciado é tratado como uma entidade empírica, produto da enunciação. Desse produto, abstrai-se uma entidade abstrata, a frase, que, no escopo da Teoria, difere da acepção da tradição gramatical.

Fonte da nota: Cf. DUC87b; EDU06.

Termos relacionados: enunciação 4, frase 3, sentido 2.

2 *s. m.*

Definição: unidade argumentativa de sentido, composta de um segmento-argumento e um segmento-conclusão.

Fonte da definição: Cf. DUC88a; EDU06.

Nota explicativa: O enunciado 2 está definido conforme a fase inicial da Teoria da Argumentação na Língua. Nesse quadro teórico, o enunciado constitui uma unidade argumentativa, formada por dois segmentos. No enunciado "O tempo está quente, vamos à praia", o primeiro segmento é o argumento e o segundo é a conclusão.

Fonte da nota: Cf. DUC88a; EDU06.

Termos relacionados: argumento, conclusão, Teoria da Argumentação na Língua.

3 *s. m.*

Definição: unidade argumentativa de sentido constituída por segmentos-argumentos, com um princípio argumentativo intermediário, que possibilita a passagem para segmentos-conclusões.

Fonte da definição: Cf. ANS95; EDU06.

Nota explicativa: O enunciado 3 está definido com base na Teoria dos Topoï, em que o sentido do enunciado depende de um princípio argumentativo utilizado para pôr em relação argumento e conclusão. Como exemplo, podemos citar o enunciado "o tempo está quente, mas estou cansada", produzido em um contexto de recusa a um convite de ida à praia. Nesse caso, o primeiro segmento "o tempo está quente" produz a conclusão implícita "vamos à praia" não assumida pelo locutor, que, ao apresentar o segundo segmento "estou cansada", encaminha e assume a conclusão contrária "não vamos à praia". Esse trajeto de sentido entre os segmentos-argumentos e seus respectivos segmentos-conclusões ocorre devido ao princípio argumentativo de que "o tempo quente favorece a ida à praia", posto na relação entre os dois segmentos.

Fonte da nota: Cf. ANS95; EDU06.

Termos relacionados: argumento, segmento, Teoria dos Topoï.

4 *s. m.*

Definição: unidade argumentativa de sentido formada pela interdependência entre dois segmentos, constituindo o encadeamento argumentativo.

Fonte da definição: Cf. DUC97b; EDU06.

Nota explicativa: O enunciado 4 está definido com base na Teoria dos Blocos Semânticos. Nesse quadro teórico, o enunciado passa a ser considerado como uma unidade argumentativa, reunindo segmentos interdependentes e constituindo o encadeamento argumentativo. Em enunciados como "Paulo tem um bom salário: ele deve ser feliz" e "Paulo tem muitos amigos: ele deve ser feliz", o sentido de "felicidade" não é o mesmo. No primeiro enunciado, o sentido de "felicidade" está ligado à questão monetária; no segundo, o sentido de "felicidade" está ligado à questão afetiva. Nesses exemplos, ocorre uma interdependência semântica entre dois segmentos, formando uma unidade de sentido.

Fonte da nota: Cf. CAR02a; DUC97b.

Termos relacionados: encadeamento argumentativo, segmento, Teoria dos Blocos Semânticos.

Figura 15 – Apresentação por autores sem repetição do termo

Uma razão pontual para essa apresentação diferenciada está nos itens “conceito” e “nota explicativa” da ficha terminológica, que formam o corpo da definição propriamente dita. Ali, segundo as orientações para a equipe de elaboração dos verbetes, não se deve remeter a outros conceitos do dicionário. Isso só pode ser feito no campo “termos relacionados”.

Essa instrução é derivada das diretrizes contidas nas normas ISO para assegurar qualidade a obras terminográficas (para uma consulta completa, suficiente e autônoma). Seu objetivo é fazer com que o consulente, ao buscar um determinado termo, tenha de ler somente o verbete correspondente, evitando definições circulares, que, de fato, atrapalham o entendimento do leitor. As remissões a outros verbetes, dessa forma, acabam sendo uma ferramenta de uso opcional para o usuário. Quer dizer, apenas se ele desejar, buscará outros verbetes ou informações.

Entretanto, como aqui tratamos dos termos que apresentam polissemia transversal, à medida em que os termos são colocados em diferentes entradas, o consulente não tem a informação adequada se consultar apenas aquele verbete, porque essa informação é incompleta. O que fazemos aqui, assim, é questionar o critério terminológico utilizado no *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, o princípio da consulta completa, suficiente e autônoma, apenas no que diz respeito a esse tipo de verbete.

Entendemos que há, por parte da coordenação técnica do *Dicionário de Lingüística da Enunciação* um cuidado com os verbetes, para que eles sejam elaborados de forma a fazer com que o usuário se sinta instigado a buscar outros verbetes após a consulta que o motivou inicialmente, e que isso seria possivelmente o mais indicado. Também temos consciência de que o “Guia do usuário” trará a instrução de que o uso ideal da obra exige uma consulta à apresentação do autor, onde, evidentemente, constará a informação a respeito da eventual ocorrência de mais de uma fase no pensamento de um autor e se isso acarreta verbetes polissêmicos.

No entanto, pensamos, o consulente tiraria um proveito muito maior da obra se esses termos com polissemia transversal fossem colocados (como exemplificamos na Figura 15) em uma única entrada, mostrando a ligação entre as diferentes acepções para um mesmo autor de determinado termo. Tais termos estariam, acreditamos, melhor relacionados entre si e dentro da teoria do autor, e, conseqüentemente, o campo da Lingüística da Enunciação estaria melhor espelhado no dicionário de seus termos.

5.5 Considerações acerca das análises

Todas as modificações sugeridas nas análises realizadas ao longo do capítulo 5 tiveram como ponto de partida um olhar pelo viés da Lingüística da Enunciação. Focamos, então, o *Dicionário de Lingüística da Enunciação* buscando a sua relação com o consulente, uma vez que é esse usuário que receberá o objeto terminográfico proposto como uma fonte de referência do campo. Assim, é relevante que a visão epistemológica que o público receba seja o mais próxima possível daquela que tem o grupo de elaboração dos termos das teorias da Enunciação.

Nessa direção, constatamos que a presença árvore de domínio não é necessariamente um elemento essencial no corpo do dicionário, pois a própria noção de uma árvore de domínio é falha. Isso ocorre pelo fato de que os campos, em especial a Lingüística da Enunciação, apresentam elementos cuja complexidade é difícil de ser mostrada de uma maneira linear. Apesar disso, trata-se de uma ferramenta de grande valia como processo para pensar um campo e para servir de material de apoio na elaboração do desenho de produtos terminográficos e dos próprios verbetes.

Sempre considerando o usuário, no que diz respeito aos teóricos da enunciação, constatamos que a apresentação por autor poderia facilitar a visualização do campo como heterogêneo e fazer com que esse usuário pudesse entender cada teoria a partir de seu todo.

Além disso, percebemos que a apresentação dos verbetes polissêmicos está feita de maneira um tanto falha no dicionário. Se a sua distribuição por ordem alfabética caracteriza o campo como unitário, também elimina uma singularidade importante, que lhe serve como marca, que é a heterogeneidade das teorias. Portanto, o mais adequado, em nosso ponto de vista, seria, juntamente com a separação por autores,e que os verbetes com polissemia transversal estivessem postos em apenas uma entrada, facilitando a visualização do termo em questão.

Lembramos que essas considerações não são definitivas. Outras formas de ver os mesmos objetos podem fazer com que a adequação dos elementos seja vista diferentemente. Buscamos somente contribuir brevemente para a caracterização do campo Lingüística da Enunciação, e, em conseqüência, tivemos um olhar muito particular dos eventos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tínhamos dois objetivos interligados. O primeiro era analisar em que termos podíamos afirmar a existência do campo de estudos *Lingüística da Enunciação*. O segundo era, a partir da verificação da efetiva existência ou não dessa Lingüística, avaliar alguns aspectos do processo de execução do *Dicionário de Lingüística da Enunciação* e a sua pertinência e em relação ao campo.

Realizamos nosso trajeto, buscando, inicialmente, as raízes do pensamento enunciativo, desde as mais remotas – como a influência dos gregos, de Port-Royal e dos árabes –, passando por autores que tangenciaram o tema – como Humboldt e Bréal – e pelas influências mais diretas – *status* de Saussure e de Bally. Chegamos, então, às teorias da Enunciação que se apresentam, de uma maneira ou de outra, constituídas, e caracterizamos brevemente algumas delas.

Fizemos a delimitação do campo, como tínhamos proposto, constatando que a sua unidade se dá, resumidamente, com base em três aspectos, quais sejam, todas as teorias produzem um quadro figurativo, abordando de maneira singular o objeto "enunciação", consideram a quebra da dicotomia língua/fala e inserem o sujeito na linguagem.

Em seguida, abordamos a situação das teorias da Enunciação no Brasil, mostrando como elas foram introduzidas no país, além de um panorama de suas relações com outras áreas, com as associações, periódicos e publicações editoriais. Verificamos, dessa maneira, que as formas de incursão e o contato com a Lingüística Textual, com as teorias pragmáticas e com a Análise do Discurso de linha francesa, tal qual se deram, produziram uma apagamento das teorias da Enunciação no Brasil.

Dando prosseguimento ao trabalho, descrevemos o plano do *Dicionário de Lingüística da Enunciação*, tentando mostrar as vantagens e as dificuldades que a execução

de um objeto terminográfico envolve. A partir dessa descrição, selecionamos três de seus elementos para uma análise mais aprofundada, relacionando-os à descrição epistemológica feita nos três primeiros capítulos.

Quanto aos aspectos diretamente ligados à Terminologia e à obra terminográfica em si, constatamos que algumas das escolhas na execução do *Dicionário de Lingüística da Enunciação* poderiam ter sido feitas de maneiras diversas, o que faria com que o dicionário ficasse mais próximo à visão que estabelecemos do campo. Concluímos que uma alteração no tratamento dos autores e no da polissemia poderia facilitar a leitura da obra terminográfica – sempre considerando o usuário pretendido e o ponto de vista enunciativo.

No que concerne à árvore de domínio, pensamos que, apesar de tal ferramenta não conseguir dar conta das especificidades de um campo – em especial, da complexidade da Lingüística da Enunciação – o seu processo de elaboração é válido como forma de pensar o campo e de guiar a equipe de elaboração do desenho da obra terminográfica e de seus verbetes.

Pensamos, ademais, que apenas possamos falar de uma Lingüística da Enunciação no sentido de nomenclatura sob o ponto de vista de reconhecimento, especialmente no que concerne a produtos de referência, como manuais ou o próprio *Dicionário de Lingüística da Enunciação*. De outra forma, o sintagma, acreditamos, pode ser usado somente para denominar diferentes teorias da Enunciação isoladamente.

Por fim, queremos apontar para o fato de que ainda há muitos aspectos pendentes no que diz respeito à epistemologia das teorias da Enunciação, como as questões da Semântica e da Lingüística em si. Também pensamos que está ainda por ser feita uma interface teórica mais profunda entre a Enunciação e a Terminologia, que seria de grande valia para ambas as áreas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUD, Ana. Prólogo. In: HUMBOLDT, Wilhelm von. **Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad**. Traducción y prólogo: Ana Agud. Barcelona: Anthropos; Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1990. Título original: Über die Verschiedenheit des menschliechen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwckelung des Menschengeschlechts.

ALFA: Revista de lingüística. Marília, SP: UNESP, 1962-.

ALTMAN, Cristina. **A pesquisa lingüística no Brasil**: 1968-1988. São Paulo: Humanitas-FFLCH-USP, 1998.

ANPOLL. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística. Disponível em: <http://www.anpoll.org.br/>. Acesso: ago.2006.

ARNAULD, Antoine. Gramática de Port-royal: gramática geral e razoada. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Colaboração: Jacques Deschamps e Djamel Kouloughli. Tradução: José Horta Nunes. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. (Coleção Repertórios.)

AUROUX, Sylvain (Org.). **Histoire des idées linguistiques**: la naissance des métalangages en orient et en occident. Tome 1. Liège; Bruxelles: Pierre Mardaga, 1992.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Ces mots qui ne vont pas de soi**: boucles réflexives et non-coïncidences du dire. Larousse, 1995.

______ . **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Apresentação: Marlene Teixeira. Tradução: Marlene Teixeira. Revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3.ed. Prefácio: Roman Jakobson. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.

______ . **Problemas da poética de Dostoiévski**. 3.ed. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BALLY, Charles. **Traité de stylistique française**. v.1. 3.ed. Genève:Librairie Georg & Cie.; Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.

______ . **Linguistique générale et linguistique française**. 2.ed. Berne, Suisse: Éditions Francke Berne, 1965.

______ . **El lenguaje y la vida**. 5.ed. Traducción de Amado Alonso. Buenos Aires, Argentina: Editorial Losada, 1967. Colección Filosofia y Teoria del Lenguaje.

BARBISAN, Leci Borges. Língua e fala: conceitos produtivos de teorias enunciativas. **Letras de hoje**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, v.39, n.4, p.67-78, dez. 2004.

______ . Por uma abordagem argumentativa da linguagem. In: GIERING, Maria Eduarda; TEIXEIRA, Marlene (Orgs.). **Investigando a linguagem em uso**: estudos em lingüística aplicada. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2004a.

______ . O conceito de enunciação em Benveniste e Ducrot. **Letras**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras. n.33, p.23-35, jul./dez.2006.

BARBISAN, Leci Borges; TEIXEIRA, Marlene. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. **Organon**: Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, v.16, n.32/33, p.161-180, 2002.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do texto e do discurso no Brasil. **D.E.L.T.A.**: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v.15, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso: ago.2006.

BARROS, Lídia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BEAUGRANDE, Robert-Alain; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **introducción a la Lingüística del texto**. Barcelona: Ariel, 1997.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática brasileira**. 37.ed. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BENTES, Anna Christina. Lingüística textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras, v.1. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005. p.245-288.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 4.ed. Campinas: Pontes, Editora da UNICAMP, 1995.

______ . **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, Editora da UNICAMP, 1989.

BOHAS, Georges; GUILLAUME, Jean-Patrick; KOULOUGHLI, Djamel. L'analyse grammaticale dans la tradition arabe classique. In: AUROUX, Sylvain (Org.). **Histoire des idées linguistiques**: la naissance des métalangages en orient et en occident. Tome 1. Liège; Bruxelles: Pierre Mardaga, 1992. p.260-282.

BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. 9.ed. Tradução: Carlos A.L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.

BRAIT, Beth (Org.). **Estudos enunciativos no Brasil**: histórias e perspectivas. Campinas: Pontes: São Paulo: FAPESP, 2001.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica**: ciência das significações. São Paulo: EDUC; Pontes, 1992.

CABRÉ, Maria Teresa. **Terminología**: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Sèrie Monografies, 3. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

______ . A terminologia hoje: concepções, tendências e aplicações. Tradução: Susana Kerschner. Revisão da tradução: Luzia Araújo. **Cadernos de tradução**. UFRGS, Porto Alegre, n.17, out.-dez.2004, p.9-30.

CALIDOSCÓPIO: Revista de lingüística aplicada. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2003-.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **História da lingüística**. Tradução: Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1975.

CASTILLO, Rodolfo Alpízar. **Cómo hacer un diccionario científico técnico?** Buenos Aires: Editorial Memphis, 1997.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 43.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

CERVONI, Jean. A enunciação. São Paulo: Ática, 1989. Tradução: L. Garcia dos Santos. Revisão da tradução: Valter Kehdi. (Série Fundamentos.)

CHISS, Jean-Louis; PUECH, Christian. Linguistique structurale, du discours de fondation à l'émergence disciplinaire. **Langages**, Paris, n.120, p.106-126, dez. 2001.

COSERIU, Eugenio. **Tradição e novidade na ciência da linguagem**. Tradução: Carlos Alberto da Fonseca; Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. Coleção: Linguagem.

CRISTEA, Teodora. Glossaire des principaux termes utilisés en linguistique énonciative. Disponível em: <http://www.biblioteca.ase.ro/resurse/resurse_electronice/revista_articole.php?rn=22>. Acesso: jul.2006.

CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. Tome 1. Paris, France: 1990. (Collection L'homme dans la langue.)

DAHLET, Patrick. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: UNICAMP, 1997.

DASCAL, Marcelo. **Fundamentos metodológicos da lingüística**: concepções gerais da teoria lingüística. V.1. São Paulo: Global, 1978. (Série Linguagem, Comunicação e Sociedade.)

______ . **Fundamentos metodológicos da lingüística**: pragmática: problemas, críticas, perspectivas da lingüística. V.4. Campinas: 1982.

D'ÁVILA, Nerci. A enunciação em Benveniste e Ducrot. **Letras de hoje**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, v.39, n.4, p.151-162, dez. 2004.

D.E.L.T.A.: Revista de documentação de estudos em lingüística teórica e aplicada. São Paulo: Educ, 1985-.

______ . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/lng_pt/pid_0102-4450/nrm_isso>. Consultas: ago.2006, ago.2007.

DESBORDES, Françoise. Les idées sur le langage avant la constitution des disciplines spécifiques. In: AUROUX, Sylvain (Org.). **Histoire des idées linguistiques**: la naissance des métalangages en orient et en occident. Tome 1. Liège; Bruxelles: Pierre Mardaga, 1992. p.149-161.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo**: o campo do signo: 1945/1966. V.1. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

______ . **História do Estruturalismo**: o canto do cisne: de 1967 aos nossos dias. V.2. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

______ . Barthes, Lacan, Foucault: o autor, a estrutura. In: ______ . **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: UNESP, 2001.

DUBOIS, Jean (Org.) (1973). **Dicionário de lingüística**. Coordenação da tradução: Izidoro Blikstein. Tradução: Frederico Pessoa de Barros et.al. São Paulo: Cultrix, [s.d.].

DUBUC, Robert. **Manuel pratique de terminologie**. 2.ed. [s.l.]: Linguatech, 1985.

DUCROT, Oswald. Prefácio. In: VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**: contribuição para uma teoria semântica argumentativa. São Paulo: Ática, 1977.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan (1972). **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. 3.ed. 2.reimpressão. Tradução: Alice Kyoko Miyashiro et.al. Revisão: Geraldo Gerson de Souza; Plínio Martins Filho. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ESTUDOS Enunciativos da Linguagem (EEL). Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/iletras/estudos_enunciativos/index.htm>. Acesso: abr.2007.

ENCYCLOPÉDIE Philosophique Universelle. Disponível em: <http://www.ai.univ-paris8.fr/CSAR/Hdr.GB/Vol2Trav/09Enonci.pdf>. Acesso: jul.2006.

ENDRUWEIT, Magali Lopes. **A escrita enunciativa e os rastros da singularidade** Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre, 2006.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do discurso no Brasil**: notas à sua história. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/>. Acesso: jul.2006.

FINATTO, Maria José Bocorny. **Definição terminológica**: fundamentos teórico-metodológicos para sua descrição e explicação. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Profa. Dra. Maria da Graça Krieger. Porto Alegre, 2001.

______ . Termos, textos e textos com termos: novos enfoques dos estudos terminológicos de perspectiva lingüística. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. V.II. Campo Grande, MS: UFMS, 2004. (p.341-357)

______ . Terminologia e lingüística de corpus: da perspectiva enunciativa aos novos enfoques do texto técnico-científico. **Letras de hoje**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, v.39, n.138, p.217-230, dez.2004. (2004a)

FIORIN, José Luiz. Semântica estrutural: o discurso fundador. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia Mei Alves de; LANDOWSKI, Eric (Eds.). **Do inteligível ao sensível**: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas. São Paulo: EDUC, 1995. (p.17-42.)

______ . **As astúcias da enunciação:** as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2.ed. São Paulo: Ática, 1999.

______ . A linguagem em uso. In: ______ (Org.). **Introdução à lingüística I**: objetos teóricos. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003. (p.165-186)

______ . Pragmática. In: ______ (Org.). **Introdução à lingüística II**: princípios de análise. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003a. (p.161-187)

______ . Enunciação e semiótica. **Letras**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras. n.33, p.69-97, jul./dez.2006.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Lingüística e psicanálise**: princípios de uma semântica da enunciação. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

______ . Princípios para a definição do objeto da Lingüística da Enunciação. **Letras de hoje**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, v.36, n.4, p.7-67, dez.2001.

______ . Para um estudo enunciativo da categoria aspecto nos verbos do português do Brasil. **Letras de hoje**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, n.116, p.91-126, jun.1999.

______ . Por que gosto de Benveniste? Um ensaio sobre a singularidade do homem na língua. **Letras de hoje**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, v.39, n.138, p.217-230, dez.2004.

FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges; TEIXEIRA, Marlene. Apresentação. **Letras de hoje**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, v.39, n.138, p.7-8, dez.2004.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Lingüística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Dicionário de Lingüística da Enunciação** (Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq). Porto Alegre, abr.2006.

FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. Aspects de la théorie d'Antoine Culioli. **Langages**, Paris, n.129, mars/1998.

FUCHS, Catherine. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. Tradução: Letícia M. Rezende. **Alfa**: Revista de Lingüística da UNESP, São Paulo, n.29, p.111-129, 1985.

FUCHS, Catherine; GOFFIC, Pierre le. **Initiation aux problèmes des linguistiques contemporaines**. Paris: Hachettte, 1985.

GIACOMELLI, Karina. Benveniste e a noção de disciplina: o espaço da Lingüística da Enunciação. **Letras de hoje**: revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, v.39, n.4, p.55-66, dez.2004.

GIACOMELLI, Karina; PIRES, Vera Lúcia (Org.). **Letras**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras. n.33, jul./dez.2006.

GLOSSÁRIO de termos do discurso. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/>. Acesso: abr.2005.

GOMES, Neiva Maria Tebaldi. Em busca de um conceito de língua em teorias da enunciação. **Letras de hoje**: revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, v.39, n.4, p.137-150, dez.2004.

GOOGLE: portal de busca. Disponível em: <http://www.google.com.br/>. Acesso: jun.2006.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 1987.

______ . Enunciação e história. In: ______ (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989. p.71-79. (Coleção Linguagem-crítica.)

______ . **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 1995. (Coleção Linguagem-crítica.)

______ . Texto e enunciação. **Organon**: Revista do Instituto de Letras da UFRGS. Porto Alegre, v.9, n.23, p.63-67, 1995. (1995a)

______ . **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

______ . **História da semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.

HOFFMANN, Lothar. Conceitos básicos da lingüística das linguagens especializadas. Tradução: Ulla Pedde Muss e Maria José Bocorny Finatto. Revisão da tradução: Cleci Regina Bevilacqua. **Cadernos de tradução**. Instituto de Letras, UFRGS. Porto Alegre, n.17, p.79-90, out./dez.2004.

HUMBOLDT, Wilhelm von. **Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad**. Traducción y prólogo: Ana Agud. Barcelona: Anthropos; Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1990. Título original: Über die Verschiedenheit des menschliechen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwckelung des Menschengeschlechts.

ILARI, Rodolfo. O estruturalismo lingüístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos, v.3. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. Dicionário eletrônico Houaiss. Planejamento e coordenação geral de Francisco Manoel de Mello Franco. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. (Versão 1.0.5.)

KATO, Mary A.; RAMOS, Jânia. Trinta anos de sintaxe gerativa no Brasil. **D.E.L.T.A.**: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v.15, n.especial, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: ago.2006.

KOCH, Ingedore. O desenvolvimento da lingüística textual no Brasil. **D.E.L.T.A.**: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v.15, n.especial, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso: ago.2006.

______ . Lingüística textual: retrospecto e perspectivas. In: BRAIT, Beth (Org.). **Estudos enunciativos no Brasil**: histórias e perspectivas. Campinas: Pontes: São Paulo: FAPESP, 2001. p.71-86.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

LAHUD, Michel. **A propósito da noção de dêixis**. São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Ensaios.)

L'ÉNONCIATION: cours sur l'énonciation en linguistique française. Disponível em: <http://bbouillon.free.fr/univ/ling/Fichiers/enonc/enonc1.htm>. Acesso: jul.2006.

LICHTENBERG, Sônia. **Uso de indefinidos do português**: uma abordagem enunciativa. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre, 2001.

______ . **Sintaxe da enunciação**: noção mediadora para reconhecimento de uma lingüística da enunciação. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre, 2006.

MALDIDIER, Denise; NORMAND, Claudine; ROBIN, Régine. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

MARTINS, Eleni Jacques. **Enunciação e diálogo**. São Paulo: UNICAMP, 1990.

MEDINA, José. Charles Bally: de Bergson à Saussure. **Langages**. Paris, n.77, p.95-104, mar.1985.

MILNER, Jean-Claude. **Introducción a una ciencia del lenguaje**. Traducción: Irene Agoff. Buenos Aires: Manantial, 2000. (Versión abreviada de *Introduction à une science du langage* de la edición de 1989.)

MOREIRA, Walter. Lexicologia, terminologia, ontologia e representação documentária: estudos de interface por meio de análise de periódicos de ciência da informação. **Biblios**: Revista Electrónica de Bibliotecología y Ciencias de la Información, ano 8, n.27, mar.2007, Lima, Peru. Disponível em: <http://www.bibliosperu.com/articulos/27/27_06.pdf>. Acesso: maio/2007.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras, v.2. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

______. **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras, v.1. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

______. **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos, v.3. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005. (2005a)

NORMAND, Claudine. Le sujet dans la langue. **Langages**. Paris, n.77, p.7-19, mar.1985.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4.ed. Campinas: Pontes, 1996.

______ . **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. (1996a)

______ . **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

______ . **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003.

PARRET, Herman. Enunciação e pragmática. Campinas: UNICAMP, 1988.

PAVEAU, Marie Anne; SARFATI, Georges-Elia. **As grandes teorias da lingüística**: da gramática comparada à pragmática. Tradução: Rosário Gregolin et.al. São Carlos: Claraluz, 2006.

PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. **Manual de terminologia**. Disponível em: <http://www.translationbureau.gc.ca/pwgsc_internet/fr/publications/documents/preespagn.pdf>. Acesso: mar.2007.

PÊCHEUX, Michel (1969). Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. 3.ed. Campinas: UNICAMP, 1997. (p.61-161)

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. 3.ed. Campinas: UNICAMP, 1997. (p.163-252)

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras, v.2. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2004. p.47-68.

PIRES, Vera Lúcia. Sujeito e sentido em Bakhtin e Benveniste: os pontos de contato. **Letras de hoje**: revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, v.39, n.4, p.231-237, dez.2004.

PUBLICAÇÕES do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Maria: Disponível em: <http://www.ufsm.br/ppgletras/publicacoes/revista_letras.htm>. Acesso: abr.2007.

PUECH, Christian. Benveniste et la représentation de la "discipline linguistique". In: NORMAND, Claudine; ARRIVÉ, Michel (Orgs.). Émile Benveniste vint ans après. **Linx**, Nanterre, numéro spécial, 1997.

REVEL. Revista Virtual de Estudos da Linguagem. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/educacao/revel/index.htm>. Acesso: ago.2006.

______. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/>. Acesso: set.2007.

REVISTA DA ABRALIN. Rio de Janeiro: ABRALIN, 2002-.

REVISTA DA ANPOLL. São Paulo: ANPOLL, 1995-.

SANTOS, Elisângela Rosa dos. **Sintaxe e significação**: um estudo enunciativo das orações relativas no português. 2002. Dissertação

SAUSSURE, Ferdinand de [1916]. **Curso de lingüística geral**. 9.ed. Organização: Charles Bally e Albert Sechehaye. Colaboração: Albert Riedlinger. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, [s.d.].

SCHÄFFER, Margareth; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (Orgs.). **Aventuras do sentido**: psicanálise e lingüística. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SILVA, Daniel Costa da. Estudo terminológico da tradução de *Problemas de lingüística geral* de Émile Benveniste. Trabalho apresentado no **IV CIATI**: Congresso Inter-Americano de Tradução e Interpretação. São Paulo, maio/2007.

SILVA, Silvana. **Enunciação e sintaxe**: uma abordagem das preposições do português Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre, 2005.

______ . Resenha do livro "Introdução à lingüística da enunciação", de Flores e Teixeira. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. Ano 4, n.6, mar.2006. Disponível em: <www.revelhp.cjb.net>. Acesso: ago.2006.

SUR LES SENTIERS de la linguistique. Disponível em: <http://www.linguistes.com/>. Acesso: jun.2006.

TEIXEIRA, Marlene. 1º Colóquio Leituras de Émile Benveniste: sessão de abertura. **Letras de hoje**: revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, v.39, n.4, p.7-8, dez.2004.

______ . Benveniste: um talvez terceiro gesto? **Letras de hoje**: revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, v.39, n.4, p.107-120, dez.2004.

______ . **Análise do discurso e psicanálise**: elementos para uma abordagem do sentido no discurso. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

TROIS, João Fernando de Moraes. O “retorno a Saussure” de Benveniste: a língua como um sistema de enunciação. **Letras de hoje**: revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, v.39, n.4, p.33-43, dez.2004.

VALVERDE, Jose Maria. **Guillermo de Humboldt y la filosofía del lenguaje**. Madrid: Editorial Gredos, 1955.

VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**: contribuição para uma teoria semântica argumentativa. São Paulo: Ática, 1977.

WELKER, Herbert Andréas. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal>. Acesso: jun.2006.

ZILLES, Urbano. Humboldt e Saussure ou filosofia lingüística. **Letras de hoje**: revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, Edipucrs, n.25, p.7-11, set.1976.

ANEXO

ANEXO 1 – Citações na língua original das obras utilizadas

Os textos abaixo são as citações originais, copiadas das obras de que fizemos uso neste trabalho. Elas aparecem tal qual nesta dissertação, precedidas do número da página em que se encontram, escrito entre colchetes.

1. [p.14] “expression d’un avis, d’une pensée” (DESBORDES, 1992, p.154).

2. [p.14] “les premiers auteurs (Homère, Hésiode) disent surtout de la parole, c’est qu’elle est un moyen d’agir sur le monde et les êtres” (p.154)

3. [p.14] “Platon prolongue les analyses des poètes, des musiciens et des grammatistes, mais il en change de sens. La parole n’est plus envisagée dans son rapport à la poésie, à l’écriture ou à la lecture, mais dans la capacité à représenter correctement ou non, le réel” (p.161).

4. [p.16] Déjà chez Platon et Aristote on trouve des allusions au lien entre ce qui est dit et celui qui le dit dans une situation particulière. Les Stoïciens esquissent une problématique du rapport entre l’énoncé et son producteur, à travers de la opposition proposition/modalités. (...) La logique de Port-Royal fait la différence entre sujet de l’énonciation et sujet de l’énoncé. (Encyclopédie Philosophique Universelle)

5. [p.16] a l’époque médiévale, dans la tradition arabe, chez Jurjani, toute prédication suppose un ‘prédicateur’ qui en assume la responsabilité, et l’opposition sens propre/sens figuré n’est analysable qu’en référence à la situation d’énonciation. (Encyclopédie Philosophique Universelle)

6. [p.16-17] La définition donnée plus haut du *‘ilm al-ma’ani’* portait en germe la problématisation des rapports entre énoncé et énonciation. De fait, une part non négligeable de l’attention des spécialistes de ce domaine s’est portée sur l’analyse des paramètres objectifs et subjectifs dont la présence était requise pour rendre un énoncé adéquat à une situation donné. Cette prise en compte des relations entre énoncé et énonciation a conduit à problématiser les rôles respectifs de l’énonciateur (*mutakallim*), de son interlocuteur (*muẖatab*) et des éléments de la situation d’énonciation (*hal al-ẖitab*), et à reconnaître dans la structure formelle de l’énoncé les marques de ces différentes

composantes de l’acte de communication. (BOHAS, GUILLAUME; KOULOUGHLI, 1992, p.268-269)

7. [p.17-18] “una fase en la que ya no será posible contraponer el lenguaje a lo distinto de él – el sujeto, los contenidos – sin que esta oposición – la vieja oposición de conciencia y objeto – vaya acompañada de la conciencia simultánea de la imposibilidad de trascender el lenguaje” (AGUD, 1990, p.9)

8. [p.18] lo universal e innato no son para Humboldt unas ciertas categorías lingüísticas sino las funciones nucleares del lenguaje, y cada idioma puede satisfacer éstas de un modo u otro, o incluso no satisfacer algunas en absoluto y quedar así a medio camino respecto a sus propios objetivos. (AGUD, p.18)

9. [p.18] “el predominio de la subjetividad es la esencia del lenguaje” (HUMBOLDT *apud* VALVERDE, 1955, p.31)

10. [p.18-19] “Hay finalmente un motivo en la filosofía del lenguaje humboldtiana que abre la puerta a perspectivas verdaderamente aún no exploradas: su afirmación de que el lenguaje sólo tiene existencia real en el hablar cada vez” (AGUD, 1990, p.19)

11. [p.19] “el hombre habla, aunque sea en pensamiento, solo con outro, o consigo mismo como si fuera outro” (HUMBOLDT *apud* VALVERDE, 1955, p.33).

12. [p.19] “El hombre tiende, aun a instancia de su pensamiento aislado, hacia un *tú* que corresponda al *yo*; el concepto solo le parece que logra determinación y certeza cuando viene reflejado desde una mente ajena” (HUMBOLDT *apud* VALVERDE, 1955, p.33)

13. [p.19] “nunca es sólo meramente representación y significación, sino también sentimiento, voluntad y acción sobre los demás” (VALVERDE, 1955, p.34)

14. [p.19] La palabra no tiene, como una sustancia, algo ya producido, ni contiene un concepto concluso y terminado, sino que meramente excita a elaborarlo con fuerza espontánea, si bien de modo determinado. El entender consiste en tocar mutuamente el mismo miembro de la cadena de representaciones sensibles y producciones conceptuales interiores; hacer brotar en cada cual conceptos correspondientes, pero no idénticos. La representación producida por la palabra lleva el cuño de la representación subjetiva. (HUMBOLDT *apud* VALVERDE, 1955, p.38)

15. [p.19-20] La palabra, pues, brota en cada ocasión como algo nuevo, como producto vuelto a emanar del espíritu en su movimiento, enfrentándose a la mente, después de nacer de ella, y al mismo tiempo haciendo al mundo de la misma materia del espíritu; y con eso seleccionando, escogiendo e interpretando de entre la realidad el ángulo, el color, la formalidad armonizada en respuesta con la pregunta del alma. (VALVERDE, 1955, p.34)

16. [p.20] El lenguaje, considerado en su verdadera esencia, es algo efímero siempre y en cada momento. Incluso su retención en la escritura no pasa de ser una conservación incompleta, momificada, necesitada de que en la lectura vuelva a hacerse sensible su dicción viva. La lengua misma no es una obra (ergon) sino una actividad (energeia). (...) Tomado en un sentido inmediato y estricto, esto es la definición de cada acto de hablar. Pues en el caos disperso de las palabras y de reglas que acostumbramos a denominar una lengua, tan sólo está dado el producto singular que arroja cada acto de hablar, pues también el requiere un nuevo trabajo que reconozca en él el modo del hablar vivo y arroje una imagen verdadera de la lengua viva. (HUMBOLDT, 1990, p.64-65)

17. [p.22] "sin lenguaje no habría ante la mente los objetos (como tales). Ya en la percepción hay una cierta subjetividad; incluso cabe considerar a cada individuo como un punto de mira en la visión del universo" (HUMBOLDT *apud* VALVERDE, p.34)

18. [p.23] "les faits d'expression du langage organisée au point de vue de leur contenu affectif, c'est-à-dire l'expression des faits de la sensibilité par la langage et l'action des faits de langage sur la sensibilité" (BALLY, 1951, p.16)

19. [p.24] "nunca las formas lógicas del lenguaje están en primer plano; lo que domina es la afectividad y la expressividad. Pero como es necessario hacerse comprender, la inteligencia es la que sirve a este fin" (BALLY, 1967, p.31)

20. [p.24] Al contacto con la vida real, las ideas en apariencia objetivas se impregnan de afectividad. El habla individual intenta sin cesar traducir la subjetividad del pensamiento, y luego sucede que el uso comunal consagra esos giros expresivos. He ahí por qué el sistema de una lengua es una tela de Penélope que se teje y desteje sin cesar, porque la inteligencia y la sensibilidad trabajan en ella simultáneamente pero no de la misma manera. (p.24)

21. [p.24] Para mí, la tarea y misión de la estilística consiste en buscar cuales son los tipos expresivos que en un período dado sirven para traducir los movimientos del pensamiento y del sentimiento del hablante, y en estudiar los efectos producidos espontáneamente en los oyentes por el empleo de esos tipos. (p.90)

22. [p.25] Lo que el sujeto sorprende en si mismo, en cada sondeo, es la sucesión ininterrumpida de sus estados de conciencia, representaciones, ideas y emociones, la vida de su espíritu en su movilidad, las manifestaciones diversas de su temperamento. Esta introspección, enteramente espontánea, rara vez permite al sujeto objetivarse; el sujeto no se ve a si mismo como lo vería otro. Y a la inversa, lo que los otros perciben de uno son las manifestaciones exteriores de nuestro ser, o, más bien, no ven más que los resultados y los símbolos, en forma de actos, de movimientos voluntarios o involuntarios, de palabras, etc. Esta simbólica puede interpretarse bien o mal; pero, aun cuando la interpretación sea justa, si corresponde bien a nuestra vida interior, no permite ver más q una transposición de nuestra intimidad; es como si se juzgar una acción por sus consecuencias y no por la intención de que ha nacido. (p.89)

23. [p.25] “il faut délimiter les contours des faits d’expression, jusqu’à ce qu’ils correspondent à des unités psychologiques” (p.14)

24. [p.24-25] Délimiter un fait d’expression c’est tracer, dans l’agglomération des faits de langage dont il fait partie, ses limites propres, celles qui permettent de l’assimiler à l’unité de pensée dont il est l’expression; l’identifier, c’est procéder à cette assimilation en définissant le fait d’expression et en lui substituant un terme d’identification simple et logique, qui corresponde à une représentation ou à un concept de l’esprit. (p.16)

25. [p.26] “on ne peut identifier un fait d’expression que par un terme qui ait la propriété d’exprimer, sous sa forme la plus simple, la plus objective, la plus abstraite, l'idée qui y est contenue” (p.105)

26. [p.26] Nous avons affaire à un effet naturel ou direct lorsque, par exemple, en entendant prononcer un mot, nous éprouvons une impression agréable ou desagréable, sans que la réflexion fasse rien ajouter d’essentiel à cette impression première; c’est encore un effet naturel, lorsqu’une expression nous fait voir une chose avec des proportions ou une

intensité frappante; même caractère, quand le fait de langage éveille en nous une impression de beauté, de joliesse, de grâce, etc. (BALLY, 1951, p.167)

27. [p.27] Dans l'effet par évocation, l'expression signifie sensiblement la même chose que tel autre mot que nous emploierons; les deux termes ne diffèrent entre eux par aucune modification sensible de l'idée; le sentiment particulier qui se dégage, malgré tout, du fait de langage, provient alors d'une réflexion inconsciente qu'on pourrait traduire ainsi: "C'est une autre personne que moi qui emploierait cette expression", ou bien: "Je l'emploierait dans telle circonstance et non dans telle autre". Voilà l'essence de l'effet par évocation. (p.167)

28. [p.27] "el hombre que habla espontáneamente y actúa por medio del lenguaje, aun em las circunstancias más triviales, hace de la lengua un uso personal y la recrea constantemente" (BALLY, 1967, p.40)

29. [p.27] Para que la expresividad se manifieste, hace falta la complicidad del pensamiento emotivo; el signo expresivo debe responder a una realidad psíquica y satisfacer una exigencia de la sensibilidad; sólo con esta condición despliega sus efectos; en sí no es más que una mera posibilidad. (p.150)

30. [p.27-28] La partie proprement stylistique de notre étude comprend les *caractères affectifs* des faits d'expression, les *moyens* mis en oeuvre par la langue pour les produire, les *relations* réciproques existant entre ces faits, enfin l'ensemble du *système expressif* dont ils sont les éléments. (BALLY, 1951, p.16)

31. [p.28] "son objet est l'expression parlée et non le fait pensé" (p.13)

32. [p.28] Cette recherche peut être secondée par des connaissances élémentaires de psychologie, de même que le cotê social du langage est plus facile à saisir si l'on possède quelques notions sur les tendancesqui régissent les sociétés. Mais en étudient ces sciences auxiliaires, il faut bien se garder de les faire passer au premier plain, car le rôle est pour nous secondaire; nous ne faisons pas de psychologie du langage, pas plus que nous ne prétendons faire de la sociologie. Toute notre attention se porte sur la face expressive et non sur la face intérieure des faits de langage: le langage est ici but, non moyen. (p.28)

33. [p.31] "toute énonciation de la pensé par la langue est conditionnée logiquement, psychologiquement et linguistiquement. Ces trois aspects ne se recouvrent qu'en partie;

leur rôle respectif est très variable et très diversement conscient dans les réalisations de la parole" (BALLY, 1965, p.35)

34. [p.31] "réagir à une représentation en la constatant, en l'appréciant ou en la désiderant" (p.35)

35. [p.31] "il faut prendre garde de confondre *pensée personnelle et pensée comuniquée*" (p.37)

36. [p.31-32] "Le signe porte en lui-même sa signification (son signifié), et c'est celle-là seule qui compte pour la communication. Elle peut être em contradiction avec la pensée de celui qui emploie le signe, et ne recouvre donc pas la notion de réalité" (p.37-38).

37. [p.32] Pour devenir un terme de la phrase, un concept doit être actualisé. Actualiser un concept, c'est l'identifier à une représentation *réele* du sujet parlant. En effet, un concept est en lui-même une création de l'esprit, il est virtuel; il exprime l'idée d'un genre (chose, procès ou qualité). Or, la realité ignore les genres: elle n'offre que des entités individuelles. (p.77).

38. [p.32] "distingue nettement la représentation reçue par le sens, la mémoire ou la imagination" (p.36)

39. [p.32] "opération psychique que le sujet opère sur elle" (p.36)

40. [p.32-33] mais les facteurs psychologiques de la pensée sont si bien engrenés dans la texture logique qu'on ne peut en faire totalement abstraction dans l'analyse logique; à son tour, la forme linguistique ne peut être entièrement séparée des deux autres. On ne s'étonnera donc pas trouver, dans l'analyse logique des formes de l'énonciation, des considérations qui relèvent des deux autres ordres. (p.35)

41. [p.37] J'insiste bien sur le deux points: d'un côté, je dis que l'objet de la linguistique est l'activité de langage (elle même définie comme opérations de représentation, de référenciation et de régulation); d'un autre côté, je dis que cette activité nous ne pouvons l'appréhender, afin d'en étudier le fonctionnement, qu'à travers des configurations spécifiques, des agencements dans une langue donnée. L'activité de langage renvoie à une activité de production et de reconnaissance de *formes*, or, ces formes ne peuvent pas être

étudiées indépendamment des textes, et les textes ne peuvent pas être indépendants des langues. (CULIOLI, 1990, p.14)

42. [p.57-58] Au total, le domaine de ce que l'on s'appelle "énonciation" couvre un ensemble très vaste, et assez hétérogène, de faits et de préoccupations. On remarquera d'une part que l'intérêt porté à l'énonciation ne date pas d'aujord'hui (on le retrouve, depuis l'Antiquité, dans le travaux de rhétorique, et dans réflexions logico-grammaticales sur la "deixis" ou les modalités) et d'autre part que les courants énonciatifs contemporains se subdivisent en deux grands groupes (...). /§/ Le point commun à tous les points de vue (...) est qu'ils aboutissent tous à une critique d'une conception purement "instrumentale" du langage, même si sa fonction de communication est reconnue comme centrale. Cette critique d'une conception mécaniste du langage va de pair avec le refus d'une conception de la signification comme une somme qu'il est possible de décrire exhaustivement (en termes d'"information"), d'une façon achevée, entièrement non ambiguë. (FUCHS e GOFFIC, 1985, p.125-126)

43. [p.102] "el conjunto de las partes principales que componen la obra, pero es también su concepción general" (CASTILLO, 1997, p.27)

44. [p.103] Cuando se trata de empresas terminográficas muy ambiciosas, desde luego, el número de miembros puede ser elevado; en tal caso se impone la creación de subgrupos por áreas de especialización más pontuales, organizados de manera similar a la del grupo principal, pero, sobre todo, con un dominio adecuado de la metodología y con total unidad de concepciones para el trabajo. (CASTILLO, 1997, p.23)

45. [p.103] "es el conjunto de elementos y la disposición interna que presenta cada uno de los artículos que componen la obra lexicográfica" (CASTILLO, 1997, p.29)

46. [p.105] "palabra (término simple), grupo de palabras (término compuesto), símbolo o fórmula que designa un concepto propio de un ámbito dado" (PAVEL; NOLET, p.133)

47. [p.105] "término considerado en una ficha como designación del concepto estudiado" ou "en un producto terminológico, término que encabeza una entrada terminológica" (PAVEL; NOLET, p.121)

48. [p.105] "un tipo de prueba textual que permite establecer la equivalencia textual entre varias lenguas al enunciar los rasgos semánticos distintivos de un concepto" (p.120)

49. [p.107] “Be brief. Write concise definitions in one sentence which include all the essential characteristics of a concept”, “Write definitions that will be clear, intelligible and useful for the intended reader” e “Have your definitions read by a user to ensure that they are adequate and clear”

50. [p.116] 1. La **filiation empirique** est un premier mode de présentation de soi de la discipline: on revendique la *continuité* d’une tradition nationale, d’une École de pensée, d’un courant ou d’une série de courants littéraires et/ou linguistiques installées dans le long terme. /§/ 2. Le **partage**, la **démarcation disciplinaire**, dans le temps ou en synchronie, fournit à la discipline son ancrage à la fois dans un secteur du réel et dans une famille de disciplines: les relations à la philologie, la psychologie, la sociologie, la logique... dessinent alors un champ différentiel où se négocient à la fois son autonomie et ses articulations. /§/ 3. La **refondation conceptuelle** où la figure du devancier n’est plus celle d’un prédécesseur empirique, mais celle d’un fondateur qui legitime une refondation par réappropriation/réaction. C’est dans l’ordre de la légitimation qu’est située alors la discipline, au plus près de la définition de l’objet et, la plupart du temps, de l’horizon de projection de la discipline (ce qu’elle devrait/pourrait être). (CHISS e PUECH, 2001, p.106)

51. [p.118] “el árbol conceptual, o árbol de campo, es una representación esquemática de la realidad del ámbito que se investiga, donde se recogen las principales esferas (ramos del árbol) que conforman el área en cuestión” (CASTILLO, 1997, p.21)

52. [p.118] que “le discours de spécialité n’ignore jamais complètement la necessité exotérique de se situer pour se transmettre” (PUECH, 1997, p.386)

53. [p.119] l’arbre de domaine servira, non seulement à estructurer le vocabulaire, mais aussi à evaluer la pertinence des unités terminologiques et à restreindre les bruits (c’est à dire les informations parasites non liées au thème de la recherche) et les silences (c’est à dire les lacunes touchant l’information dont on aura besoin mais qui ne figure pas dans les termes de la recherche). (p.53)

54. [p.119] “au fur et à mesure que la recherche va progresser on peut être amené à remanier l’arbre, soit en coupant les branches qui se révèlent stérilles soit en ajoutant des branches qu’on n’avait pas jugées pertinentes au moment de l’élaboration de l’arbre” (DUBUC, 1997, p.54)

55. [p.145] “palabra que tiene la misma forma que outra pero distinto significado. Ejemplo: gato (animal felino doméstico) y gato (utensilio para levantar grandes pesos a poca altura)” (PAVEL; NOLET, p.125)

56. [p.145] La monosemia, concepto-término implica el principio uninocional según el cual el terminólogo debe tratar un único concepto cada vez, ya sea en una ficha terminológica unilingüe o multilingüe, o bien en una entrada de vocabulario especializado. Se trata exactamente del fenómeno contrario al principio de polisemia que se aplica en los dicionarios generales en los que la entrada lexicográfica está compuesta por una serie de acepciones, cada una de las cuales refleja un concepto diferente. (p.23-24)

57. [p.146] Posto que un criterio metodológico importante en terminografía es que en cada entrada sólo debe definirse un término, si se aplica la explicación homonímica enunciada, el registro de los supuestos homónimos implicaría elaborar tantas entradas como significados haya (...). Este, desde luego, es un procedimiento posible. /§/ No obstante, lo más adecuado a la realidad lingüística (que es, en definitiva, lo que pretende describir el terminógrafo) es registrar el término en una única entrada, y relacionar, en el interior de ella, el total de acepciones que presenta. (CASTILLO, 1997, p.125-126)

58. [p.151] “una ficha terminológica debe tratar un único concepto y todos los datos relacionados con un determinado concepto deben ser consignados en la ficha” (PAVEL; NOLET, p.129)